

DM  
CARD. 1



Instituto Superior de Psicologia Aplicada

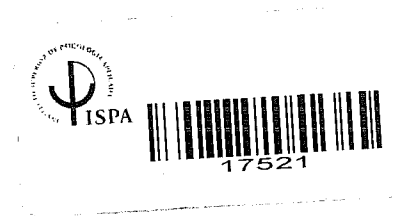
**MESTRADO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**  
**2005-2007**

Dissertação de Mestrado

PARCERIAS COMUNITÁRIAS  
NA RESPOSTA A MULHERES SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA –  
A EXPERIÊNCIA DO MONTIJO

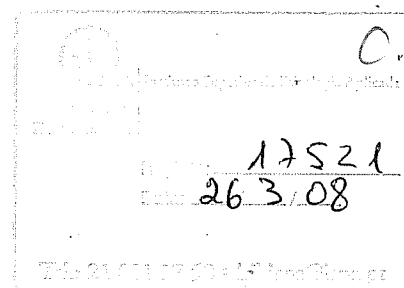
Raquel Cristina Paulo Pinheiro Vieitas Cardoso N° 14208

ORIENTADO POR: Prof. Doutor José Ornelas



SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO ORIENTADO POR: Prof. Doutor José Ornelas

2006/2007



Gostaria de agradecer a todos os membros da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo, pelo trabalho que têm vindo a desenvolver ao longo dos anos no sentido de melhorar as respostas prestadas a quem vive em sofrimento. Gostaria ainda de lhes agradecer pela disponibilidade em colaborarem neste trabalho que espero possa vir a ser um contributo para reflexões futuras.

Ao Prof. Doutor José Ornelas agradeço todo o apoio e orientação que me permitiram a concretização de mais esta etapa.

A todas as minhas colegas da AMCV, agradeço a ajuda, os contributos, as reflexões e as críticas que sempre foram capazes de fazer ao longo destes dois anos. Uma palavra especial à Alberta e à Nela por terem tido a dedicação de rever tudo o que escrevia.

À minha família, pelo amor e paciência.

A ti Patrícia

## RESUMO

As parcerias comunitárias na área da violência doméstica têm vindo a ser formadas de modo a promover uma melhor articulação entre as várias entidades da comunidade nas respostas que disponibilizam às mulheres sobreviventes de violência doméstica.

A investigação anterior mostra-nos que uma parceria serve para rentabilizar os recursos de uma comunidade em questões sociais complexas, que carecem de respostas abrangentes, como é o caso da problemática da violência doméstica.

Assim, fomos analisar a Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo de modo a identificar percepção de eficácia desta parceria, bem como alguns dos factores preditores dessa eficácia como por exemplo, a concretização de objectivos da parceria, os processos de tomada de decisão, a missão e a liderança da parceria.

Os resultados obtidos apontam para um nível de satisfação bastante elevado dos participantes, bem como a concretização dos objectivos propostos, especialmente em áreas fora do sistema judicial. Os seus diversos membros são participantes activos e os dados obtidos apontam para uma tendência desta parceria a ter um clima inclusivo, o preditor de ser considerada eficaz pelos seus membros.

Palavras-chave: Parcerias Comunitárias; Violência Doméstica

## ABSTRACT

Over the past years community coalitions on domestic violence have been created in order to provide a comprehensive approach, a better collaboration between agencies and safer communities to women survivors of violence

Prior research has shown us that a community coalition is often used as a mechanism to improve community resources in complex social issues that need broad interventions such as the issue of domestic violence against women.

We analysed a community coalition on domestic violence in the region of Montijo. Our aim was to study the perceptions of success and efficiency of this coalition. We paid a special attention to the coalition climate, namely, to decision making process, to the mission and to leadership, as well as, to the perception of the coalition's members on achieving their goals

The study findings suggest that this community coalition is perceived as efficient in achieving their goals, namely in those goals outside the judicial system. It is also perceived as inclusive and that the members are active participants in the coalition activities.

Keywords: Community Coalitions; Domestic Violence

## INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	2
<b>AS PARCERIAS COMUNITÁRIAS NA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES</b>	5
<b>SERVIÇOS PARA MULHERES SOBREVIVENTES</b>	18
<b>INVESTIGAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	23
<b>PARCERIAS COMUNITÁRIAS</b>	28
<b>INVESTIGAÇÃO EM PARCERIAS COMUNITÁRIAS</b>	40
<b>METODOLOGIA</b>	45
<b>INSTRUMENTOS</b>	46
<b>PROCEDIMENTOS</b>	47
<b>PARTICIPANTES</b>	48
<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	50
<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	93
<b>CONCLUSÕES</b>	105
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	111
<b>ANEXOS</b>	
<u>Guião de entrevista</u>	118
<u>Questionário aos elementos da parceria</u>	139
<u>Entrevista realizada</u>	152

## INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Caracterização Demográfica – Idade	50
Gráfico 2 – Caracterização Demográfica – Função na Organização	51
Gráfico 3 – Caracterização Demográfica Formação na Área da Violência Doméstica por Função Desempenhada	52
Gráfico 4 – Faz parte de alguma rede na área da violência doméstica, actualmente?	54
Gráfico 5 – Em que ano se tornou membro da rede?	54
Gráfico 6 – No último ano participou em quantas reuniões da rede?	56
Gráfico 7 – Actividades Realizadas no Último Ano – Dirigir programa ou política específica	57
Gráfico 8 – Actividades Realizadas no Último Ano – Coordenar um grupo de trabalho	58
Gráfico 9 – Horas por Mês – Trabalho na rede fora das reuniões regulares	59
Gráfico 10 – Sector da Comunidade	61
Gráfico 11 – Pode tomar decisões em nome da sua Organização?	62
Gráfico 12 – Tempo dispendido em questões associadas ao funcionamento interno e externo	65
Gráfico 13 – Total Tomada de decisão	66
Gráfico 14 – Distribuição da Tomada de Decisão	66
Gráfico 15 – 12c) as decisões da rede são tomadas apenas por alguns membros	67
Gráfico 16 – Resultados da tomada de decisão por sector da comunidade	68
Gráfico 17 – Total Conflito	69
Gráfico 18 – Frequências item13d “As diferenças de opinião entre os membros da rede são normalmente resolvidas com um acordo”	70
Gráfico 19 – Frequências item13k – “Opiniões conflituosas entre os membros da rede levaram a mudanças necessárias”	70
Gráfico 20 – Total Área Conflito por Sector da Comunidade	71
Gráfico 21 – Total Liderança	72
Gráfico 22 - Gráfico de extremos e quartis total liderança	73
Gráfico 23 – Frequência item 14f – “O/A(s) líder(es) tem(têm) flexibilidade em aceitar diferentes pontos de vista”	73

Gráfico 24 – Frequência item 14g “O/A(s) líder(es) promove(m) a colaboração entre os membros da rede”	74
Gráfico 25 – Total Liderança por sector da comunidade	75
Gráfico 26 – Frequências da questão “Até que ponto o estilo do(a) seu(sua) líder funciona na sua rede?”	76
Gráfico 27 – Total Missão	77
Gráfico 28 – gráfico de extremos e quartis total missão	77
Gráfico 29 – Frequência item 15a “A rede desenvolveu uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros”	78
Gráfico 30 – Frequência item 15h “os membros da rede agem segundo o interesse das sobreviventes de violência doméstica”	79
Gráfico 31 – Total Missão por sector da comunidade representado.	79
Gráfico 32 – Total Impactos da rede na comunidade	80
Gráfico 33 – Frequências item 16b “Aumentou o conhecimento que os membros têm sobre as organizações dos outros”	81
Gráfico 34 – Frequências item 16j “Estimulou mudanças dentro da minha organização na nossa forma de responder a situações de violência doméstica”	81
Gráfico 35 – Total Impacto da Rede na Comunidade por sector da comunidade	82
Gráfico 36 – Item 17a “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para avançar consistentemente para atingir os seus objectivos”	83
Gráfico 37 – Item 17b “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para criar as mudanças necessárias nas repostas à violência doméstica”	84
Gráfico 38 – Item 17c “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para pôr as pessoas a falar sobre violência doméstica”	84
Gráfico 39 – Total Área Satisfação	85
Gráfico 40 – Total Satisfação por Sector da Comunidade	86

## INDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização Demográfica – Anos de Trabalho na Violência Doméstica	51
Tabela 2 – Número de Horas de Formação	53
Tabela 3 – Razões de adesão à rede	55
Tabela 4 – Participação em grupos de trabalho	57
Tabela 5 – Horas por Mês – Reuniões da rede	58
Tabela 6 – Natureza da Participação na Rede	60
Tabela 7 – Objectivos	63
Tabela 8 – Factores Facilitadores do trabalho em conjunto	87
Tabela 9 – Factores que impedem o trabalho em conjunto	87
Tabela 10 – Recursos Úteis para a rede	88
Tabela 11 – Com quem discute questões relacionadas com violência doméstica e com que frequência?	89

## **INTRODUÇÃO**

A partir do início dos anos 70 do século XX, a violência doméstica começou a ter visibilidade como uma problemática complexa das sociedades que afectava especialmente as mulheres. Foi nesta altura que começaram a ser desenvolvidos serviços de apoio a mulheres sobreviventes de violência, e desde então muito tem evoluído. Passámos de uma perspectiva em que a violência era um assunto privado, em que a “não intervenção” era a resposta mais frequente quer por parte da comunidade em geral, em que o adágio popular mais frequente era “entre marido e mulher não metas a colher”, quer por parte dos profissionais, nomeadamente, das polícias e do sistema judicial até aos dias de hoje, em que observamos que a violência doméstica passou a ser tratada como um problema político e público, em que as autoridades estatais são responsáveis pela sua prevenção e pela protecção das vítimas de todas as formas de violência, quer na esfera pública quer na esfera privada.

Com o reconhecimento de que as intervenções isoladas de cada uma das entidades envolvidas são menos eficazes do que as acções concertadas das comunidades na prevenção da violência, foram adoptadas abordagens mais abrangentes, que reúnem os esforços conjuntos dos vários agentes da comunidade. (Logar, 2006)

Os tipos de serviços que se foram organizando nas comunidades diferem tanto nas alternativas que apresentam como nas estratégias que utilizam para se desenvolverem e crescerem dentro da comunidade onde estão inseridos.

A violência contra as mulheres por parte dos seus parceiros íntimos é um problema social prevalente que requer respostas adequadas da parte das diversas instituições da comunidade. (Clark, Burt, Schulte, & Maguire, 1996; Hart, 1995; Shepard & Pence, 1999; in Allen, 2004)

Avaliar e adaptar os serviços e as estruturas na comunidade, que dão respostas às necessidades das mulheres sobreviventes de violência, especialmente às sobreviventes de

violência doméstica é fundamental para que estas respostas sejam cada vez mais funcionais e úteis à população que delas necessita.

Avaliar permite também detectar alguns tipos de resposta que são pouco eficazes e melhorar o seu funcionamento. Estes instrumentos são ainda, poderosas ferramentas para fundamentar as necessidades existentes, com vista a financiamentos adequados à melhoria do trabalho desenvolvido.

É necessário fazer uma análise do impacto e da eficácia que este trabalho tem nas vidas de quem recorre a estes serviços. Esta análise, permitir-nos-á manter a pressão junto das entidades responsáveis para que em Portugal continuem a ser criados serviços de qualidade e para que se implementem cada vez mais redes articuladas ao longo do país.

Pensar em investigação e avaliação, é difícil pois, apesar de se pretender obter dados quantificáveis que nos possam fazer reflectir sobre o crescimento e desenvolvimento das redes de serviços prestados às sobreviventes de violência, alguma da investigação realizada é, muitas vezes, mal interpretada e utilizada de forma desadequada.

Ficamos perante algumas limitações próprias de um tipo de estudo em que é importante que se obtenha uma visão dos serviços, no seu conjunto, mas onde os resultados concretos são mais qualitativos do que quantitativos. Qualquer trabalho que utilize como metodologia os questionários com perguntas fechadas, recolhe muitos dados quantificáveis mas perde a riqueza da opinião pessoal. Não consegue transmitir as nuances e as subtilidades da interacção humana (Johnson, 1998). Não dão visibilidade à forma como os profissionais e as utentes percebem os recursos existentes. Para contornar esta limitação realizou-se uma entrevista à coordenadora da parceria estudada

Muitas vezes o tipo de resposta que estes serviços prestam às sobreviventes de violência é pontual e não é possível a partir dele obter dados para a avaliação, no entanto, é fundamental que continuemos a avaliar as respostas e os conceitos teórico subjacentes à

problemática da violência doméstica contra as mulheres para que, cada vez, mais o trabalho dos profissionais nas redes seja eficaz e reconhecido como importante.

Apresentámos algumas reflexões sobre as metodologias de investigação numa perspectiva feminista bem como a própria investigação que tem sido apresentada sobre a avaliação de serviços para sobreviventes de violência.

Mais ainda e, tendo em conta que, fomos analisar uma parceria comunitária, no nosso caso, a Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo, fez-se também uma reflexão sobre as parcerias comunitárias, nomeadamente aquelas que se dedicam à intervenção na área da violência doméstica

Permiti-me também fazer algumas reflexões ao longo do texto, que derivam da experiência adquirida ao longo de 14 anos de trabalho de terreno na área da violência contra as mulheres e crianças.

Finalmente, apresentou-se um trabalho de investigação com os objectivos de saber mais sobre o trabalho que as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica estão a realizar; entender quais os factores que contribuem para a eficácia e a coordenação das Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica; pesquisar sobre quais as características e necessidades necessário para que esta Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica seja mais eficaz.

### *As Parcerias Comunitárias na Violência Contra as Mulheres*

A violência doméstica é um problema complexo que requer a conjugação de esforços entre pessoas de vários sectores profissionais e a comunidade. A abordagem interdisciplinar envolve profissionais de várias formações na resolução de problemas e no desenvolvimento de respostas. (ONU, 1993)

Nos Estados Unidos da América, as respostas comunitárias coordenadas, (iniciativas multi-agências), desenvolveram-se a partir dos anos de 1980 (Shepard, Pence, 1999, in Logar, 2006). Nos últimos 10 a 15 anos surgiram, na Europa, centenas de grupos de trabalho, multi-agências, que envolviam profissionais de diferentes áreas que trabalhavam sobre a violência na família contra as mulheres e as suas crianças. (Hague, Malhos, Dear, 1996, Humphreys et al, 2000, in Logar 2006).

Foi o movimento das mulheres contra a violência que pressionou para que houvesse um compromisso cada vez maior e responsabilização dos Estados e da sociedade civil para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e crianças (Logar, 2006).

Segundo Shepard (1999), desde o início dos anos de 1980, que as activistas do movimento de mulheres contra a violência têm vindo a trabalhar no sentido de fazer reformas no sistema de justiça criminal de modo a que as situações de violência doméstica beneficiem de sistemas de apoio na comunidade que respondam de forma consistente e coordenada.

Talvez o primeiro projecto de uma resposta comunitária coordenada para apoiar situações de violência doméstica, ou pelo menos o mais visível, foi o Projecto Duluth, criado em 1980, no Minnesota, nos E.U.A. Apesar de muitas vezes ser conhecido como um dos primeiros programas para agressores, este projecto (DAIP) foi criado para promover formas das várias instituições cooperarem e para melhorar a capacidade da comunidade de responsabilizar os agressores pela violência que cometeram. (McMahon & Pence, 1997)

Este projecto levou à criação de consensos e à partilha de uma abordagem filosófica comum, das várias entidades envolvidas no apoio a situações de violência doméstica,

com o objectivo comum de assegurar a segurança das mulheres que são maltratadas pelos seus maridos ou companheiros. (McMahon & Pence, 1997)

O objectivo do Projecto Duluth era o de identificar, analisar e alterar os processos e os procedimentos utilizados pelos profissionais do sistema legal e dos outros serviços, que comprometiam a segurança das mulheres. Queriam também organizar as respostas da comunidade que apoiavam as mulheres maltratadas a deixar os seus agressores em segurança e aumentar a sua protecção quando decidiam manter a relação.

O Projecto Duluth teve por base o pressuposto de que aqueles que intervêm, sejam eles, polícias, terapeutas juízes ou religiosos, têm que intervir de forma a ter em conta o contexto da violência e como isso é experienciado pela vítima. Para tal desenvolveram oito actividades essenciais deste modelo: (McMahon & Pence, 1997)

- Criação de uma abordagem filosófica consistente que se centraliza na segurança das vítimas;
- Desenvolvimento de políticas e protocolos de boas práticas para as organizações intervenientes;
- Redução da fragmentação das respostas do sistema;
- Construção de um sistema de acompanhamento e monitorização;
- Garantia de infra-estruturas comunitárias de apoio;
- Intervenção directa com os agressores para conter a violência;
- Desfazer o mal que a violência contra as mulheres faz às crianças;
- Avaliação das respostas do sistema do ponto de vista das vítimas.

Este modelo de intervenção, de base comunitária, que assenta numa perspectiva feminista e que, tem por principio a comunidade na sua missão de responsabilizar os agressores pela violência que cometem e de garantir a segurança das vítimas tem vindo a ser implementado em vários países à medida que os Estados e as comunidades locais identificam a violência domestica contra as mulheres como um problema e uma preocupação.

A violência contra as mulheres é um problema mundial. Atravessa todas as fronteiras, atinge pessoas de todas as raças, grupos socio-económicos, étnicos, religiosos, níveis educacionais, afectando diariamente milhões de mulheres. (Robinson, 2003)

À medida que os investigadores foram analisando as variáveis inerentes à violência doméstica, e começaram a colectar dados estatísticos que pudessem vir a dar indicadores da dimensão real desta problemática, também os poderes políticos e as organizações internacionais se foram envolvendo na procura de respostas.

Quando o Movimento das Mulheres Maltratadas dos E.U.A começou no início dos anos de 1970, a teoria prevalente sobre as razões pelas quais os homens maltratavam era baseada na psicopatologia. Segundo esta teoria os homens que maltratavam as suas mulheres eram doentes mentais e podiam ser curados através de medicação ou de tratamento psiquiátrico. No entanto os investigadores descobriram que os comportamentos dos agressores não correspondiam ao perfil de pessoas com doença mental.

Os estudos iniciais também caracterizavam as mulheres maltratadas como sofrendo de algum tipo patologia. No entanto, estes estudos também estavam distorcidos porque estes estudos analisaram mulheres que estavam em hospitais psiquiátricos e as mulheres que estavam institucionalizadas eram mal diagnosticadas pois não se reconhecia nem compreendia os efeitos físicos e psicológicos da violência doméstica. (Joan Zorza, 2002, in Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

Seguidamente os investigadores teorizaram que a violência era aprendida. Que os homens maltratam porque aprenderam a violência na sua famílias, em criança, e que as mulheres procuravam homens abusadores porque tinham visto as suas mães serem maltratadas. Uma explicação mais consistente para esta relação entre testemunhar e maltratar é de que, testemunhar é uma das muitas fontes de informação que as crianças têm. Segundo Elen Pence, (1999) “os programas para agressores mostram que os rapazes que testemunharam a violência e se tornaram agressores não aprenderam apenas sobre a violência. Também aprenderam que os papeis sociais que os homens e as mulheres desempenham, e o impacto que têm para nos seus comportamentos violentos na vida adulta”. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

Uma outra teoria, muito relacionada com a teoria do “comportamento aprendido”, é a aquela que descreve a violência como o resultado da perda de controlo. Muitos acreditavam que os homens eram violentos quando consumiam álcool porque o álcool fazia com que perdessem o controlo. Outros explicavam a violência dos homens como o resultado da sua incapacidade em controlar a sua raiva e as suas frustrações. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

Outra das teorias que existiu foi a teoria da “learned helplessness” (desamparo aprendido). Lenore Walker estudou o comportamento das mulheres que permaneciam em relações violentas e pôs a hipótese de que as mulheres permaneciam nas relações porque a violência constante lhes tirava a vontade de sair. No entanto, segundo Pence (1999), esta teoria não tem em conta muitas razões sociais, económicas e culturais que levam as mulheres a ficar numa relação violenta. Esta teoria não tem em conta que as mulheres podem ter razões racionais para ficarem na relação e que, as mulheres tentam sair várias vezes e agem muitas vezes de forma consciente de forma a minimizar o abuso directo e a proteger as suas crianças. Esta teoria não teve em conta que estas características podem ser efeitos físicos e psicológicos da violência. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

A teoria da “learned helplessness”, (desamparo aprendido), foi acompanhada por um ressurgimento da psicopatologia pois os teóricos argumentavam que as mulheres que permaneciam em relações com violência porque sofriam de uma desordem de personalidade que fazia com que procurassem relações violentas como uma forma de auto-punição, ou que eram “viciadas” em relações violentas, devendo assim ser tratadas através de programas para tratamento das adições. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

A teoria seguinte a ganhar popularidade, nos E.U.A., foi a teoria do “Ciclo da Violência”. Esta teoria é baseada na crença de que os homens não expressam a sua frustração e a zanga porque foram ensinados a não expressar os seus sentimentos. A tensão cresce e eles explodem e tornam-se violentos. A tensão é libertada e o casal vive uma “lua-de-mel” durante a qual o marido pede desculpa e sente remorsos. No entanto, esta teoria não é consistente com a experiência das mulheres. Muitas nunca

experienciaram a fase da “lua-de-mel”, outras dizem que não há um crescer das tensões, mas episódios de violência imprevisíveis e quase aleatórios. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006) esta teoria implica que seria possível às mulheres prevenir e minimizar as situações de violência pois existiriam sinais de crescimento da tensão e se os identificassem poderiam utilizar de estratégias que permitissem ao agressor a libertação da tensão. Esta teoria põe nas mulheres a responsabilidade em prevenir e controlar a violência e desresponsabiliza o agressor que explode e se torna violento, como se não tivesse controlo sobre as suas acções.

Esta teoria é muitas vezes relacionada com o modelo do “Conflito Familiar/relacional”. Segundo este modelo, tanto o homem como a mulher contribuem para a violência no contexto de uma relação de intimidade. Este modelo parte do princípio que a relação é caracterizada por violência mútua ou que, em muitos casos, a mulher provoca o marido com “golpes baixos” que promovem a violência dos maridos. As teorias baseadas em violência mútua não têm em conta a forma como homens e mulheres usam a violência em relações de intimidade. Mais ainda, sendo uma teoria que descreve a violência como uma resposta a uma provocação por parte do parceiro, estamos perante mais uma forma de responsabilizar as vítimas e de desresponsabilizar os agressores. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

Nenhuma destas teorias reconhece que o agressor utiliza a violência como uma estratégia. O que ele pretende é exercer o seu controlo sobre as acções, os pensamentos e os sentimentos da sua parceira. O objectivo da violência é exercer o poder e o controlo sobre o outro e para isso podem utilizar várias estratégias como maltratar, controlar as finanças, ameaçar, violar ou humilhar em público. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

Segundo Elen Pence, mesmo o DAIP (Domestic Abuse Intervention Project – Projecto de Intervenção em Violência Doméstica), defensor da teoria de que os agressores usam a violência para ganhar controlo e poder sobre as vítimas, tem vindo a reconhecer que esta teoria não é suficiente para explicar o fenómeno da violência. Começaram assim, a conceptualizar a violência no contexto mais alargado da sociedade. Assim, a violência é um resultado lógico da dominação e da desigualdade – relações que não são apenas formatadas pelas escolhas pessoais e os desejos de alguns homens em dominar as suas

mulheres mas, como é que nós, como sociedade, construímos relações sociais e económicas entre homens e mulheres e dentro dos casamentos (ou relações íntimas e doméstica) e das famílias. É nosso trabalho perceber como é que a nossa resposta à violência cria um clima de intolerância ou de aceitação da força utilizada nas relações de intimidade. (Elen Pence, 1999; Stop Violence Against Women, 2006)

É principalmente através do contributo das organizações não governamentais de mulheres e da pressão que estas realizaram ao nível da discussão das linhas condutoras das políticas internacionais que a Organização das Nações Unidas colocou os Direitos das Mulheres na sua agenda de trabalho, nomeadamente com o Ano Internacional da Mulher (1975) e com a Década da Mulher (1975-1985), tendo-se verificado que a violência contra as mulheres era uma preocupação global.

Declarações no âmbito da intervenção das Nações Unidas como, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, 1981), a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (1995), perspectivam a violência exercida contra as mulheres como uma violação grave dos Direitos Humanos, que interfere no pleno gozo por parte das mulheres das suas liberdades fundamentais e dos seus direitos humanos.

Apesar das diferenças na raça, cultura, religião e rendimento económico, emerge um tema comum, isto é, a violência de género é um comportamento aprendido, ligado ao poder, ao privilégio e a dominação masculinos, na família e na sociedade. Nasce das desigualdades entre os géneros, o que leva a que haja uma aceitação da sociedade de papéis sociais fixos e à subordinação das mulheres pelos homens. (Robinson, 2003)

*“Violência contra as mulheres é todo e qualquer acção de violência, baseada no género que resulte ou possa resultar, em danos ou sofrimento físicos, sexuais ou psíquicos das mulheres, inclusive ameaças de tais acções, coação ou privação sumária de liberdade, que ocorre na vida pública ou privada”.* (Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, O.N.U., 1993)

Assim, a violência contra as mulheres é considerada uma violação grave dos Direitos Humanos e inclui práticas como a mutilação genital feminina, o aborto selectivo, a

esterilização forçada, o tráfico de mulheres, a escravatura, a prostituição, o abuso sexual e também a violência doméstica.

“Actos ou ameaças de violência que ocorram na família ou na comunidade ou sejam cometidos ou tolerados pelo Estado, geram medo e insegurança na vida das mulheres e são obstáculo à concretização da igualdade, do desenvolvimento e da paz. (...) A violência contra as mulheres está associada a elevados custos sociais, de saúde e económicos quer individuais quer para a sociedade. (...) É um dos mecanismos sociais mais importantes, através do qual as mulheres são forçadas a uma posição subordinada em relação aos homens. Muitas vezes a violência contra as mulheres ocorre na família ou em casa onde é frequentemente tolerada. A violência contra as mulheres é a manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre homens e mulheres, que conduziram à dominação das mulheres e sua discriminação por parte dos homens. (...) A violência contra as mulheres ao longo do ciclo da vida resulta essencialmente de padrões culturais, (...), que perpetuam o baixo estatuto que é atribuído às mulheres na família, no local de trabalho, na comunidade e na sociedade. (...)” (Plataforma de Acção de Pequim 1995, p.88-89)

Diamantopoulos, Comissária Europeia para o Emprego e Assuntos Sociais (2000), na sua intervenção na abertura da Conferência Europeia sobre Violência Contra as Mulheres – Tolerância Zero afirmou que “a violência contra as mulheres é um fenómeno generalizado, tão generalizado que, no mundo, as mulheres com idade entre os 15 e os 44 anos têm mais probabilidade de ficar seriamente feridas ou de morrer em resultado da violência masculina do que de cancro, malária, acidentes de viação ou em situação de guerra todos juntos.”

Afirma também que apesar das campanhas que as mulheres realizaram ao longo do século XX, na Europa, milhares de mulheres continuam a não usufruir dos seus Direitos mais básicos, o direito à vida, à integridade pessoal e à dignidade humana. As mulheres continuam a ser espancadas, ameaçadas, compradas, vendidas prostituídas e mortas simplesmente porque são mulheres.

Também, Maj Britt Theorin, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de oportunidades do Parlamento Europeu (2000), na mesma Conferência,

afirmou que existem explicações complexas para esta cegueira face às questões da violência de género, nomeadamente o facto da sua verdadeira dimensão continuar escondida. Que esta guerra contra as mulheres existe desde as origens da humanidade e que está na hora de acabar com esta violência com base no género.

Bart, refere que “todas as formas de violência contra as mulheres estão interrelacionadas (...) para manter as mulheres no seu lugar, ou seja, subordinadas aos homens”. “Que a violência e o abuso exercida pelos homens contra as mulheres e as raparigas está enraizado na tradição da supremacia masculina que ensina aos rapazes e aos homens que o sexo feminino vale menos; merece menos e que podem ser tratadas mal ou pior. (...) Quando um grupo é considerado inferior, é “natural” retirar-lhe recursos. Desenvolvem-se atitudes negativas e estereótipos e são institucionalizados. É cultivado o desdém pelo grupo inferior. O grupo é objectificado e podem emergir padrões de exclusão.

Muehlenhard e Kimes (1999) interrogam-se sobre como é que a violência é definida e porque é que isso faz alguma diferença. Quais/de quem são os comportamentos que são definidos como violentos e em que circunstâncias? A definição destes termos, os interesses dos que têm poder para fazer estas definições.

Na nossa cultura existem estereótipos claros sobre a violação e os maus-tratos. Por exemplo, é violação quando “um estranho com uma faca, salta do meio dos arbustos, surge de um beco escuro ou invade a casa de uma mulher, quando esta está a dormir na sua própria cama”; é maus-tratos é quando “um homem fora de si espanca indiscriminadamente a sua mulher frágil, que é incapaz de o abandonar pois é economicamente e emocionalmente dependente dele, e por isso, esconde-se e chora em vez de reagir”. (Muehlenhard & Kimes, 1999).

Segundo Loseke (1989, in Muehlenhard & Kimes, 1999), limitar a violência doméstica às situações de extrema violência faz-nos ignorar a violência “normal” que acontece diariamente: o empurrar, o abanar e as estaladas, que deixam poucos ou nenhuns ferimentos visíveis e que são considerados normais ou, pelo menos, toleráveis. Assim, esta definição não questiona a ideia enraizada de que algum tipo de violência é

aceitável, dependendo da mulher e das circunstâncias em que ocorre. (Muehlenhard & Kimes, 1999).

Definições de violência muito estreitas vão implicar que este problema seja considerado raro, e que apenas ocorre devido a alguns indivíduos desviantes. Definições mais abrangentes, pelo contrário, querem dizer que este problema irá ser percebido como muito dissimulado e isso faz questionar o *status-quo*.

Números oficiais sobre a extensão da violência contra as mulheres são, ainda, muito precários. As fontes de informação incluem estudos de casos, dados de hospitais, abrigos, tribunais e polícia. Estudos locais ou nacionais sobre vítimas, abusadores e técnicos encontram-se dispersos, havendo dificuldades de compilação geral e da sua comparação de forma a obter dados uniformes.

“Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica, que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus-tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa e/ou indirectamente, crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como os/as deficientes” (Resolução do Conselho de Ministros – nº88 /2003 de 7 de Julho, II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica). Em 2007, foi criado III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica que dá continuidade ao trabalho até agora desenvolvido, onde se inscreve a necessidade de medidas que envolvam as comunidades na resposta a situações de violência doméstica.

Apesar desta ser a definição nacional, podemos observar que ao longo dos anos esta definição e até mesmo a designação utilizada têm vindo a evoluir. Passaremos a apresentar alguns exemplos dessa evolução ao longo dos tempos, apresentados em 2001, por Laura-Jane Koers:<sup>1</sup>

- 1980 – *Wife Battering* (espancamento de esposas) – “O espancamento de esposas é violência física e/ou psicológica, expressa por um marido, um namorado ou

---

<sup>1</sup> Optamos por uma tradução literal das definições apresentadas no sentido de tornar mais visíveis as diferenças entre as várias designações.

parceira lésbica com a qual coabitam, contra a sua mulher ou companheira, não consentido pela mulher e que seja directa ou indirectamente condenado pelas tradições, leis e atitudes prevaletentes na sociedade em que ocorre.” (MacLeod, Linda. *Wife Battering in Canada: The Vicious Circle*. Ottawa, Ontario: Canadian Advisory Council on the Status of Women, 1980. p.7.)

○ 1988 – *Wife Assault* (ataque a esposas) – “O ataque a esposas é geralmente definido como o abuso físico ou psicológico dirigido por um homem contra a sua parceira do sexo feminino, numa tentativa de a controlar e a intimidar.” (Ontario Medical Association, O.M.A. *Reports on Wife Assault*. Ontario: National Clearinghouse on Family Violence, 1988. p.2.)

○ 1995 – *Domestic Assault/ Wife Assault* (ataque doméstico/ ataque a esposas) – “Ataque a esposas refere-se a qualquer acto físico de agressão por parte de um homem contra uma mulher com a qual tem uma relação íntima, (i.e. sexual e emocional).” (Dutton, Donald G., *The Domestic Assault of Women: Psychological and Criminal Justice Perspectives*. Vancouver: UBC Press, 1995. p.1.)

○ 1997 – *Domestic Violence* (violência doméstica) – (Chesney-Lind, Meda, *The Female Offender: Girls Women and Crime*. Thousand Oaks, California: Sage Publications Inc. 1997). A autora refere que não existe uma definição aplicável neste texto citado, no entanto são vários os exemplos de definições de violência doméstica que apresentamos ao longo deste trabalho, nomeadamente aquelas referenciadas nos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica.

○ 2001 – *Violence among Intimates/Spouse Abuse* (violência entre pessoas íntimas/abuso a esposas) – “Enquanto que as definições iniciais de abuso a esposas se concentravam em violência física danosa....relatos de abuso de esposas agora, podem incluir abuso sexual, violação no casamento e até o uso de pornografia.” (Clinard, Marshall B. and Robert F. Meier, *Sociology of Deviant Behaviour*. Orlando, Florida: Harcourt College Publishers, 2001. p.178.)

Em 2005, a designação predominante é *Intimate Partner Violence* (violência entre parceiros íntimos), definida por Bogat, Levendosky e von Eye como a violência dos homens contra as suas parceiras, namoradas ou esposas, ou seja mulheres com as quais têm relações de intimidade.

Em Portugal, as designações que têm sido utilizada, no âmbito da terminologia jurídica, a designação de crime de maus-tratos a cônjuge (Artigo 152 do Código Penal, 1982). Com a revisão de 2007, passou a existir o crime de violência doméstica, passando o crime de maus-tratos a ser considerado apenas noutros contextos. (23<sup>a</sup> Alteração ao Código Penal, 2007). Noutros sectores da comunidade tem sido utilizada a designação violência doméstica. No entanto, quando se fala de violência doméstica, esta refere-se à violência que ocorre no espaço privado de coabitação. Mas, se tomarmos como exemplo os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, neles se encontra referido que as mulheres são as principais vítimas. (1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> Plano Nacional Contra a Violência Doméstica).

Segundo Hoff (1994), A violência doméstica é “o exercício da força física e do poder sobre o outro, normalmente com o objectivo de controlar, retirar poder e/ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade parentesco, de dependência ou de confiança”.

O uso da palavra “Doméstica” tende a remeter para os conceitos de família e de relações interpessoais, retirando esta forma de violência do leque dos crimes e do contexto da justiça. Mantém a violência doméstica como uma forma de “Terrorismo Doméstico”

Em alguns países o problema da violência doméstica contra as mulheres tem sido alvo de grande atenção tanto no que diz respeito à legislação, criação de serviços de apoio às vítimas, mas também tornando-se alvo dos meios de comunicação, dando origem a uma maior sensibilização por parte do público em geral. Tem-se chamado a atenção para os efeitos nocivos que a violência traz, não apenas para as vítimas mas também na família, nos abusadores e na sociedade em geral.

Têm vindo a sugerir-se que se criem medidas que envolvam as comunidades, para que estas estejam sensibilizadas e em estado de alerta, trabalhando em conjunto, realçando-se os custos da violência quer para o indivíduo, quer para a sociedade.

Maiuno (1994), sublinha a necessidade de se adoptar uma definição ampla e multifacetada pois quando falamos de violência doméstica não nos estamos apenas a referir aos actos de força sobre um familiar ou companheiro para intimidar ou controlar. A violência doméstica pode envolver um conjunto de actos violentos tais como contacto

físico indesejado ou punitivo, a coação ou actividades forçadas, o abuso de crianças, danos em propriedade, maltratar animais, ameaças e outros tipos de agressões verbais que visam controlar e isolar a vítima, tornando-a impotente e incapaz de escolher livremente.

Ferraro refere que a violência doméstica contra as mulheres, segundo a perspectiva feminista é uma expressão dos privilégios de classe, raça, género e heterossexualidade. É um problema cuja raiz vem da estrutura da ordem social e não das mentes do homem, como ser individual.

A violência contra as mulheres pelos seus maridos/companheiros representa uma forma de controlo social, legitimada pelas convenções da lei e da moralidade e por isso fora do alcance da acção dos agentes judiciais.

Isto significa que a violência contra as mulheres é uma parte fulcral do sistema que perpetua a desigualdade de poderes entre homens e mulheres porque enquanto houver violência e/ou ameaças ainda não se atingiu a Igualdade de Direitos

Marcus também refere que, nas suas investigações sempre encontrou referências à violência doméstica, só que esta era raramente identificada e abordada de uma forma clara e directa como violência. “Nunca ouvi ninguém chamar-lhe terror”. Normalmente é caracterizada através de eufemismos como “manter a ordem”, “disciplina” ou “uma forma de relembrar” à mulher quais as suas responsabilidades para com o seu marido.

É também referido que a violência doméstica, embora possa apresentar pequenas variáveis de índole cultural, mantém a maioria das suas características em todas as partes do mundo.

Na análise de Bogat, Levendosky e von Eye, a violência contra as mulheres por parceiros íntimos é considerada como a violência dos homens contra as suas parceiras do sexo feminino. As mulheres podem experienciar diferentes tipos de violência, nomeadamente, violência física, violência sexual e violência psicológica.

No que diz respeito à sua direccionalidade a violência entre parceiros íntimos é definida de uma forma abrangente, não apenas dos homens contra as mulheres. A maior parte da investigação focalizou-se na violência dos homens contra as suas parceiras mulheres. Isto foi justificado pelas evidências de que as mulheres, em comparação aos homens, têm mais probabilidades de ficar com lesões físicas ou experienciar medo como consequência da violência infligida pelos seus parceiros.

Esta abordagem assume que os casais violentos geralmente se caracterizam pela violência masculina contra as suas parceiras do sexo feminino e que a violência entre parceiros íntimos por parte de mulheres, se ocorre, é em legítima defesa. Não é sempre assim, os autores afirmam que os investigadores estão preocupados em que se diga que eles estão a “culpar a vítima” caso examinem outros tipos de violência (violência entre parceiros íntimos mútua ou violência entre parceiros íntimos iniciada por mulheres).

Segundo Bancroft (2002, in Bybee e Sullivan), o espancamento é por definição um padrão do comportamento abusivo e, os homens abusivos têm grandes probabilidades de continuar com a violência quando compreendem que esta é eficaz.

Gordis, Margolin e Vickerman estudaram a agressão física marital passada e presente e a sua relação com a comunicação e os comportamentos de medo. Referem que mulheres cujos maridos tenham sido agressivos com elas sofrem consequências físicas e emocionais.

Encontramos também, ao longo dos textos que se referem a esta área de intervenção, expressões como, mulheres maltratadas, violência interpessoal entre parceiros, violência contra as mulheres por parceiros do sexo masculino ou por exemplo, abuso de esposas, no entanto, verifica-se que se referem à violência que é exercida por homens contra as mulheres com quem têm uma relação de intimidade ou de coabitação. Muitos destes textos referem o facto das mulheres serem as vítimas desta violência e os homens os perpetradores, no entanto, verifica-se nalguns deles referências breves à violência que as mulheres exercem contra os seus parceiros e ao facto de no contexto da violência, as mulheres serem as principais vítimas, apesar de existirem outras como as crianças, os idosos e os deficientes.

O problema da violência doméstica está presente em todos os grupos sociais, étnicos e religiosos e alguns factores tal como a pobreza, o desemprego, o abuso de substâncias, o baixo estatuto social, a marginalidade, etc. dão origem a factores de risco a que estão sujeitas maioritariamente as mulheres e as crianças.

São normalmente as mulheres com situações socio-económicas mais difíceis as principais utentes dos serviços públicos, como os refúgios e a segurança social, assim, as vítimas de camadas sociais mais elevadas são menos visíveis pois não recorrem a estes serviços. O facto de não dispormos de informações sobre todas as ocorrências torna mais menos visível o facto da violência doméstica atravessar todas as barreiras de classe, cultura e etnicidade.

### ***Serviços para Mulheres Sobreviventes***

O desenvolvimento de serviços de apoio a mulheres sobreviventes de violência tem tido como principais objectivos a protecção, a segurança e o *empowerment* das mulheres, sempre tendo em conta a vontade da própria mulher.

Proporcionam uma perspectiva de *empowerment*, o que quer dizer que a mulher tem mais poder, quer a nível pessoal quer a nível psicológico passando a dispor de mais recursos emocionais e pessoais que lhe permitem tomar decisões sobre a sua própria vida. É também muito importante que as mulheres possam aceder, com facilidade aos recursos da comunidade e que estes lhe permitam ser ela a tomar as suas próprias decisões.

Os serviços para mulheres desenvolveram-se no contexto do movimento das mulheres, tendo em conta que “os homens maltratam as mulheres porque sabem que não são penalizados por isso”. (Gene Errington (1977) citada por R.Brown).

É no início dos anos 70, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, que algumas mulheres que tinham sobrevivido a relações violentas, juntamente com elementos do movimento feminista e outras mulheres preocupadas com esta problemática, iniciaram um movimento contra a violência doméstica (NiCarthy,

1982). Foram criados serviços para mulheres sobreviventes de violência, nomeadamente, refúgios e centros de crise, que acolhiam as mulheres e as crianças e lhes disponibilizavam informação e acompanhamento (jurídico e psicológico). Surgiram também grupos de ajuda mútua, no sentido proporcionar uma partilha de experiências entre as mulheres e um apoio entre pessoas que passaram por percursos similares. O surgimento destes serviços veio dar visibilidade ao movimento de reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como uma violação de direitos mas também permitiu fazer a recolha das suas prioridades ao nível das mudanças que era necessário realizar.

Segundo Brown, as mulheres da América do Norte responderam às crises das sobreviventes de violência doméstica, organizando-se e desenvolvendo redes de refúgios e de casas seguras para responder às suas necessidades, ao mesmo tempo que, faziam pressão política para que as questões da violência doméstica fizessem parte das agendas políticas.

Paralelamente, vão surgindo na comunidade outros serviços preocupados com a sua actuação pois as mulheres recorrem a eles, em consequência dos efeitos da violência doméstica, nomeadamente, os serviços de saúde, as polícias. Isto levou a que se organizassem e tentassem elaborar estratégias de intervenção, pois existe um reconhecimento crescente para o facto de existirem consequências directas entre o grau como as comunidades respondem eficazmente à violência e a segurança e o bem-estar das mulheres (Allen, 2004)

A investigação tem sido um contributo fundamental para o conhecimento e para a caracterização das necessidades das mulheres sobreviventes, das situações em que estão envolvidas e razões que as levam a procurar o apoio de um serviço na comunidade.

Segundo Brown, as mulheres da América do Norte responderam às crises destas sobreviventes organizando-se e desenvolvendo redes de refúgios e de casas seguras para responder às necessidades das sobreviventes, ao mesmo tempo que, faziam pressão política para que as questões da violência doméstica façam parte das agendas políticas.

As necessidades das mulheres sobreviventes de violência doméstica podem ser muito diversas, como por exemplo os procedimentos legais, necessidades de saúde, emprego, habitação, grupos de ajuda mútua ou apoio psicológico, bem como, a todas as necessidades das suas crianças, como por exemplo, as escolas. (Davies et al., 1998; Schechter, 1999; Sullivan & Rumptz, 1995; Sullivan, Tan, Basta, Rumptz & Davidson, 1992, citados por Allen, 2004)

Segundo o Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, (2003), as necessidades das mulheres maltratadas e dos seus agressores envolvem diversos sectores. Podem ser necessárias as intervenções dos sistemas de justiça criminal e civil, serviços sociais, serviços de saúde, entidades na área da saúde mental e serviços de apoio a mulheres maltratadas e às suas famílias.

As mulheres maltratadas podem procurar respostas no sistema de justiça criminal. Este tem servido como o principal veículo de resposta formal das comunidades à violência doméstica. Segundo Bachman (1994, in Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, 2003) as mulheres têm diferentes razões para contactarem os agentes de segurança, seja para castigarem os seus agressores, para parar a violência ou para prevenir novas ocorrências. Mais recentemente, o sistema de justiça criminal tem adoptado uma estratégia mais pró-activa, em que a resposta à violência doméstica não necessita da participação da vítima, de modo a retirar da vítima a responsabilidade em determinar o avanço dos processos.

Para além do sistema de justiça criminal, as mulheres também podem procurar serviços de apoio a mulheres sobreviventes de violência ou refúgios. Estes serviços podem dispor de acolhimento, acompanhamento, informação jurídica ou de defesa de direitos. No entanto, segundo Gelles e Strauss (1988, in Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, 2003), menos de 2% das mulheres que foram gravemente maltratadas procuraram apoio nestas organizações e nenhuma mulher vítima de violência “menor” recorreu a estas organizações. Segundo eles, há factores que contribuem para o número relativamente baixo de mulheres que procura estes serviços, nomeadamente o facto de em muitas comunidades estes serviços não serem adequados para darem resposta a todas as mulheres que os procuram (Gelles e Strauss 1988 and Ethical and Judicial Affairs, AMA, 1992). Também há que ter em conta que,

para muitas mulheres, deixar o agressor e ir para um refúgio, ou procurar apoio para pedir uma ordem de protecção, é uma decisão importantíssima que só é tomada em último recurso.

Os serviços de saúde são outro dos recursos importantes para as mulheres sobreviventes de violência. Elas procuram tratamentos para os ferimentos sofridos directamente em situações de violência mas também para outro tipo de queixas, como por exemplo, dores de cabeça crónicas, dores abdominais, dificuldades em dormir ou depressão. Muitas vezes as mulheres que utilizam os serviços de saúde não se identificam como vítimas de violência e os profissionais de saúde não as identificam como tal. Nos últimos anos, os serviços de saúde têm vindo a ficar mais alerta para esta problemática e a desenvolver políticas de detenção e de intervenção nestas situações. (Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, 2003)

É ainda menos provável que serviços, como por exemplo, programas de tratamento para consumos de álcool e de drogas, serviços de protecção às crianças e serviços de apoio aos sem abrigo, identifiquem a existência de mulheres que são vítimas de violência doméstica ou de agressores, no seu universo de utentes, nem que intervenham ou encaminhem para serviços especializados, as situações que detectam. (Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, 2003)

Segundo o relato do Institute for Community Peace e do Family Violence Prevention Fund, (2003), são menos frequentes as comunidades que alargam a sua rede de recursos e envolvem outros agentes, nomeadamente, empresas e organizações religiosas, como pontos de contacto para as vítimas de violência doméstica. Assim, podemos verificar, a variedade de necessidades e de recursos que podem ou terão que ser mobilizados no apoio a mulheres sobreviventes de violência doméstica, no sentido de facilitar o acesso das vítimas aos serviços.

O *advocacy* tem sido um dos princípios do movimento das mulheres no seu trabalho para eliminar a violência doméstica. (Allen, 2004). Esta autora refere a definição de Davies, Lyon e Monti-Catania (1998) de *advocate* como “alguém que responde directamente para ajudar mulheres maltratadas, num contexto institucional” (P.2). Esta definição define o objectivo do *advocate*, como sendo de apoiar as mulheres a interagir

com o sistema comunitário de resposta à violência doméstica, à medida que a própria mulher tenta obter os recursos de que necessita.

Nos anos 70 do século XX, as organizações de base comunitária do movimento feminista organizaram-se no sentido de disponibilizar respostas para as necessidades das mulheres sobreviventes de violência e para produzir mudança social, através do questionamento de atitudes e estereótipos, dando visibilidade ao activismo feminista. (Matthews, 1994; Riger, 1994, in Cambelll, Baker & Mazurek, 1998). Pretendiam que estas estruturas fossem inovadoras, centradas na perspectiva da mulher, em modelos de defesa de direitos e prestação de serviços. Ao longo dos anos, muitas das activistas abandonaram os serviços que tinham implementado, nomeadamente, os refúgios, e foram substituídas por outras mulheres que optaram por abordagens mais convencionais e numa perspectiva mais consensual com os requisitos de profissionalismo inerentes às fontes de financiamento público, verificando-se ao mesmo tempo, um o crescente aumento do número de pedidos de apoio o que deu origem a estruturas mais organizadas, profissionalizadas e formais do que as originais, em que esta estruturação não era considerada necessária.

Assim, e tendo em conta as mudanças observadas é cada vez mais necessário analisar e investigar a problemática da violência contra as mulheres e crianças. Não apenas no sentido de fazer investigação sobre as partes envolvidas nos episódios de violência como as vítimas, os agressores ou as crianças, é também analisar e fazer investigação sobre todos os outros actores envolvidos, nomeadamente as respostas do sistema, os serviços disponíveis ou o impacto que a violência tem a médio e a longo prazo.

Mas se tivermos em conta que nos últimos anos muito se tem investigado e que muita dessa investigação foi marcada pela controvérsia, pelas suspeitas sobre as metodologias nomeadamente no que diz respeito ao não envolvimento das mulheres sobreviventes de violência doméstica no seu desenho, pelas leituras que foram feitas dos resultados obtidos, nos referenciais teóricos utilizados em que especialmente entre as perspectivas feministas e outras correntes académicas, é importante reflectir sobre “que tipo de investigação, o que é que se investiga e para que fim” (Yllö, 1988).

Segundo Yllö (1988), mesmo deixando de lado a análise dos maus-tratos às mulheres que põem unicamente a responsabilidade da violência doméstica nas mulheres, é possível encontrar muita investigação focada na violência contra a mulher como parte de uma interação. A maior parte destes trabalhos não tem como factores centrais o género e o poder. Mais ainda, os métodos utilizados têm sido questionados por serem considerados pelo movimento feminista como patriarcais (normalmente inquéritos quantitativos ou testes psicológicos).

Ao tentar perceber as dificuldades encontradas, junto das organizações feministas, para realizar investigação sobre violência doméstica, Hoff (1988) afirma que este tipo de investigação não pode ser apenas uma pesquisa científica, há que ter em conta aspectos éticos e políticos. Que as pessoas entrevistadas devem ser compensadas pela sua participação e que devem elas próprias fazer parte do processo de investigação de modo a proporcionar alternativas ao modelo tradicional de domínio/submissão entre investigadores e investigados.

Tem sido consensual que a investigação sobre esta temática, não deve ser reduzida a uma recolha de dados quantitativos. Apesar de importantes, os estudos quantitativos deixam de fora o relato das mulheres e as explicações que estas nos trazem para podermos compreender o que aconteceu. Não são apenas números e dados, são mulheres a relatarem o que lhes aconteceu. (Yllö, 1988)

### ***Investigação sobre Avaliação de Serviços***

Uma parte da investigação sobre a violência contra as mulheres, nomeadamente a violência doméstica e a violência sexual tem a ver com os refúgios e com os centros de crise ou de atendimento que existem para dar resposta às necessidades das mulheres sobreviventes. É importante saber como se caracterizam e como evoluíram, se a forma como se desenvolveram tem sido útil para as mulheres, e que estas encontram cada vez mais respostas adequadas às suas necessidades reais.

Em última análise o objectivo da investigação em violência contra as mulheres, nomeadamente em violência doméstica é aumentar a segurança e a justiça face às mulheres e crianças.

As sobreviventes devem estar envolvidas nestes processos de avaliação dos serviços pois é importante ter a visão de quem consome os serviços, das suas expectativas e dos resultados que obtiveram por recorrerem a esses serviços.

É também importante, ter em conta o que se pretende atingir com a existência de um refúgio ou de um centro de atendimento para poder avaliar os seus resultados, se esses objectivos são possíveis de serem medidos pois quando é feita a avaliação pretende-se saber se há uma relação entre os objectivos e os resultados que estão a ser produzidos.

Podem ser medidos resultados a curto ou a longo prazo. Um exemplo de objectivos a curto prazos é o aumento efectivo da segurança das mulheres envolvidas em situações de violência doméstica ou a diminuição do isolamento da vítima. Como objectivos a longo prazo, temos por exemplo o aumento da qualidade de vida da sobrevivente de violência doméstica. No entanto, é necessário também ter em conta que fazer avaliação de objectivos a longo prazo envolve um maior custo destes trabalhos de investigação.

Na maior parte dos refúgios e dos centros de atendimento é feita uma avaliação dos resultados dos objectivos a curto prazo que são identificados pelas mulheres sobreviventes de violência doméstica como importantes, de modo a melhorar a sua capacidade em disponibilizar às mulheres recursos que lhes permitam obter os resultados pretendidos. (Sullivan, Alexy; 2001)

Pretende-se assim, obter respostas para perguntas do tipo: Para as sobreviventes qual é a eficácia deste serviço na satisfação das suas necessidades; Qual é o grau de satisfação das sobreviventes relativamente ao serviço e como é que deu resposta às suas necessidades? (Sullivan, Alexy; 2001)

Se tivermos em conta que historicamente a resposta às situações de violência contra as mulheres tem-se caracterizado por serviços inadequados (Gondolf, 1998; Pence & Shepard, 1999; Sullivan, 1991, citados por Allen, 2005, a) e por uma falta de

coordenação entre os vários sistemas envolvidos nestas respostas (Hart, 1995; McEvoy, Brooking, & Brown, 1983, in Allen, 2005,a). A estratégia mais utilizada para resolver estas dificuldades tem sido juntar as instituições da comunidade, envolvendo, o poder local, as polícias, os tribunais, os serviços de saúde e de acção social, bem como as organizações não-governamentais e as organizações de apoio a mulheres sobreviventes de violência doméstica, pois só o seu envolvimento e a sua participação contribui para a obtenção de respostas abrangentes e eficazes.

Nos Estados Unidos, foi privilegiada a colaboração entre os vários sectores, o sistema judicial, as organizações de apoio a mulheres sobreviventes de violência doméstica, os programas para agressores, os serviços de saúde e os serviços sociais, tendo-se criado *Domestic Violence Coordinating Councils* (DVCCs) – parcerias na área da violência doméstica, que se tornaram um requisito para aceder a fundos nacionais e federais. (Allen, 2005,a)

Estas parcerias organizaram-se no sentido de aumentar a segurança das sobreviventes e a fomentarem a responsabilização dos agressores nas suas comunidades. O seu foco principal pode variar, todas elas têm como objectivo melhorar as políticas e as práticas das respostas institucionais às situações de violência doméstica, aumentar a cooperação e a comunicação entre os vários sistemas e aumentar a sensibilização da opinião pública e a rapidez de resposta (Allen, 2001, in Allen, 2005,a).

Os profissionais têm algumas questões importantes e difíceis de resolver. As diferenças de formação e de perspectiva podem constituir obstáculos. Os profissionais podem, também, ter que evitar a tendência para encarar as coisas apenas do ponto de vista específico do seu sector ou baseados apenas na sua experiência pessoal. Podem porem, existir outros obstáculos, como a falta de recursos, a resistência a uma abordagem conjunta, por parecer desafiar as estruturas e hierarquias organizacionais existentes; grandes quantidades de trabalho e falta de apoio aos profissionais; atitudes de negação da existência do problema, que levam as pessoas a resistirem à congregação de esforços; incompreensão face ao problema; falta de recursos ou competição entre organismos na obtenção de fundos, o que prejudica os objectivos de congregação de esforços. (ONU, 1993)

O que se pretende que as comunidades tenham em termos de respostas às situações de violência doméstica pode ser considerado a três dimensões: por um lado, devem ter uma estratégia de prevenção das situações de violência doméstica. Não basta agir depois de acontecer a violência, é necessário sensibilizar as comunidades para a sua existência, e passando uma mensagem de responsabilização dos agressores, quer através de campanhas de prevenção mas também disponibilizando aos cidadãos e aos profissionais informação sobre sinais e indicadores, recursos existentes e cuidados a ter; num segundo nível é necessário que existam estruturas especializadas de apoio a mulheres e crianças que estiveram envolvidas em situações de violência doméstica, nomeadamente, refúgios, casas abrigo, centros de crise, centros de atendimento ou espaços de informação às mulheres, onde existam profissionais para as proteger, prestar informações, acompanhar, apoiar; num terceiro nível, é também necessários que existam recursos financeiros, humanos e sociais capazes de fazer implementar os níveis anteriores de prevenção e protecção.

Para se poder disponibilizar respostas de qualidade para mulheres e crianças sobreviventes de violência doméstica, todas as entidades deveriam estabelecer uma plataforma de entendimento e de saber sobre este tema. Isto é especialmente importante na necessidade de estabelecer um conhecimento partilhado sobre as questões da perigosidade dos agressores (Logar, 2006).

Nalguns países que têm uma longa tradição na existência de organizações não governamentais para mulheres e crianças vítimas de violência a cooperação entre agências públicas e privadas tem vindo a ser desenvolvida desde os anos 90 do século XX, com base no pressuposto de que a violência contra as mulheres e crianças atravessa várias áreas de intervenção e só poderá ser eliminada se todas as instituições que lidam com este problema cooperarem eficazmente. (Shepard/Pence, 1999; Hague/Malos/Dear, 1996; Gloor/Meier/Baeriswy/Büchler, 2000; Seith, 2003; Federal Ministry for Family Affairs, Senior Citizens, Women and Youth BMFSFJ, 2004, in Logar, 2006)

Uma abordagem multi-agências pode ser vista como estratégias e instrumentos para melhorar a quantidade e a qualidade das respostas. Podem ser definidas como projectos que visam a melhoria e a coordenação das respostas ao problema da violência doméstica

por parte de entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e das comunidades.

Estas iniciativas em rede não são automaticamente eficazes. Nalguns casos, não são mais do que indicadores de boa vontade com poucos ou nenhuns resultados práticos, ou então são sessões de conversas. (Logar, 2006)

Alguns indicadores de abordagens em parceria eficazes são: (Logar, 2006)

- Os peritos das organizações de mulheres desempenham papéis fundamentais;
- As organizações participantes estão disponíveis para alterar as suas práticas internas;
- A cooperação é mais do que apenas conversa: devem ser definidos objectivos a concretizar e são planeados, implementados e avaliados projectos concretos.
- Cada organização contribui com os recursos humanos e financeiros que são necessários para implementar os planos e atingir os objectivos;
- A parceria e as organizações que as compõem praticam a igualdade de género
- A parceria aborda os actores ao nível político de modo a obter os meios necessários para o apoio às vítimas: se faltarem recursos, mesmo havendo uma cooperação muito próxima entre todas as instituições vai ser difícil contribuir para a melhoria das situações das vítimas.

É importante adoptar um quadro de princípios, objectivos claros e quantificáveis bem como planos de acção a ser implementados e avaliados.

É também importante termos, informação e saber sobre as características e os pressupostos das respostas comunitárias como referência para o seu desenvolvimento de forma a serem eficazes e responsivas aos problemas da violência doméstica contra as mulheres. Assim, seguidamente apresentamos a caracterização das parcerias comunitárias bem como alguns contributos que consideramos importantes para a caracterização das parcerias comunitárias na área da violência doméstica contra as mulheres

## *PARCERIAS COMUNITÁRIAS*

Uma parceria comunitária é um grupo que envolve múltiplos sectores de uma comunidade, que se juntam para debater e resolver os problemas da comunidade (Berkowitz & Wolf, 2000, in Wolf, 2001).

Berkowitz (2001) afirma que o interesse nas parcerias tem vindo a aumentar nas últimas duas décadas. Parece que o conceito de parceria se enraizou no panorama cívico, e se tornou uma estrutura aceitável, à qual os líderes comunitários podem recorrer no sentido da melhoria das comunidades.

A nível mundial e no panorama nacional, temos vindo a observar o surgimento de parcerias com o objectivo de congregar esforços na resolução de alguns problemas da sociedade. Em Portugal, nos últimos anos, observámos a criação de parcerias, como por exemplo o desenvolvimento das redes sociais locais e das comissões de protecção de menores.

Também na área da violência doméstica, algumas comunidades têm vindo a desenvolver esforços no sentido de criarem respostas articuladas de apoio às vítimas e aos agressores de violência doméstica.

Segundo Wolff (2001) os critérios para uma parceria comunitária devem ser:

- Seja constituída por membros da comunidade;
- Focalizada em problemas locais em vez de problemas nacionais;
- Abordando as necessidades da comunidade;
- Aumentando os bens existentes na comunidade;
- Ajuda a resolver os problemas da comunidade através da colaboração;
- Tem a dimensão comunitária e tem representantes de múltiplos sectores;
- Trabalha em múltiplas coisas;
- É influenciada pelos cidadãos ou mesmo liderada por eles
- Existe a longo prazo, não é uma parceria ah-doc;

Muitas comunidades têm utilizado parcerias para mobilizar os seus recursos de forma a resolver com sucesso, os problemas emergentes com que se vêm confrontados.

Berkowitz (2001) considera que as parcerias comunitárias põem a sua tónica na a) representação de múltiplos sectores da comunidade; b) atenção a múltiplos problemas da comunidade; c) participação activa e local dos cidadãos e d) processos de tomada de decisão e de planeamento de baixo para cima.

Através da sua organização e participação em parcerias, as pessoas das comunidades foram capazes de ter um impacto significativo nos processos de tomada de decisão sobre os programas a implementar, sobre as práticas e nas políticas existentes, relativamente a um largo número de temas, nomeadamente o desenvolvimento económico, a habitação para famílias de baixos recursos económicos, o abuso de substâncias, o controlo do tabaco, a violência doméstica, o racismo, os bairros degradados ou em processos de degradação, a prevenção da violência e os ambientes poluídos. (Roussus & Fawcett, 2000, in Wolff, (2001,a)

De acordo, ainda, com Wolff (2001,a) as parcerias consideradas mais eficazes têm características únicas como o facto de serem holísticas e abrangentes. Esta abordagem holística permite à comunidade abordar os assuntos que ela própria considera e declara serem prioritários. Não ficam constrangidos a tratar dos assuntos, por questões de financiamento ou de missão.

Devem ainda, ser flexíveis e reactivas, como tal, abordar assuntos emergentes modificando-se e adaptando-se em termos de planos e estratégias às novas necessidades que vão surgindo.

Contribuem para a criação de um sentimento de comunidade. McMillan & Chavis (1986, in Wolff, 2001) sugerem que este sentimento de comunidade inclui “um sentimento que os seus membros têm de pertença, que são importantes uns para os outros e para o próprio grupo, uma crença partilhada de que as necessidades dos seus membros serão resolvidas através do seu compromisso em continuarem juntos” (p.9). Muitas vezes, a parceria é um dos poucos locais onde os seus diferentes membros se encontram, trocam informação e resolvem problemas. Os membros das parcerias

relatam frequentemente que recebem apoio pessoal e profissional pela sua participação na rede social da parceria.

As parcerias comunitárias constroem e reforçam o empenho dos residentes na vida da comunidade. As parcerias comunitárias são um veículo para o *empowerment* comunitário. Zimmerman (2000, in Wolf, 2001) define uma comunidade *empowered* (empoderada) como “uma comunidade que faz esforços para melhorar, responder às ameaças à qualidade de vida e proporcionar oportunidades de participação aos seus cidadãos” (p.54). As parcerias comunitárias abordam e resolvem com sucesso os problemas locais, constroem o capital social e a esperança através da demonstração da capacidade dos residentes em terem impacto.

As parcerias comunitárias devem permitir a valorização e a celebração da diversidade. Devem também ser representativas dessa mesma diversidade e incubadoras de soluções inovadoras para grandes problemas que atingem não só a sua comunidade, mas também todo o país. (Wolff, 2001,a)

Ainda, Wolff (2001,a), nos chama a atenção para as forças e influências que levaram à recente expansão do aparecimento de parcerias comunitárias. Estas parcerias permitem a expansão do trabalho desenvolvido pelos projectos de intervenção locais a toda a comunidade.

Outro factor que contribuiu foi a passagem dos programas de intervenção federais para os governos locais. Esta retirada do governo, face aos problemas com que as comunidades americanas se viam confrontadas, transpôs a responsabilidade para as comunidades locais que começaram a abordar as questões que até aí eram tratadas a nível nacional. Esta mudança criou muitas pressões nas comunidades mas ao mesmo tempo criou oportunidades interessantes para a criação de parcerias comunitárias.

Outra das forças inerentes à criação das parcerias foi a sua capacidade de fazerem mais com menos. Os cortes nos financiamentos vieram acentuar essa necessidade.

Por outro lado, as fontes de financiamento existentes levavam a que os utentes tivessem que recorrer a várias organizações diferentes no sentido de encontrarem respostas para

as suas diversas necessidades. Estas instituições muitas vezes não se conheciam nem interagiam o que gerava uma duplicação de esforços, a fragmentação dos serviços e um excesso de profissionais. A criação de parcerias comunitárias também teve em vista a construção de sistemas de apoio mais competentes e com maior coordenação em relação às situações, às populações e aos temas.

A criação de parcerias comunitárias foi uma das muitas respostas ao progressivo declínio do envolvimento cívico. (Putnam, 2000, Lappe & Dubois, 1994, Bradley, 1998, in Wolff, 2001). Antes do surgimento das parcerias, as organizações chave de cada comunidade lutavam sozinhas contra os mesmos problemas.

Wolff (2001, b), refere-nos também que “o processo de construção de parcerias comunitárias é um processo humano. A parceria tem sucesso se conseguir juntar as pessoas e promover as relações entre elas. Tal permite o surgimento de processos de resolução de problemas que melhoram a qualidade de vida da comunidade. (...) Como resultados da sua participação na parceria os membros da parceria relatam a realização de projectos de financiamento com outras entidades, um aumento do trabalho conjunto, a concepção de projecto comuns e até mesmo situações de convívio”

Também em Portugal, se tem verificado o desenvolvimento de parcerias em diversas áreas. Na área do apoio às mulheres sobreviventes de violência as organizações não governamentais têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento de algumas parcerias comunitárias. É objectivo destas organizações rentabilizar o esforço que estava a ser realizado pelas mulheres ao terem que recorrer a diferentes instituições na comunidade para encontrarem as respostas que procuravam. Estas organizações têm vindo a mobilizar diferentes parceiros no sentido de encontrarem respostas mais coordenadas e eficazes para as suas utentes.

Do ponto de vista da prática, é necessário determinar quais as abordagens mais eficazes para a criação de parcerias comunitárias competentes. Muitos são os factores que podem influenciar o sucesso ou o insucesso de uma parceria comunitária. Iremos apresentar algumas reflexões que têm por base a experiência de algumas parcerias comunitárias, algumas delas na área da violência doméstica, no sentido de perspectivarmos factores comuns.

Wolff, (2001,a), chama-nos a atenção que a prática, a investigação a avaliação e a assistência técnica às parcerias demonstra-nos que a criação das parcerias comunitárias tem sido um misto de sucessos e fracassos e que estas não podem ser indiscriminadamente recomendadas para resolver tudo. Existe uma elevada percentagem de falhanços e devemos olhar para as parcerias que têm provocado mudanças comunitárias significativas e aprender com esses sucessos. É com base nas lições aprendidas que cuidadosamente devemos criar outras parcerias.

O Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund (2003) foram comparar seis parcerias regionais na área da violência doméstica. Para tal reuniram elementos destas seis parcerias num dia de reflexão e entrevistaram alguns dos seus membros com o objectivo de estabelecer pontos de ligação entre a prevenção da violência e o desenvolvimento comunitário. Esperavam que a partilha de informação e de experiência pudesse vir a contribuir para o surgimento de novas ideias e oportunidades que melhorassem a eficácia e a sustentabilidade desses programas e que contribuíssem para comunidades mais fortes e seguras.

O Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund (2003), refere que a existência de parcerias articuladas é uma das formas que a comunidade tem de ter um fórum onde são discutidas as suas necessidades e prioridades e onde as relações que se estabelecem nestes contextos se aprofundam e permitem um desenvolvimento das respostas da comunidade que vai para além das actividades da parceria.

Chegaram à conclusão que em todas elas a mudança dos sistemas foi um processo lento, com avanços e recuos, que se foi desenvolvendo ao longo de vários anos, influenciadas pelas características e dinâmicas próprias de cada uma destas comunidades. (Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund, 2003)

Para que uma parceria surja é muitas vezes necessário que exista na comunidade uma predisposição para a sua criação parceria Um dos factores que identificaram foi o facto de nalguns locais ser ter sido necessário um acontecimento que chamasse a atenção para as lacunas do sistema e que mobilizasse a opinião pública para a violência doméstica,

mobilizando assim também os recursos e as vontades necessárias à criação da parceria comunitária. Esses acontecimentos foram facilitadores da introdução de mudanças.

Também Wolff (2001,b) nos fala dessa predisposição da comunidade para a criação de uma dada parceria. Diz-nos que “as parcerias têm maior probabilidade de sucesso se a motivação da sua criação vem de dentro da própria comunidade.”

É exemplo claro desta predisposição das comunidades, a necessidade que têm vindo a ser manifestadas por algumas comunidades em Portugal, no sentido da criação de respostas para as situações de violência doméstica com que se deparam diariamente. O aumento do debate público sobre esta temática, as campanhas de sensibilização, a criação de três Planos Nacionais de Combate à Violência Doméstica e a visibilidade cada vez maior das situações de violência, algumas delas tendo como protagonistas figuras públicas têm vindo a contribuir para um crescente número de solicitações. Este enquadramento da realidade nacional tem sido um factor desencadeante do aumento de serviços disponíveis mas também um despertar das instituições na comunidade para necessidades de uma melhor articulação entre serviços e para o seu papel fundamental como agentes de mudança.

Wolff (2001,b) refere também que deve ser prestada uma especial atenção para a história da comunidade e às relações de poder existentes entre os vários membros da parceria. Não deixando de referir o facto de poderem existir várias parcerias numa mesma comunidade, com objectivos diferentes o que torna mais difícil “criar comunicação e coordenação entre as várias parcerias”.

Allen (2005,b) foi analisar factores como o clima da parceria e a sua estrutura, no sentido de perceber melhor como é que estes factores se influenciam mutuamente. “O clima da parceria é o seu carácter e a sua personalidade.” (p.50)

O estudo que realizou focalizou-se em quatro elementos do clima das parcerias que, em estudos anteriores foram relacionados com o sucesso das parcerias, nomeadamente: a) resolução de conflitos; b) a presença de uma missão partilhada; c) processos de tomada de decisão partilhados e d) uma liderança inclusiva e eficiente. Estes factores são indicadores de uma parceria inclusiva, em que a voz, o saber e os diferentes pontos de

vista dos vários membros são valorizados e rentabilizados a favor de uma visão comum. (Allen, 2005)

Estes processos não são isentos de dificuldades. O conflito faz parte destes processo reunir pessoas muito diferentes numa mesma parceria. Um dos maiores desafios de uma rede é conseguir um ambiente de trabalho que permita o surgimento de conflitos e que estes possam ser resolvidos adequadamente. Wolff (2001,b) Um dos elementos de eficácia da parceria tem a ver com a sua capacidade em resolver divergências e conflitos. (Ornelas, Vargas Moniz, 2007)

Chavis (2001) chama-nos a atenção para o facto de existir em muitas parcerias uma regra tácita de “darem-se bem”, mesmo que isto não seja inteiramente verdade fora da parceria. Esta regra mantém as desigualdades da comunidade. No entanto, segundo ele, é através da transformação desses conflitos que uma parceria pode criar mudanças progressivas na comunidade. A transformação dos conflitos é o processo pelo qual a resolução de um conflito promove o desenvolvimento das capacidades de toda a parceria, tornando-a mais forte.

Ainda segundo Chavis (2001), as parcerias são um terreno fértil para os conflitos porque albergam uma enorme diversidade de interesses, de níveis e de relações de poder, bem como outros factores (ex.: a história da comunidade). Para existir um aumento da capacidade das comunidades em criar mudança social deve haver dentro da parceria a capacidade de abordar os conflitos relacionados com as desigualdades de poder e com o acesso aos recursos e reconhecer cada um dos parceiros como igual. Mais ainda, Chavis sugere que as parcerias devem criar e apoiar normas de apresentação e resolução dos conflitos e devem também ter um papel interveniente na resolução de conflitos que possam surgir, tornando-se um agente da comunidade capaz de disponibilizar formação, informações e encaminhamento, desenvolvimento de novas parcerias, desenvolvendo estratégias de comunicação e de marketing social com a comunidade, incentivando a inovação e promovendo a avaliação e a investigação.

Allen (2005,b), sugere que apesar das pessoas numa parceria acordarem numa visão conjunta, isso não quer dizer que não haja conflito. Os conflitos surgem na discussão sobre como efectivar a implementação das suas ideias.

Segundo Deutsch (1994) o conflito é a essencial da mudança pessoal e social pois é o mecanismo através do qual se dá visibilidade aos problemas e se encontram soluções. Muitos conflitos têm vários motivos em que as partes envolvidas têm interesses competitivos e colaborativos. Isto vai dar origem a diferentes estratégias de lidar com o conflito, processos de comunicação e de atitudes diferentes.

A presença de uma missão partilhada pelos membros da parceria é também um dos indicadores da sua eficácia. Desenvolver uma missão partilhada exige obter consensos e ultrapassar pontos de vista e prioridades muito diferentes (Fargason, Barnes, Schneider, & Galloway, 1994; Gray, 1985, in Allen, 2005,a)

A definição de uma missão conjunta e partilhada pelos membros da parceria é importante para o seu desenvolvimento e, segundo Wolff (2001, b), contribui para o seu sentimento de eficácia e adiciona ao processo do grupo um sentimento de espiritualidade. O desenvolvimento desta missão partilhada pode ser feito através de exercícios que ajudam a parceria a perceber quais são as suas esperanças e os seus desejos. Pode levar a uma melhor partilha de objectivos futuros. Refere ainda, que não existe uma única estrutura eficaz para gerir as parcerias comunitárias. É necessária uma capacidade organizacional que proporcione o atingir dos objectivos, nomeadamente capacidade de decisão, comunicação, recursos adequados e liderança.

Wolff (2001, b), refere também que “as parcerias dependem enormemente de quem determina a sua visão e a sua missão” (p.177). As parcerias podem surgir da comunidade, em que um grupo de cidadãos se organiza para dar resposta às necessidades da sua comunidade e vai mobilizando outros parceiros ou então pode ser desenvolvida por entidades e organizações e aí são as entidades que são os membros e as pessoas representam as entidades. Nas parcerias constituídas por profissionais as pessoas têm um papel secundário e a definição das prioridades é feita segundo a prioridade das entidades e dos profissionais, não segundo as prioridades das pessoas.

Outro dos factores que Wolff (2001, b) considera de extrema importância para o sucesso das parcerias comunitárias, e muitas vezes um dos seus maiores desafios, é a necessidade destas terem objectivos concretos, atingíveis e que possam ser medíveis.

Em Portugal, as parcerias são essencialmente criadas por organizações e entidades públicas e privadas. São compostas por profissionais, que são destacados para representar as entidades.

Segundo este mesmo autor outro dos factores fundamentais é a comunicação. Wolff (2001, b) chama-lhe mesmo o sangue da parceria, que promove a compreensão, a pertença e a confiança entre os membros da parceria. Também é preciso prestar atenção à informação que é passada para o exterior pois tal irá consolidar o respeito e o poder da parceria. A circulação da informação tem de ser pensada quando se preparam as reuniões no sentido de prever tempo para criar ligações entre os membros e tempo para o fluir da informação.

Os processos de tomada de decisão no contexto de uma parceria são complexos, mas são também um dos factores de percepção da eficácia (Allen, 2005). Devem ser processos partilhados que envolvam o mais possível todos os elementos da parceria mas especialmente, o seu pessoal, a direcção da parceria, os grupos de trabalho, as entidades financiadoras e a entidade que coordena. (Wolff, 2001, b) É fundamental que os papéis estejam bem definidos ou que sejam revistos.

Outro dos factores de sucesso de uma parceria prende-se com a liderança. Segundo Wolff (2001,b), o sucesso de uma parceria está intimamente ligado aos seus líderes, estes trazem esperança, energia e visão no seu desencadear. Uma parceria tem melhores probabilidades de sucesso se os seus primeiros líderes tiverem o apoio da população como dos principais líderes de uma comunidade. Refere também que numa parceria comunitária a liderança não está normalmente concentrada numa única pessoa que faz o seu desencadear e que a mantém. Normalmente nas parcerias de sucesso a liderança está dispersa pelos seus membros e desenvolve-se entre todos os seus membros. Estas parcerias de sucesso têm uma liderança partilhada e colaborativa em que os líderes partilham o poder em vez de imporem uma hierarquia rígida. Eles não têm uma visão fragmentada e departamentalizada, têm uma perspectiva holística da organização e da comunidade. Focalizam-se na facilitação e nos processos e não na tomada de decisão. São flexíveis, descentralizam, são inclusivos, pro-activos e focalizam-se nos processos bem como nos produtos. Têm que ser pessoas que aceitem riscos.

Wolff (2001, b), prossegue dizendo-nos que “os líderes de parcerias de sucesso estão sempre à procura de formas para aumentar a liderança dos membros. Pode ser pela direcção de um grupo de trabalho ou pedindo a alguém para escrever um artigo para o jornal ou preparando a sala para as reuniões da parceria, estes líderes estão constantemente a identificar papéis de liderança e a delegar responsabilidades.”

O Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund (2003) também refere a liderança como um dos principais factores das parcerias que foram analisar. Dizem-nos mesmo que para formar uma parceria a comunidade tem que reunir várias entidades que normalmente não trabalham juntas e há que motivá-las a alterarem as suas abordagens da violência doméstica. Este é um processo difícil e que depende de uma liderança forte, consistente e de confiança.

Para que uma comunidade altere a sua forma de actuação é necessário mobilizar alguém com poder de decisão, dentro da organização que cuja actuação pretendemos alterar, para que este(a) apoie essa mudança. Os líderes têm que ter poder de decisão e disponibilidade de tempo para desempenharem esse papel pois assim eles poderão alterar as prioridades, de orientação estratégica de meios e procedimentos de modo a introduzirem as alterações pretendidas. (Wolff, 2001,b)

Allen (2005) dá-nos como exemplo, o papel relevante que pode ser desempenhado pelos juízes, especialmente como líderes de processos de mudança no contexto do sistema judicial. No entanto, os juízes, dado o papel que desempenham nas comunidades, podem não querer liderar estes processos para não parecerem tendenciosos nas suas abordagens à violência doméstica.

É também muito importante que existam líderes de fora do sistema judicial, referindo-se, nomeadamente, ao papel que as defensoras dos direitos das mulheres vítimas de violência têm vindo a desempenhar como líderes de muitas mudanças comunitárias.

Também em Portugal, as organizações que prestam apoio a sobreviventes de violência doméstica, têm liderado muitas das mudanças e das evoluções no desenvolvimento de

respostas para as vítimas e contribuído para o desenvolvimento das parcerias comunitárias.

Berkowitz (2001) pergunta-nos quais são os resultados substantivos produzidos e quais foram os seus impactos nas comunidades locais.

Segundo Wolff, (2001, b), as parcerias existem para criar mudança comunitária. É fundamental para o sucesso da parceria ter como objectivo a criação de mudanças comunitárias. Essas mudanças têm impacto quer nos seus membros quer nos seus avaliadores ou financiadores. É um dos factores que mantém os membros envolvidos na parceria. É necessário manter a mudanças comunitária como objectivo da parceria, não será suficiente dar resposta às necessidades dos membros da parceria é necessário pensar para toda a comunidade.

Uma parceria activa e de sucesso, necessita de uma diversidade de membros que representem o mais possível os diferentes sectores de uma dada comunidade. No entanto, é necessário definir essa participação com algum cuidado. Nalgumas comunidades a adesão a uma parceria implica o pagamento de uma quota o que pode ser um obstáculo à participação de algumas entidades. O membro pode apenas pagar a sua quota ou apoiar a missão e os objectivos da parceria. Em última análise, a pertença a uma parceria tem a ver com a participação das actividades da parceria. Os líderes da parceria devem trabalhar no sentido de identificar novos potenciais membros da parceria. A participação nas parcerias deve ser o mais inclusiva possível e representativa da diversidade da própria comunidade, seja ela diversidade racial ou cultural mas também de idade, com a inclusão, nomeadamente, dos grupos de jovens e a participação de elementos da população alvo. Wolff (2001,b)

Algumas parcerias organizam as suas actividades através da criação de grupos de trabalho. Estes podem ser mais ou menos permanentes ou serem criados para a concretização de uma dada actividade. O que verificaram nas parcerias estudadas pelo Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund (2003), foi que havia bastante estabilidade e consistência nos membros dessas parcerias e que esta era uma forma de melhorar a resposta comunitária às situações de violência doméstica.

As parcerias também são uma forma das pessoas se encontrarem regularmente no sentido de resolver problemas. É muitas vezes através das parcerias que as instituições recebem dos seus parceiros na comunidade, informação sobre as práticas que podem ser úteis para intervenções mais eficazes. A comunicação que se estabelece permite a identificação dos problemas e na circulação da informação em tempo útil. (Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund, 2003)

Ainda segundo os autores deste estudo, o desenvolvimento de parcerias comunitárias faz com que várias pessoas diferentes tenham a oportunidade de avaliar as decisões tomadas no âmbito de situações de violência doméstica e que assim, possam contribuir para a recolha de perspectivas diferentes e para o desenvolvimento de procedimentos mais úteis às vítimas e mais eficazes para as próprias instituições.

O financiamento por si só não garante o sucesso de uma parceria e as decisões relacionadas com a gestão dos financiamentos é normalmente um dos temas de maior discussão. O financiamento não é fundamental para o sucesso de uma parceria. Há parcerias de sucesso que não têm fontes de financiamento. No entanto, ter fontes de financiamento pode permitir à parceria contratar pessoal que se encarregue, por exemplo, das questões administrativas, mas há que ter atenção para que essas fontes de financiamento não desviem a missão da parceria. (Wolff, 2001, b). Também os Institute for Community Peace e o Family Violence Prevention Fund (2003) referem a importância do financiamento para as parcerias. Pode por exemplo, permitir a contratação de pessoal o que pode facilitar a concretização dos objectivos da parceria.

A maior parte dos participantes em parcerias refere uma experiência de participação como sendo positiva pois a existência das parcerias melhorou a comunicação entre os seus membros e contribuíram fortemente para aumentar a qualidade dos serviços prestados às mulheres sobreviventes de violência. No entanto, também foram referidas algumas situações de má utilização da parceria, nomeadamente, para situações em que estava em causa a promoção pessoal ou de uma das entidades. (Wolff, 2001,b)

A gestão de uma parceria requer muitas vezes a necessidade de realizar muitas tarefas com poucos recursos e para tal é também necessário que a parceria disponha de assistência técnica, consultoria, formação e apoio, quer para o pessoal da parceria, quer

para os seus dirigentes e para os seus membros. (Wolff, 2001,b). É importante que esse apoio venha tanto de dentro da própria parceria com os saberes de profissionais de diferentes áreas como através da recolha de materiais de informação provenientes do saber desenvolvidos por outras parcerias. Uma especial atenção deverá ser prestada à necessidade de apoio ou de supervisão dos coordenadores da parceria, pois estes estão muitas vezes sozinhos no desempenho da sua função e necessitam de ajuda e de compreensão que os apoiem na sua tarefa de concretização dos objectivos propostos. (Wolff, 2001,b)

O sucesso e a eficácia de uma parceria dependem de inúmeros factores. As parcerias que atingem este nível têm uma abordagem que incorpora os valores de governação democrática, diversidade, respeito, empowerment e participação cívica. As parcerias alargam os horizontes das disciplinas profissionais (Wolff, 2001, c) pois todas elas são necessárias.

Como resultado directo da sua existência podemos observar a identificação de problemas e a rentabilização de recursos para promover mudanças comunitárias, devolvendo o poder e a responsabilidade à comunidade. (Wolff, 2001, c)

### ***Investigação em parcerias comunitárias***

Wolff (2001,c), afirma que a construção de parcerias comunitárias irá criar novos horizontes para as nossas profissões bem como alargar as fronteiras das disciplinas profissionais de modo que para entendermos o funcionamento destas parcerias necessitamos dos contributos de um grande leque de disciplinas como por exemplo: saúde pública, psicologia comunitária, antropologia, economia, psicologia social, associativismo de base comunitária, desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento organizacional.

Berkowitz (2001) chama a nossa atenção para os obstáculos inerentes à investigação em parcerias comunitárias. Um dos primeiros problemas é de logística e prende-se com a identificação das parcerias existentes. Um outro conjunto de problemas é metodológico e prende-se com o problema de fazer afirmações generalistas sobre as parcerias.

Estes limites da investigação nas parcerias comunitárias podem ser diversos, nomeadamente, o facto de não conhecermos o universo de todas as parcerias e aquelas que escolhemos para investigar podem não ser representativas de todas as outras. (Berkowitz, 2001)

Para além disso, em estudos prospectivos, normalmente o investigador não tem controlo operacional suficiente para determinar a criação de uma parceria numa dada comunidade; É difícil ou mesmo impossível uma distribuição aleatória de parcerias por comunidades (Berkowitz, 2001)

Mais ainda, em situações reais e complexas, pode ser difícil especificar a enorme quantidade de variáveis que geram os possíveis resultados, e o facto de não serem uniformes a todas as comunidades. E especialmente em estudos retrospectivos, que as variáveis que geraram os resultados da parceria não podem ser controladas. Pode também ocorrer interacção entre variáveis potencialmente influenciadoras. Isto pode ser complexo, múltiplo e frequente. São difíceis de determinar se essas variáveis foram identificadas ou controladas insuficientemente. (Berkowitz, 2001)

Muitas vezes não é óbvia a escolha dos instrumentos a utilizar. Podem ser necessários vários tipos de medidas mas, isso pode não ser fácil. A escolha das variáveis dependentes feita pelas diferentes parcerias demonstra uma enorme variação o que torna a sua comparação difícil. Isto acontece especialmente nas parcerias com múltiplas temáticas. (Berkowitz, 2001)

Quando se fazem questionários ou entrevistas, os participantes podem não ser representativos dos seus membros, da liderança da parceria, ou da comunidade em geral. Os questionários e as entrevistas têm também o seu conjunto de elementos desviantes. Pode não existir um indicador de agregação ou outras medidas de arquivo retrospectivo que mostrem as mudanças ao longo do tempo. (Berkowitz, 2001)

Mais ainda, os resultados das parcerias podem não ser visíveis durante algum tempo, podendo também variar ao longo da história da parceria o que torna desejável que se façam medições em múltiplos períodos. As variáveis que afectam os resultados das

parcerias também podem ser operacionalizadas de forma diferente em períodos de tempo ou fases diferentes. (Berkowitz, 2001)

É necessário ter em conta que os relatórios dos feitos das parcerias podem ser consciente ou inconscientemente distorcidos se a parceria recebe ou procura receber financiamento externo. Se esses relatórios são escritos de forma a agradar potenciais financiadores então a literatura publicada pela parceria pode não ser representativa. (Berkowitz, 2001)

No seu estudo inicial, Allen (2005,b), foi examinar até que ponto os factores de uma parceria inclusiva estão diferentemente relacionados com a concretização dos objectivos da parceria, no âmbito do sistema de justiça criminal e para além deste sistema. Examinou também, alguns factores preditores de concretização dos objectivos referidos na literatura, nomeadamente: a) uma liderança eficaz; b) a existência de uma missão partilhada; c) a partilha do poder e das tomadas de decisão e, a relação entre a participação activa de várias entidades envolvidas e a concretização dos objectivos quer junto do sistema de justiça mas também para além deste sistema.

O estudo realizado por Allen foi elaborado em duas fases de modo a ser relevante e o mais útil possível para as parcerias comunitárias na área da violência doméstica. Primeiro o instrumento foi elaborado em conjunto com o formador na área da violência doméstica que dava formação aos profissionais do sistema judicial e o director da organização estadual responsável pela supervisão e distribuição dos financiamentos aos refúgios. Em segundo lugar, o questionário foi preenchido por membros de diferentes parcerias que fizeram sugestões. Os parceiros da comunidade colaboraram também na interpretação dos resultados do estudo e na sua disseminação por outras comunidades.

Segundo Allen (2005,b), diz-nos que tem havido poucos estudos sobre parcerias que analisaram mais do que uma parceria e que estes serão fundamentais para o desenvolvimento de modelos sobre parcerias eficazes. Os estudos descritivos de parcerias existentes, dão-nos muita informação sobre os factores facilitadores mas falta-lhes uma análise transversal de diferentes contextos para perceber a sua influência. No seu estudo inicial, Allen (2005,b), examinou até que ponto os factores de uma parceria

inclusiva estão diferentemente relacionados com a concretização dos objectivos da parceria, no âmbito do sistema de justiça criminal e para além deste sistema.

O estudo de Allen, (2005) foi analisar as parcerias comunitárias no Estado de Illinois, nos E.U.A., partindo do pressuposto que a resposta da comunidade, no que respeita à violência doméstica contra as mulheres, tem sido caracterizada como tendo serviços inadequados (Gondolf, 1998; Pence e Shepard, 1999; Sullivan, 1991 citados por Allen, 2005,a) e pela falta de coordenação entre os sistemas envolvidos na resposta aos casos de violência doméstica (Hart, 1995; Mc Evoy, Brookings & Brown, 1983 citados por Allen, 2005,a). De modo a colmatar estas falhas os esforços têm-se focado em unir os profissionais relevantes, da mesma área dos sectores da comunidade de modo a darem resposta à problemática que é a violência doméstica.

Partiu também da afirmação de Pence & Shepard, (1999) de que os *advocates* na área da violência doméstica defendem que os reforços das parcerias comunitária se devem focalizar na segurança das mulheres e na responsabilização dos agressores e que isto requer uma reforma extensiva do sistema de justiça criminal. A autora manifesta o seu interesse em examinar até que ponto as parcerias abordam assuntos relacionados com as reformas do sistema de justiça criminal, nomeadamente: a) o aumento da acessibilidade às medidas de protecção; b) a implementação de políticas de afastamento do agressor e; c) promover a acusação com base nas provas (ou seja, que a acusação não dependa do testemunho das vítimas) Este estudo examinava até que ponto as parcerias comunitárias abordavam as reformas necessárias quer ao nível do sistema de justiça quer nas outras áreas. Foi também examinar até que ponto os líderes destas parcerias relatavam que as suas parcerias tinham conseguido atingir os seus objectivos de abordar e promover as mudanças quer no sistema de justiça criminal quer nos outros sectores da comunidade pois a percepção dos líderes dá-nos uma visão interior válida de até que ponto as parcerias atingem os seus objectivos. (Allen, 2005)

Considera que apesar das reformas do sistema de justiça criminal serem essenciais, especialmente face à necessidade de uma maior responsabilização dos agressores o ideal seria que as parcerias comunitárias tentassem promover outras reformas para além destas, de forma a promover a segurança das mulheres, nomeadamente o desenvolvimento de sistemas de identificação precoce no sistema de saúde, o aumento

do acesso das mulheres a recursos comunitários essenciais (transportes, habitação, alimentação, vestuário, apoio para as crianças e emprego) e promover uma melhor comunicação entre os serviços de promoção e protecção das crianças e os serviços de apoio às mulheres. (Allen, 2005)

Mais ainda, dado que as parcerias muitas vezes não atingem os seus objectivos é importante abordar até que ponto os factores habitualmente associados a parcerias de sucesso (ambiente da parceria, estrutura e afiliação) explicam a percepção de eficácia das parcerias comunitárias na área da violência doméstica, nomeadamente: as diferenças de poder entre os membros, o historial de relações de adversidade entre os membros, a necessidade de ultrapassar diferentes pontos de vista em relação à natureza da violência doméstica e às respostas e a necessidade de mobilizar um conjunto diversificado de membros.

## ***METODOLOGIA***

Tendo em conta que nos últimos anos têm vindo a surgir em Portugal algumas parcerias na comunidade para responder às situações de violência doméstica. Que estas surgiram muitas vezes pela mobilização por parte das autarquias ou de organizações não governamentais das diferentes instituições da comunidade que se deparavam com mulheres e crianças envolvidas em situações de violência doméstica, nomeadamente as polícias, os serviços sociais e os serviços de saúde, bem como organizações de protecção das mulheres e das crianças em risco, como as comissões de protecção de crianças e jovens e as casas abrigo ou os centros de atendimento.

Dado que sabemos pouco sobre a eficácia das parcerias comunitárias na melhoria das resposta das comunidades às situações de violência doméstica contra as mulheres e sobre os factores que contribuem para o seu sucesso ou para o seu insucesso. (Allen, 2005,b) Sabemos pouco sobre os objectivos das parcerias na área da violência doméstica que têm vindo a ser constituídas e se estão a conseguir implementar esses objectivos. Se estão a ser eficazes em produzir mudança comunitária.

Neste estudo irei investigar as características das redes comunitárias para apoio a situações de violência doméstica. Para tal, irei utilizar como instrumento o questionário e o guião de entrevista utilizados pela Prof. Nicole Allen, no seu trabalho de investigação de 2005 em que estuda quais são realmente os temas abordados nestas redes, até que ponto é que os líderes consideram que estas redes atingem o seu objectivo de produzir mudança comunitária na área da violência doméstica e quais são os factores que podem estar relacionados com essa percepção de eficácia (Allen, 2005,b).

Dado que este é um trabalho exploratório que pretende analisar uma única parceria irei procurar identificar quais os factores que contribuem para a eficácia desta parceria, mantendo no entanto, o referencial de Nicole Allen (2005,b), quanto às questões de investigação por ela apresentadas: a) Das diferentes necessidades de mudança da comunidade, o que é que a rede articulada para a violência doméstica contra as mulheres aborda; b) Até que ponto é que estas redes atingem os seus objectivos de promoção das mudanças da comunidade face às situações de violência doméstica contra as mulheres; c) Quais são os factores da rede que estão relacionados com a obtenção de

objectivos dentro do sistema judicial criminal; d)Quais são os factores da rede que estão relacionados com a obtenção de objectivos fora do sistema judicial criminal. (Allen, 2005,b)

De modo a recolher informação que nos permita reflectir sobre a experiência da parceria do Concelho do Montijo de apoio a mulheres sobreviventes de violência doméstica, irei aplicar um questionário aos membros desta parceria e entrevistar um dos elementos-chave desta parceria.

### ***INSTRUMENTOS***

Fomos utilizar como instrumentos o questionário para membros de parcerias comunitárias na área da violência doméstica e o guião de entrevista a elementos chave dessas parcerias utilizada pela professora Nicole E. Allen (University of Illinois Urbana Champaign) no seu estudo “ *An Examination of the Effectiveness of Domestic Violence Coordinating Councils* ” publicado em 2005. Os instrumentos foram utilizados pela Professora Nicole Allen, neste estudo que tinham por objectivo examinar: a) O leque de assuntos abordados por estas parcerias comunitárias; b) Até que ponto os líderes relatam que a parceria atinge os seus objectivos de promover a mudança nestas áreas; c) Os factores relacionados com a percepção da eficácia;

Estes instrumentos foram desenvolvidos em conjunto com um formador da área violência doméstica responsável pela formação dos oficiais de justiça criminal no Estado de Illinois, e pelo director de uma organização responsável pela distribuição de fundos aos programas dos centros de acolhimento.

O questionário (Anexo B) destina-se a recolher informação por parte dos participantes sobre o clima da parceria. Foram usadas três escalas para analisar o *Clima da Parceria*: a partilha do poder nos processos de tomada de decisão, a partilha de missão e a liderança eficaz.

Relativamente à entrevista, esta tinha como objectivo a recolha das características, actividades e da história da parceria. Para tal, foi organizado um guião de entrevista (Anexo A) que permitisse fazer a recolha dos temas abordados pela parceria, da sua

história e das características estruturais. A informante chave foi inquirida sobre os assuntos abordados pela parceria. Foram-lhe apresentados 12 temas, (6 relacionados com o sistema de justiça criminal e 6 fora do sistema criminal), que estão muitas vezes associados com as reformas necessárias para se obter respostas comunitárias coordenadas (Clark et al, 1996; Hart, 1995; Pence & Shepard, 1999, in Allen, 2005,b).

Era nosso objectivo com a utilização destes instrumentos recolher informação os factores habitualmente associados a parcerias de sucesso, nomeadamente, o ambiente da parceria, estrutura e afiliação. Para estudar estas áreas os instrumentos permitem-nos recolher informação sobre os processos de tomada de decisão na parceria, a liderança e a presença de uma missão partilhada. Permitem-nos ainda recolher informação sobre os temas abordados pela parceria e até que ponto atingem os objectivos a que se propõem. É o conjunto destes dados que nos permite analisar os factores de eficácia da parceria.

### ***PROCEDIMENTOS***

Para a concretização deste trabalho de investigação foi pedida a colaboração da Rede do Concelho do Montijo sobre Violência Contra as Mulheres e Crianças.

Para tal foi necessário formalizar o pedido de autorização à Vereadora da Câmara Municipal do Montijo responsável pela Rede. Uma vez que a investigadora é consultora desta rede, foi também feita uma a apresentação deste estudo aos elementos da Rede, no contexto de uma das suas reuniões, nomeadamente, dos seus objectivos e dos procedimentos que iríamos realizar.

Dado que há vários anos tenho desenvolvido a minha actividade profissional na direcção de uma organização não governamental na área da violência contra as mulheres e criança e que uma das actividades desenvolvidas foi desempenhar a função de consultora desta parceria, foi apresentada na reunião da parceria, uma colaboradora do grupo de investigação que, de modo a garantir a confidencialidade dos dados, iria fazer a recolha e o tratamento dos dados recolhidos bem como iria realizar a entrevista à sua coordenadora.

Tendo já o objectivo definido, assim como os instrumentos que iriam ser utilizados, procedeu-se à tradução dos mesmos no contexto do grupo de investigação sobre violência doméstica.

Após esta tradução foi pedida a colaboração de um grupo de cinco peritas da Associação de mulheres Contra a Violência, com uma vasta experiência de trabalho na intervenção com mulheres e crianças sobreviventes de violência, para revisão e adequação dos instrumentos em termos de linguagem, de necessidades de intervenção e objectivos deste estudo. Após a introdução das sugestões feitas pelo grupo de peritas ao questionário, foram enviados por correio para cada uma das entidades que fazem parte da Rede do Concelho do Montijo sobre Violência Contra as Mulheres e Crianças dois exemplares deste questionário, acompanhados de uma carta de apresentação, onde era solicitado que este fosse preenchido por todos os seus representantes na rede, presentes ou passados.

Foram enviados 32 questionários. Que foram recolhidos pessoalmente por um elemento do grupo de investigação, em dias acordados através de contactos telefónicos prévios. Foram recolhidos 19 questionários válidos e 1 em branco acompanhado de uma nota explicativa quanto à decisão de não preenchimento.

A entrevista foi realizada à Dra. Gabriela Guerreiro, Coordenadora da Rede, pela participante do grupo de investigação.

### ***PARTICIPANTES***

Os participantes deste estudo fazem parte da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de violência do Concelho do Montijo<sup>2</sup>. Esta rede foi criada partindo do pressuposto que a violência doméstica é um problema social que afecta um número elevado de mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência e que esta problemática atravessa a sociedade portuguesa de forma transversal, sem olhar a características culturais, sociais e económicas.

---

<sup>2</sup> A informação sobre a Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo, foi retirada do Protocolo de Intervenção da Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência, assinado no dia 8 de Março de 2005, nos Paços do Município de Montijo.

Esta rede é constituída por um grupo de instituições com intervenção no Concelho do Montijo que acordaram em protocolar a articulação dos serviços numa parceria que traduzisse uma melhor eficácia e uma melhor resposta às sobreviventes de violência doméstica, bem como prevenir a reincidência do agressor.

Pretende-se que, através de um trabalho conjunto entre as instituições envolvidas, sejam disponibilizados recursos humanos, técnicos e financeiros com vista a proporcionar às mulheres sobreviventes de violência doméstica um apoio integrado e interinstitucionalmente articulado de cariz social e jurídico com vista à sua crescente autonomia e à introdução de novas competências que lhes permitam enfrentar, com respostas mais saudáveis e adequadas, as dificuldades que a vida lhes reserva. O trabalho articulado entre a parceria visa a aquisição de uma maior percepção e compreensão do posicionamento do agressor face à violência.

Esta rede reúne periodicamente, com a presença de um ou dois representantes de cada uma das instituições envolvidas e com o apoio da Associação de Mulheres Contra a Violência. Fazem parte desta rede as seguintes instituições: Câmara Municipal do Montijo através do Espaço Informação Mulheres e da Divisão de Habitação; Instituto da Segurança Social; Centro de Emprego do Montijo; ARSLVT/ Sub – Região de Saúde de Setúbal/ Centro de Saúde do Montijo; Hospital do Montijo; Hospital de Nossa Senhora do Rosário; DREL/ Direcção Regional de Educação de Lisboa através da Organização Local de Educação e Formação de Adultos do Montijo-OLEFA e a Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Montijo, Alcochete e Moita-ECAE; Polícia de Segurança Pública – Esquadra do Montijo; Guarda Nacional Republicana; Instituto de Reinserção Social; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; União Mutualista Nossa Senhora da Conceição; CERCIMA, Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado

Seguidamente passarei a apresentar os resultados obtidos através da análise dos 19 questionários válidos recolhidos que foram trabalhados quer através de uma análise estatística, quer através de análise de conteúdo das respostas abertas. Apresentamos também um resumo da entrevista realizada, estando reproduzida na íntegra no anexo C.

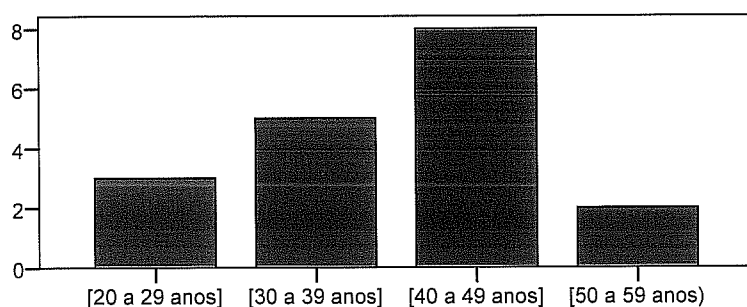
## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta apresentação de resultados iremos começar por caracterizar demograficamente a amostra, nomeadamente no que diz respeito à idade, função que desempenhada e pela experiência de formação. Seguidamente apresentamos os resultados das perguntas do questionário relativas à percepção da eficácia da parceria, bem como alguns dos dados mais interessantes, como por exemplo, a análise de alguns dos resultados obtidos especificando o sector da comunidade representado.

O questionário utilizado era constituído por 20 questões (6 abertas, 6 fechadas, e 8 questões em que se utilizam escalas tipo Likert), e por uma ficha de identificação para recolha dos dados biográficos dos participantes.

Iniciámos a apresentação dos resultados obtidos optando por caracterizar os dados demográficos referentes aos nossos participantes. Fomos então recolher dados sobre a idade dos participantes pois considerámos que este poderia ser um dado interessante pois este poderia ser um indicador da sua experiência profissional.

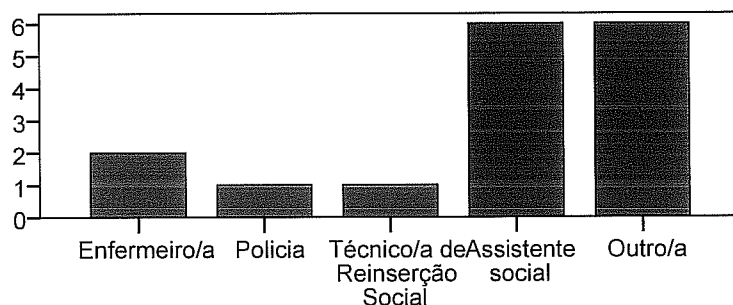
Gráfico 1 – Caracterização Demográfica – Idade



Fomos então, caracterizar as idades dos participantes no nosso estudo. Verificamos que, no que diz respeito à idade, podemos observar que a maior parte dos 19 participantes tem idade compreendida entre os 30 e os 49 anos. (8 dos participantes têm entre 40 a 49 anos e 5 participantes têm entre 30 e 39 anos). Há ainda dois participantes com 50 ou mais anos. Isto aponta-nos para um grupo de participantes com bastante experiência profissional.

Seguidamente fomos caracterizar o grupo de participantes neste estudo relativamente à função que desempenham nas organizações que representam na rede. Estes dados proporcionam-nos informação sobre a formação de base, académica e profissional, dos participantes.

Gráfico 2 – Caracterização Demográfica – Função na Organização



Quanto à função desempenhada, podemos observar que na nossa amostra participaram dois enfermeiros(as), um polícia, um técnico(a) de reinserção social, seis assistentes sociais e seis participantes com outras funções nas organizações. Esta caracterização destina-se a caracterizar a formação de base de cada um dos participantes e não o sector da comunidade que representam.

Fomos então analisar há quantos anos os participantes trabalham com mulheres e crianças envolvidas em situações de violência doméstica. Estes dados permitem-nos também analisar a sua experiência relativamente à especificidade do trabalho na área da violência doméstica.

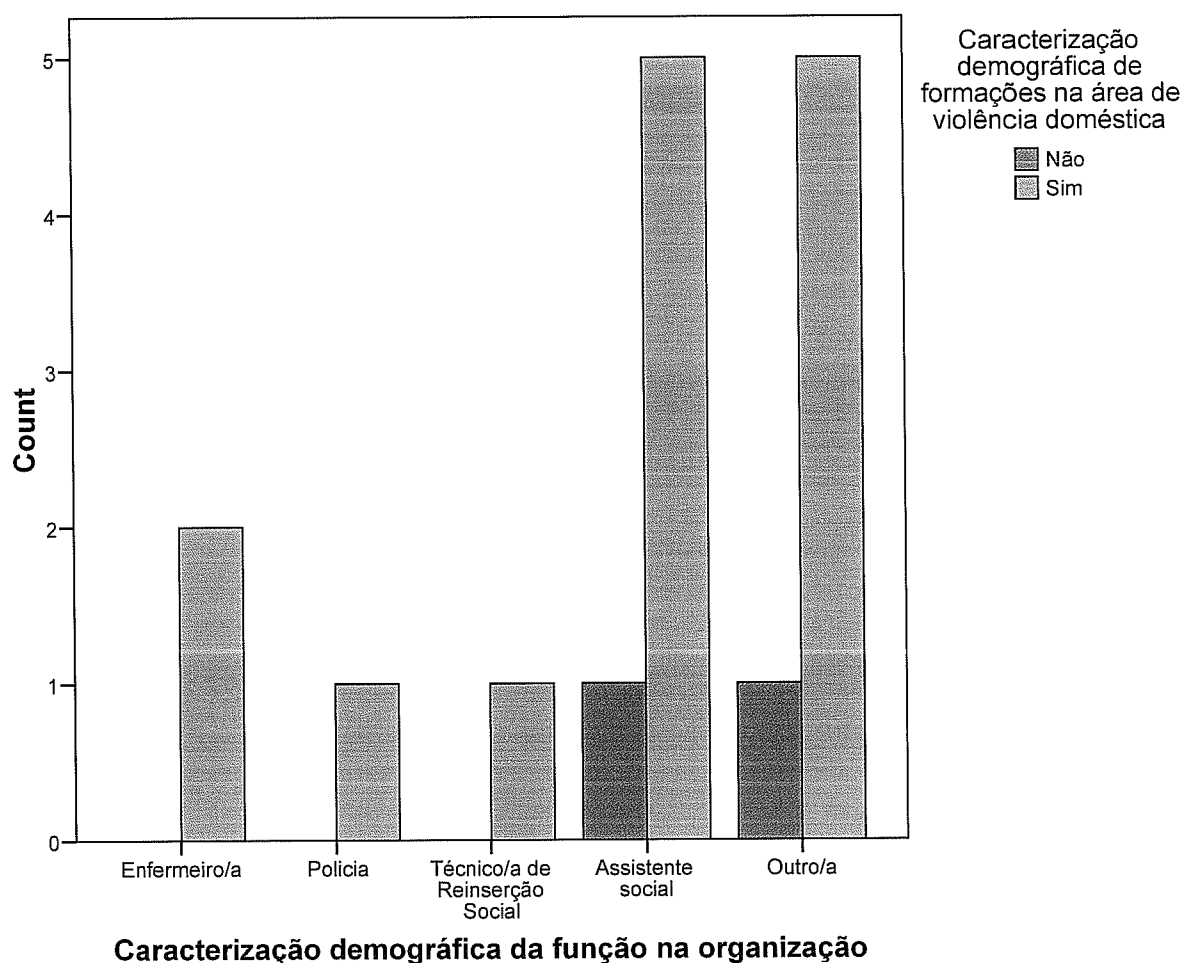
Tabela 1 – Caracterização Demográfica – Anos de Trabalho na Violência Doméstica

		Frequency	Percent
Valid	[7 a 12 meses]	1	5,3
	[13 meses a 2 anos]	1	5,3
	[3 a 4 anos]	4	21,1
	[5 a 6 anos]	7	36,8
	[7 a 10 anos]	3	15,8
	[11 a 15 anos]	2	10,5
	Total	18	94,7
Missing	-7	1	5,3
Total		19	100,0

Dos dados apresentados mostram-nos que a nossa amostra foi constituída por participantes que trabalham há vários anos na área da violência doméstica. Verificamos que dos 18 participantes que responderam a esta questão, 12 deles trabalha nesta área há mais de cinco anos. Apenas um dos participantes trabalha nesta área há menos de um ano.

Nesta caracterização demográfica da nossa amostra de participantes seguidamente fomos caracterizar a existência de um percurso de formação na área da violência doméstica. Aproveitámos estes dados para identificar lacunas de formação de algumas das áreas de formação com menos formação técnica específica e de modo a fazermos algum levantamento das suas eventuais necessidades.

Gráfico 3 – Caracterização Demográfica Formação na Área da Violência Doméstica por Função Desempenhada



Assim e tal como podemos verificar no gráfico 3, observamos que do grupo de participantes deste estudo há duas pessoas que não tiveram qualquer tipo de formação

na área da violência doméstica. Um destes participantes desempenha a função de assistente social na sua organização e outro desempenha outra função que não a de enfermeiro, polícia, técnico de reinserção social ou assistente social.

Complementarmente fomos caracterizar o número de horas de formação na área da violência doméstica que os participantes realizaram. Na tabela 2 podemos observar os dados relativos ao número de horas de formação que cada participante frequentou. É de realçar que cinco dos participantes frequentaram mais de 30 horas de formação.

Tabela 2 – Número de Horas de Formação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	[0 a 10 horas]	1	5,3	8,3	8,3
	[11 a 20 horas]	4	21,1	33,3	41,7
	[21 a 30 horas]	2	10,5	16,7	58,3
	Mais de 30 horas	5	26,3	41,7	100,0
	Total	12	63,2	100,0	
Missing	-9	2	10,5		
	-7	5	26,3		
	Total	7	36,8		
Total		19	100,0		

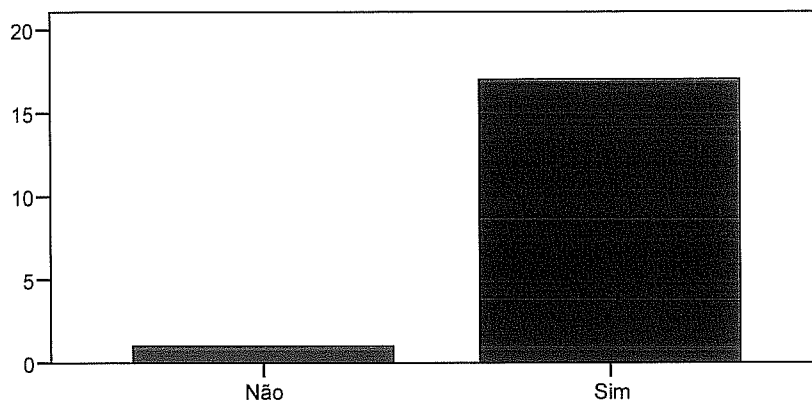
Após a caracterização demográfica dos participantes. Fomos analisar os dados questionário propriamente dito.

As 7 questões iniciais servem para identificar quais as razões que levaram os participantes a fazerem parte de uma parceria comunitária na área da violência doméstica, como caracterizam o tempo que dedicam ao trabalho no âmbito da parceria, a sua participação na rede e quais as actividades em que estão envolvidos

### **Pergunta 1 – Faz parte de alguma rede na área da violência doméstica, actualmente?**

Nesta primeira pergunta do questionário pretende-se distinguir entre os participantes do estudo que são membros activos na parceria e os participantes do estudo que já deixaram de ser membros.

Gráfico 4 – Faz parte de alguma rede na área da violência doméstica, actualmente?

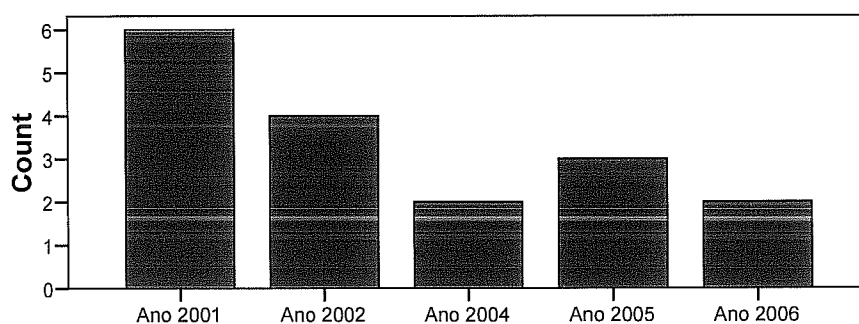


Segundo o gráfico 4, dos 19 participantes inquiridos apenas um deles já não faz parte da parceria. Todos os outros permanecem envolvidos no trabalho da rede.

### Pergunta 2 – Quando é que se tornou membro da Rede?

Aqui pretendíamos ter informação sobre há quanto tempo os participantes fazem parte da parceria de modo a caracterizar a estabilidade e a permanência dos membros da parceria

Gráfico 5 – Em que ano se tornou Membro da Rede?



Todos os participantes deste inquérito estão envolvidos na rede há mais de um ano. Verificamos também que seis deles fazem parte da rede desde o ano de 2001 e podemos mesmo dizer que a maioria deles pertence à rede há mais de cinco anos. Em 2004 e em 2006 houve duas novas adesões e em 2005, três novas entradas.

**Pergunta 3 – Porque razão se tornou membro da rede?**

Fomos questionar os participantes sobre as razões que os levaram a ser membros da rede. Esta pergunta era uma questão aberta pois pretendia-se recolher a maior diversidade de razões possíveis

Tabela 3 – Razões de adesão à rede

<b>Categoria</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Inerência Funcional	14	73,68%
Interesse pela problemática	4	21,05%
Apoio a sobreviventes de violência doméstica	3	15,78%
Prevenir reincidência	1	5,26%
Não responde	0	0,00%

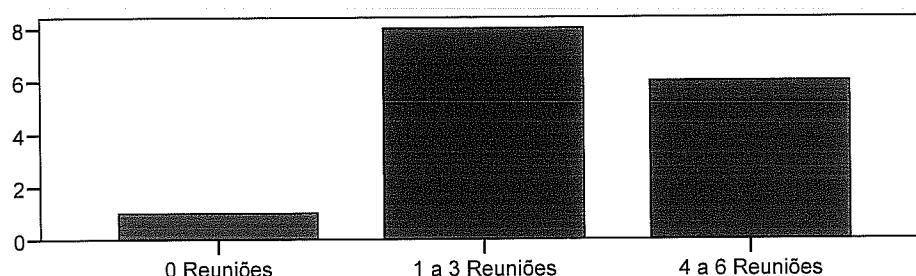
A maior parte dos participantes afirmou que a sua participação na parceria era uma inerência profissional (73,68%), ou seja, a sua participação na parceria como representante de uma determinada organização fazia parte das suas funções dentro dessa mesma organização. É também de salientar os 21,05%, ou seja, 4 dos participantes referiram que a razão da sua participação na parceria tem a ver com o interesse pela problemática e 3 deles (15,78%) afirmaram que se tinham tornados membros da rede para apoiar sobreviventes de violência doméstica.

**Pergunta 4 – No último ano participou em quantas reuniões da rede?**

Para caracterizar a participação dos membros da rede nas actividades desta parceria, foi-lhes pedido para fornecerem informação sobre a sua participação nas reuniões da rede, no último ano.

Estas reuniões diziam respeito tanto às reuniões alargadas da parceria mas também às reuniões dos grupos de trabalho. Com os dados obtidos, podemos assim caracterizar, a participação dos membros da parceria nos momentos em que esta trabalha em conjunto.

Gráfico 6 – No último ano participou em quantas reuniões da rede?



Segundo os dados representados no gráfico 6, podemos salientar o facto de um dos participantes não ter participado em nenhuma reunião. Isto deve-se ao facto de um dos participantes já não faz parte da rede. Oito participantes (8) referem terem estado presentes em uma a três reuniões enquanto seis participantes (6) referem terem estado presentes em quatro a seis reuniões durante o último ano

### Pergunta 5

As questões da pergunta 5 destinam-se a identificar a participação dos membros da parceria em outras actividades para além das reuniões da rede, nomeadamente através da participação em grupos de trabalho, da coordenação de algum grupo de trabalho ou na direcção de um programa específico. De seguida apresentamos alguns exemplos das actividades analisadas.

**a – Actualmente faz parte de algum grupo de trabalho. Se respondeu sim, refira qual o grupo de trabalho?**

Com esta questão podemos identificar os grupos de trabalho existentes na parceria bem como a participação dos membros nos mesmos.

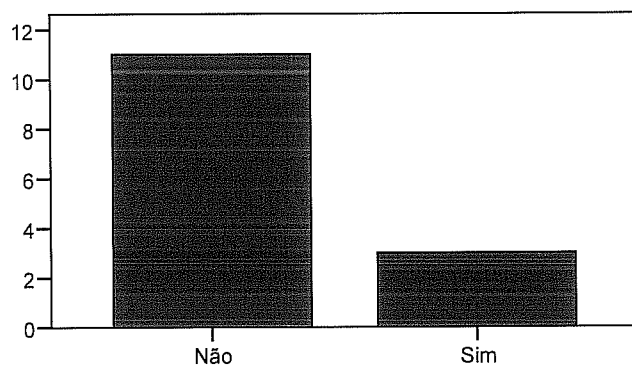
Relativamente à participação em grupos de trabalho os dados apontam para dois participantes fazerem parte de todos os grupos de trabalho existentes. Observamos também que o grupo de trabalho com mais participantes (4) é o grupo de trabalho das Metodologias e Avaliação.

Tabela 4 – Participação em grupos de trabalho

Categoria	n	%
Encontros Técnicos	2	18,18%
Área da Saúde	1	9,09%
Metodologia e Avaliação	4	36,36%
Estudo de Casos	3	27,27%
Todos os Grupos	2	18,18%
Não Responde	0	0%

No que diz respeito a dirigir um programa ou uma política específica fomos perguntar aos participantes se no último ano tinham desempenhado esta actividade.

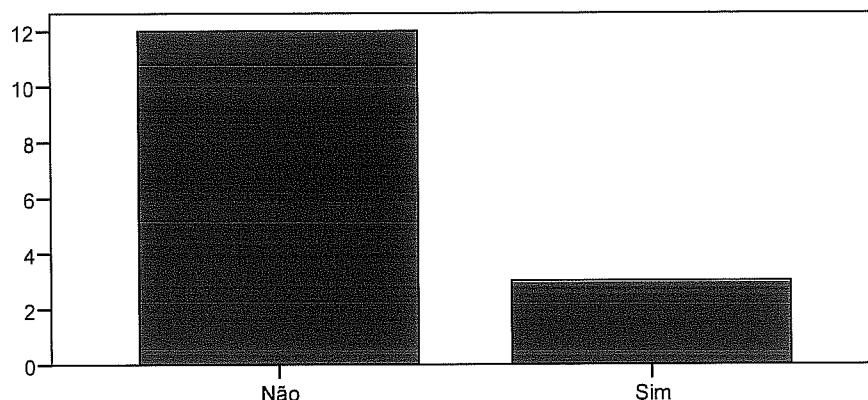
Gráfico 7 – Actividades Realizadas no Último Ano – Dirigir programa ou política específica



Os dados presentes no gráfico 7 informa-nos que dos onze participantes que reponderam a esta questão apenas três participantes afirmaram que dirigiram uma política ou programas específicos. Os restantes participantes afirmam não o ter feito.

Do mesmo modo, fomos inquirir os participantes sobre a possibilidade de terem coordenado um grupo de trabalho durante o último ano.

Gráfico 8 – Actividades Realizadas no Último Ano – Coordenar um grupo de trabalho



Neste exemplo das actividades desenvolvidas pelos participantes no último ano, podemos observar que três participantes coordenaram grupos de trabalho. Os restantes participantes afirmam não o ter feito. Não sabemos no entanto se estes três participantes são ou não os mesmos que dirigiram uma política ou programas específicos da questão anterior.

### Pergunta 6

Esta pergunta foi realizada para podermos ter informação sobre o tempo dispendido pelos participantes nas diferentes actividades da rede. São exemplo o número de horas por mês dedicado às reuniões da rede ou o número de horas por mês dedicado a trabalho fora das reuniões regulares.

#### 6.1 Em média quantas horas dedica por mês às actividades da rede – Reuniões alargadas?

Os dados da tabela 6 mostram-nos por um lado que a esta questão não responderam cinco dos 19 participantes inquiridos.

Tabela 5 – Horas por Mês – Reuniões da rede

	Frequency
Valid [1-5 horas]	14
Missing -7	5
Total	19

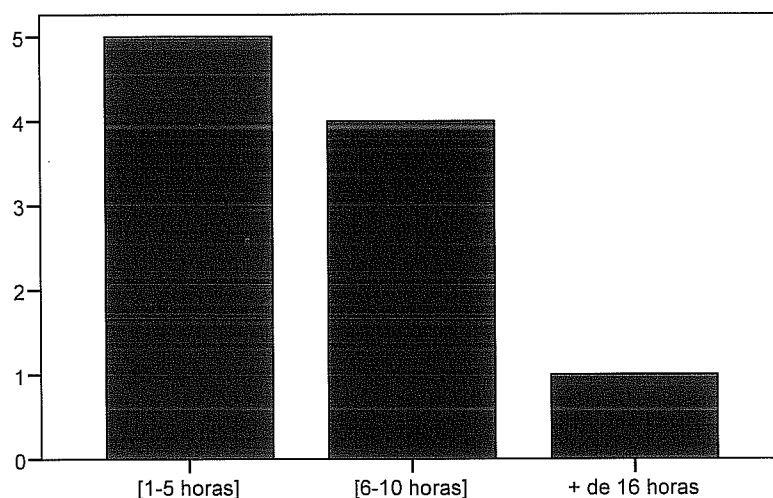
E que a resposta dos restantes 14 dos participantes que referiram dedicar uma a cinco horas por mês às reuniões da rede. Os restantes participantes não responderam.

### 6.3 Em média quantas horas dedica por mês às actividades da rede – Trabalho na rede fora das reuniões regulares?

Esta questão permite-nos ter uma ideia das horas de trabalho que os participantes dedicam à parceria para além das reuniões, nomeadamente em actividades que podem ser de preparação das próprias reuniões ou de acções de sensibilização da comunidade, ou qualquer outro tipo de actividade relacionada com a parceria.

Organizámos os resultados obtidos em categorias com intervalos de cinco horas cada, para identificarmos as necessidades de organização e gestão do tempo dispendido.

Gráfico 9 – Horas por Mês – Trabalho na rede fora das reuniões regulares



Podemos observar, com base no gráfico 9, que um dos participantes que afirma dedicar mais de 16 horas de trabalho fora das reuniões da rede. Quatro dos participantes referem dedicar seis a dez horas e cinco participantes dedicam uma a cinco horas de trabalho na rede fora das reuniões regulares. Ou seja, os participantes necessitam de dedicar algum do seu tempo de trabalho às actividades da parceria que são realizadas fora das reuniões.

### **Pergunta 7 – A sua participação na rede é (foi)?**

Nesta pergunta os participantes eram inquiridos sobre as características da sua participação na parceria. Eram-lhes dadas três opções, podendo escolher entre uma participação em regime de voluntariado, como parte do seu trabalho na organização que representam ou como funcionário da própria rede.

Os dados que obtivemos e que se encontram representados na tabela 5 mostram-nos que apenas um dos participantes referiu ser funcionário(a) da própria rede. Todos os outros (18), referiram que este era parte do seu trabalho na instituição que representavam.

Tabela 6 – Natureza da Participação na Rede

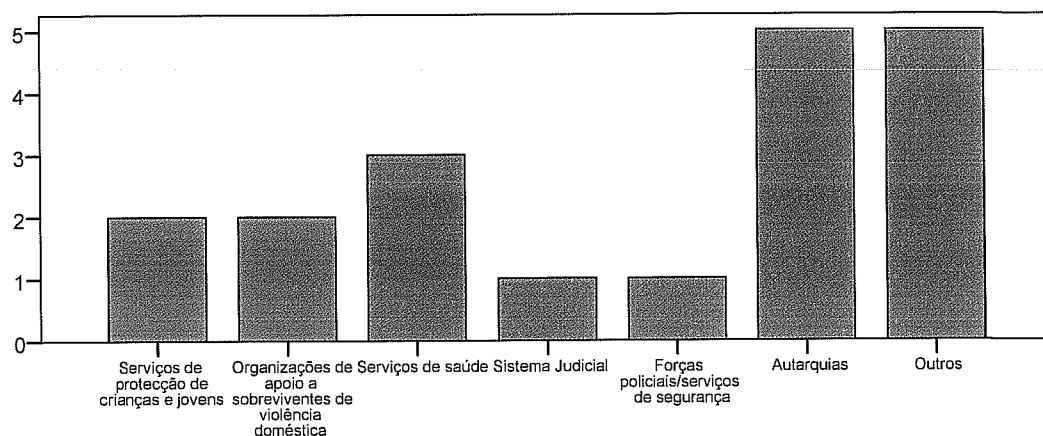
	Frequency	Percent
Parte do seu trabalho na instituição	18	94,7
Funcionário/a da própria rede	1	5,3
Total	19	100,0

### **Pergunta 8 – Qual é o sector da comunidade que representa na parceria**

A pergunta 8 permite-nos identificar qual o sector da comunidade que o participante representa tendo em conta que as redes na área da violência doméstica têm membros de diversos sectores da comunidade como por exemplo, as policia, as escolas, etc.

Nesta questão fomos fazer um levantamento dos sectores da comunidade representados na parceria e que participaram neste trabalho através do preenchimento de questionários. Considerámos uma das áreas mais importantes deste levantamento pois foi permitir-nos identificar quais os sectores da comunidade onde poderíamos localizar quer os elementos de facilitação ou de dificuldade para a eficácia da parceria.

Esta identificação dos sectores da comunidade representados na parceria pode também dar-nos indicadores sobre as necessidades em envolver outros parceiros que possam ser úteis à concretização dos objectivos da própria parceria.

**Gráfico 10 – Sector da Comunidade**

Assim, segundo os dados representados no gráfico 10, verificamos que cinco dos nossos participantes representam as autarquias, dois deles representam os serviços de protecção de crianças e jovens, outros dois as organizações de apoio a sobreviventes de violência doméstica, para além de um representante quer das forças policiais e de serviços de segurança quer do sistema judicial. Mais ainda, existem cinco participantes que representam outros sectores da comunidade para além dos referidos anteriormente.

Com as questões 9, 12 e 15 pretendemos perceber a forma como o grupo toma as decisões, nomeadamente se a opinião de todos os membros é tida em conta ou prevalece a opinião dos participantes com mais poder na parceria. Segundo Allen (2005, b), nestas questões, pretendemos estudar mais especificamente a presença de uma missão partilhada, a partilha dos processos de tomada de decisão e participação activa dos agentes da comunidade. (Allen, 2005, b).

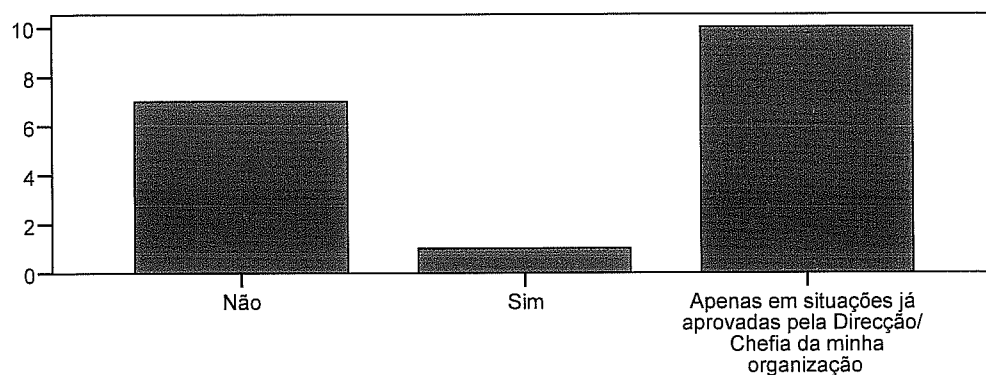
### **Pergunta 9 – Nas reuniões da rede, tem poder para tomar decisões em nome da sua organização**

Nesta pergunta pretendemos saber qual o grau de autonomia que os participantes da parceria têm em tomar decisões em nome das suas organizações.

No questionário eram dadas quatro opções de resposta: “Sim”; “Apenas em situações já aprovadas por outros membros da minha organização”; “Apenas em situações já aprovadas pela Direcção/Chefia da minha organização” e “Não”.

Foi pedido aos participantes para escolherem apenas uma das opções possíveis.

Gráfico 11 – Pode tomar decisões em nome da sua Organização?



O gráfico 11 mostra-nos que apenas um dos participantes pode tomar decisões em nome da instituição que representa, ou seja, está mandatado pela organização a tomar decisões e que as decisões que toma são subscritas pela organização, não tendo que esperar pela sua aprovação superior. Dez dos participantes apenas o podiam tomar decisões em nome da organização que representam na parceria se essa decisão já tivesse sido aprovada previamente pela direcção ou chefia da instituição. De qualquer modo é de salientar que sete dos nossos participantes afirmaram não poder tomar decisões em nome da organização que representam, ou seja, se for necessário tomar decisões no contexto da parceria, é necessário que haja tempo para que estas sejam aprovadas pelas organizações uma vez que os seus representantes não têm esse poder.

Com a pergunta 10 deste questionário pretendíamos perceber quais são os objectivos da parceria, qual a sua importância para a organização que representam, se estes são ou não atingidos e se as sobreviventes de violência doméstica participaram ou não na criação desses mesmos objectivos.

Foi pedido aos participantes que identificassem os objectivos presentes e passados da parceria e que, a partir deles respondessem a questões relacionadas com a sua importância desses objectivos para a sua organização e se as mulheres sobreviventes de violência doméstica tinham estado envolvidas na definição desses objectivos.

## Pergunta 10

Tabela 7 – Objectivos

Objectivos	n	Passado		Presente	N/R	A Rede Atingiu esse Objectivo?							Este objectivo era importante para a sua organização?			As mulheres participaram na criação deste objectivo?				
		1	2			3	4	5	6	N/R	Sim	Não	N/R	Sim	Não	N/R				
Apoiar as mulheres sobreviventes de violência doméstica	11	2	5	4		1	1	2	7			11						6	5	
Melhorar articulação	9		6	3			4	4	1			9						1	7	1
Troca de experiências entre serviços	1		1					1				1						1		
Realizar acções de formação	4	2	2					3	1			4						4		
Criar Grupos de Trabalho	3	3						3				3						3		
Definir Planos de Acção	3	3						3				3						3		
Definir Procedimentos	10	5	1	4			1	1	5	3		10						7	3	
Dar visibilidade à rede	3	2	1					2	1			3						1	2	
Alargar a rede a outros parceiros	2		2				2					1	1					2		
Prevenir a Violência Doméstica	5	1	2	2		1		4				5						4	1	

Promover o empowerment das mulheres	1		1								1		
Proteger as vítimas	2		2								2		1
Implementar Parcerias	1		1								1		1
Criar novos serviços	1		1								1		1
Não responde										6			1
										4			

Através da análise de conteúdo das respostas obtidas verificámos que a parceria tem três objectivos que se destacam de todos os outros. São eles apoiar mulheres sobreviventes de violência (11), definir procedimentos (10) e melhorar a articulação (9).

Mais ainda, procurou-se identificar até que ponto os objectivos da parceria identificados pelos participantes tinham sido atingidos e observamos que apesar de alguns dos objectivos identificados serem considerados objectivos passados nunca foram completamente atingidos. É disso exemplo o objectivo “Criar grupos de trabalho”, que é considerado um objectivo passado mas não completamente atingido (5).

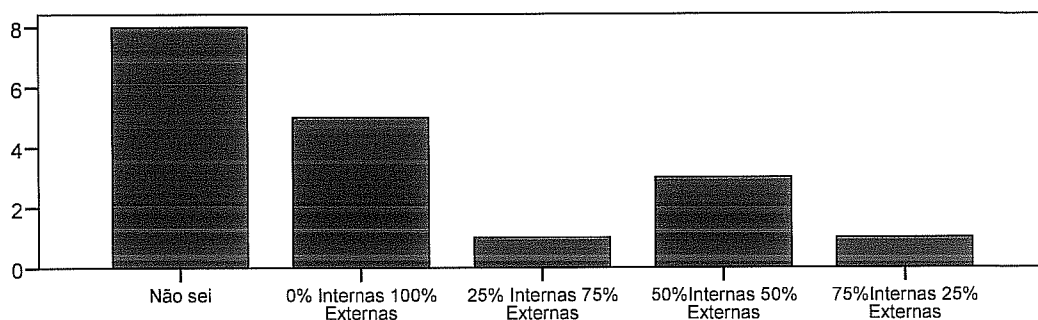
Verificamos também que quase todos os objectivos foram considerados importantes para as organizações envolvidas excepto o objectivo “alargar a rede a outros parceiros”, que foi considerado por um dos participantes como pouco importante para a organização que este representa.

Finalmente, é de referir que participação das mulheres na definição destes objectivos é muito reduzida com apenas uma referência nos objectivos “Dar visibilidade à rede” e “Promover o empowerment das mulheres”.

**Pergunta 11 – No seu entender como caracteriza o tempo dispendido em questões associadas ao funcionamento interno e externo?**

A questão 11 vai analisar até que ponto o grupo se preocupa com questões de funcionamento interno e de funcionamento externo. Podemos partir do princípio que quanto maior for a preocupação com questões internas à parceria menor será a sua disponibilidade para as dimensões externas, nomeadamente de mudança social.

**Gráfico 12 – Tempo dispendido em questões associadas ao funcionamento interno e externo**



Relativamente ao gráfico 12, verificamos um conjunto muito díspar de respostas. Alguns dos participantes afirma não saber fazer a caracterização do tempo dispendido. Salientamos também que a maior parte dos participantes refere que esta parceria dedica a maior parte do seu tempo a lidar com questões externas dedicando pouco tempo às questões internas à própria parceria.

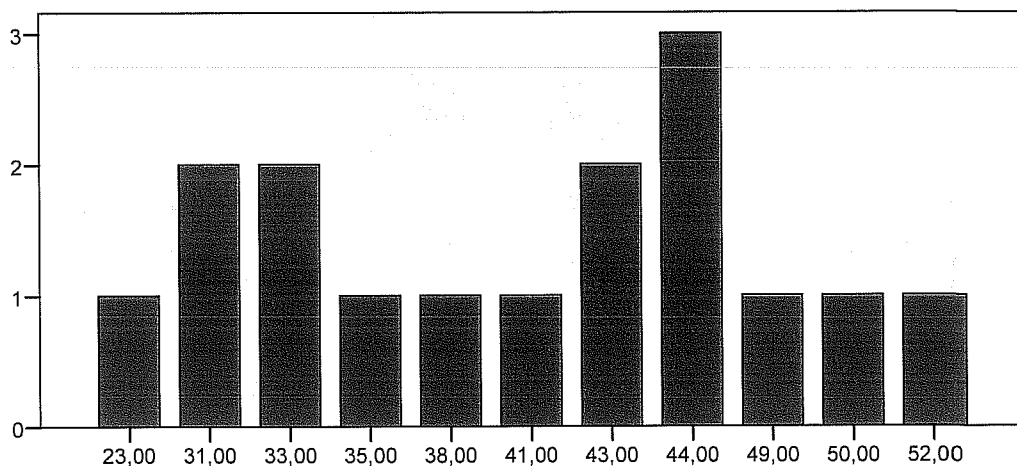
**Pergunta 12**

Nesta pergunta fomos analisar como funcionam os processos de tomada de decisão na rede.

Esta pergunta estava organizada num conjunto de 11 itens, em forma de afirmação onde era pedido aos participantes para escolheres uma das seis opções possíveis, desde “Nem um pouco verdade” até “Muito verdade”. Era ainda possível escolher a opção “Não sabe”.

Fomos em primeiro lugar proceder à análise dos valores totais e seguidamente proceder à ilustração com alguns dos exemplos obtidos quer por item em termos da valorização dada pelos diferentes representantes da comunidade.

Gráfico 13 – Total Tomada de decisão

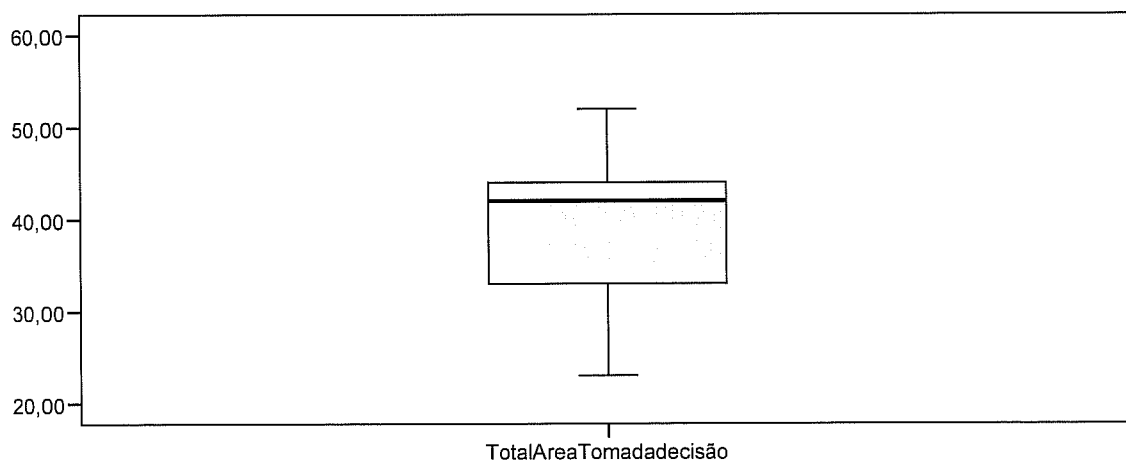


O gráfico 13 resulta da distribuição das frequências das somas dos resultados obtidos em todos itens (11) da pergunta 12. Este resultado foi obtido tendo por base a escala de seis opções de resposta que poderiam ser desde “Nem um Pouco Verdade” (valor 1) a “Muito Verdade (valor 6), sendo que à opção “Não Sabe”, foi atribuído o valor zero (0). Assim, poderiam ter existido resultados compreendidos entre zero (0) e 66 pontos de valor máximo.

Podemos então observar que à pergunta sobre os processos de tomada de decisão responderam a todos os itens 16 participantes.

Fomos ainda caracterizar a distribuição das respostas dadas por estes participantes de modo a podermos ver onde se situavam. Estes dados deram origem ao gráfico 14.

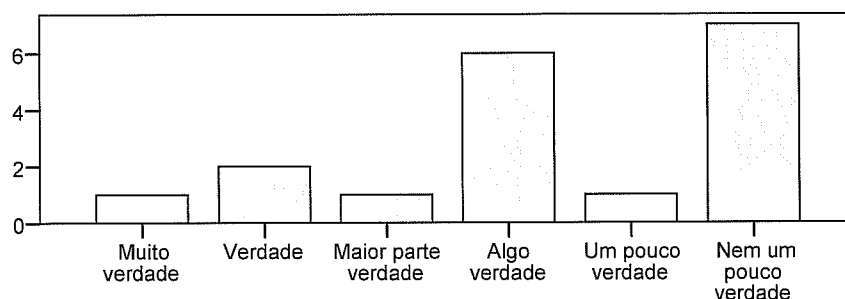
Gráfico 14 – Distribuição da Tomada de Decisão



Observamos também apesar de encontrarmos respostas que vão desde os 23 pontos de resposta até aos 52, há uma predominância das respostas no primeiro quartil, ou seja, abaixo do valor 42 (mediana).

Podemos tomar como exemplo os gráficos das respostas dadas pelos participantes a algumas dos itens da pergunta 12. Escolhemos então o item 12c “As decisões da rede são tomadas apenas por alguns membros” (Gráfico 15) como exemplo representativo da diversidade de respostas obtidas, em que verificamos que sete dos participantes discordam completamente com a afirmação mas nove participantes concordam ela, em diferentes graus mas havendo um deles que considera que esta afirmação é muito verdade.

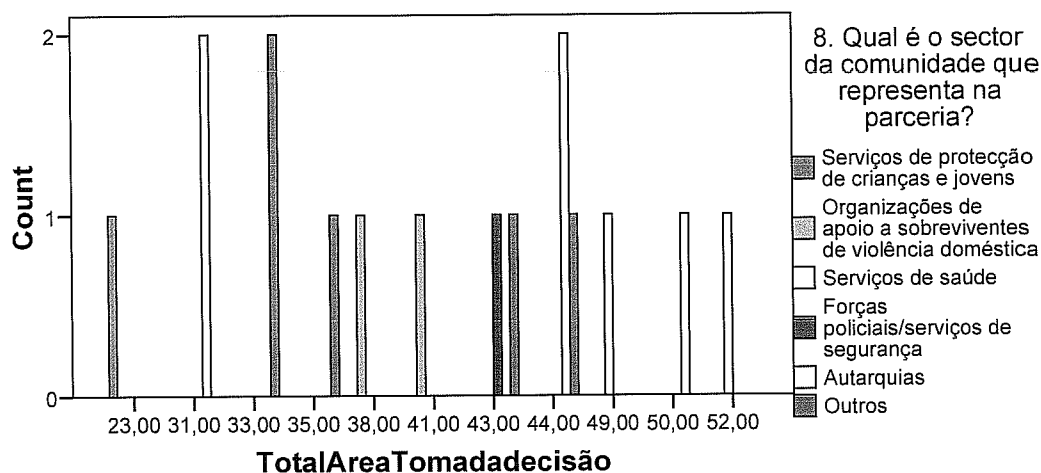
Gráfico 15 – Frequência item 12c) “As decisões da rede são tomadas apenas por alguns membros”



Observamos que a maior parte dos participantes não concorda com esta afirmação, ou seja consideram que as decisões são tomadas pela maioria dos membros.

Mais ainda, fomos analisar os resultados obtidos por sector da comunidade representado (Gráfico 16) e observamos que o sector dos serviços de saúde apresenta resultados mais elevados e os serviços de protecção às crianças e jovens apresentam os resultados mais baixos. Observamos também que a maior variação de resultados pode ser encontrada no sector autarquias. Outro dos resultados que podemos destacar tem a ver quer com as organizações de apoio a sobreviventes de violência doméstica que com as forças policiais e de segurança que apresentam valores intermédios.

Gráfico 16 – Resultados da tomada de decisão por sector da comunidade



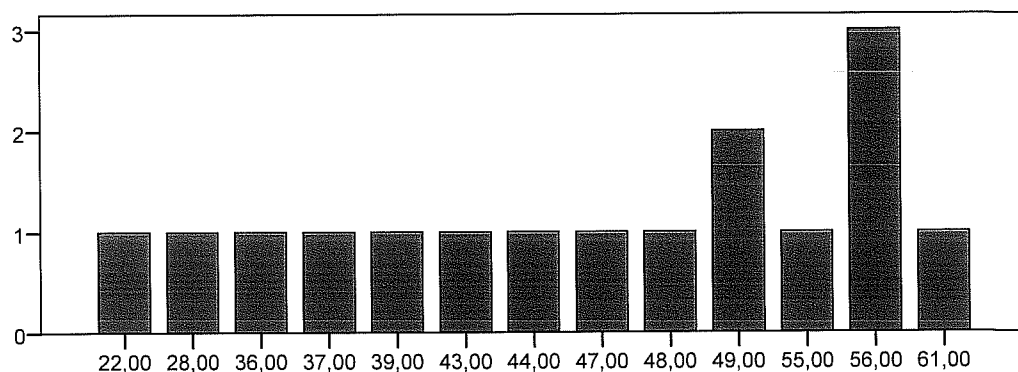
Observamos que o sector da comunidade que está mais descontente com a forma como as decisões são tomadas é os representantes dos serviços de protecção de crianças e jovens. No extremo oposto os mais satisfeitos, são os representantes dos serviços de saúde.

### Pergunta 13

No que diz respeito à questão 13, esta é dedicada à resolução de conflitos. Esta pergunta é constituída por 12 afirmações que espelham situações de conflito e de discordância de opiniões. Pretende-se perceber como surge o conflito, de que forma este é vivido pela parceria, se o conflito leva à resolução dos problemas e se promove mudanças importantes.

Esta pergunta era constituída por um conjunto de 12 itens. Assim, fomos, em primeiro calcular os valores totais de modo a podermos analisar o conjunto dos resultados obtidos em todas as afirmações. Deste modo podíamos verificar os resultados globais, apresentados no gráfico 17 e seguidamente proceder à ilustração com alguns dos exemplos das afirmações que constituem esta pergunta (Gráficos 18 e 19) e observar a forma como os diferentes sectores da comunidade se posicionam face ao conflito no contexto da parceria.

Gráfico 17 – Total Conflito



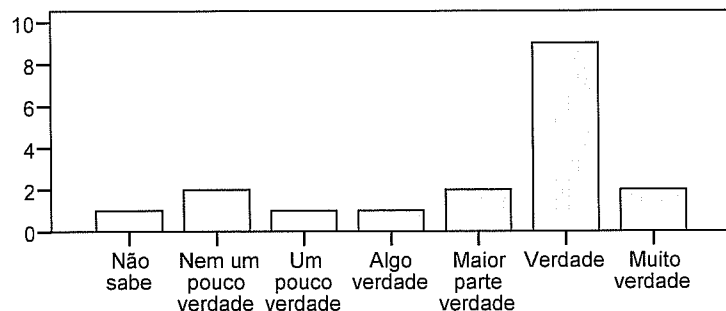
O gráfico 17 é uma representação da distribuição das frequências das somas dos resultados obtidos em todos os itens (12) da pergunta 13 sobre a gestão do conflito na rede. Este resultado foi obtido tendo por base a escala de seis opções de resposta que poderiam ser desde “Nem um Pouco Verdade” (valor 1) a “Muito Verdade (valor 6), sendo que à opção “Não Sabe”, foi atribuído o valor zero (0). Assim, poderiam ter existido resultados compreendidos entre zero (0) e 72 pontos de valor máximo. No entanto é necessário ressaltar que nos itens referenciados como de sentidos inverso em que a cotação dos valores foi invertida de modo a podermos comparar os valores obtidos (passámos a considerar os valores mais elevados como afirmações positivas e os valores mais baixos como afirmações mais negativas).

Verificamos que à pergunta sobre como se lida com os conflitos na rede responderam a todos os itens 16 participantes. Tendo em conta que o valor máximo de pontos possíveis de obter era de 72 pontos fomos encontrar o valor de referência indicador de satisfação relativamente ao conflito (36 pontos). Assim, podemos afirmar que a maior parte dos participantes tem opinião positiva relativamente à forma como a parceria lida com os conflitos, ou seja, apresentam um valor total acima dos 36 pontos. Apenas três participantes têm uma pontuação inferior ou igual a 36 pontos.

Apresentamos a título de exemplo, algumas das respostas dadas pelos participantes a itens da pergunta 13. Escolhemos então os itens 13d “As diferenças de opinião entre os membros da rede são normalmente resolvidas com um acordo” (Gráfico 18) e a pergunta 13k, “Opiniões conflituosas entre os membros da rede levaram a mudanças

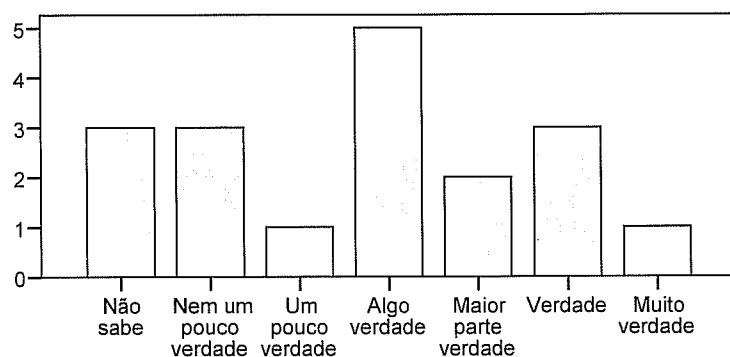
necessárias” (Gráfico 19), como exemplos representativo da diversidade de respostas obtidas.

Gráfico 18 – Frequências item13d “As diferenças de opinião entre os membros da rede são normalmente resolvidas com um acordo”



Segundo o gráfico 18, neste item observamos que dois participantes consideram que esta afirmação é “Nem um Pouco Verdade” e outros dois consideram que esta afirmação é “Muito Verdade”. Observamos também que existem nove respostas “Verdade”. Assim, podemos dizer que a maior parte dos participantes considera que as diferenças de opinião entre os membros da rede são normalmente resolvidas com um acordo.

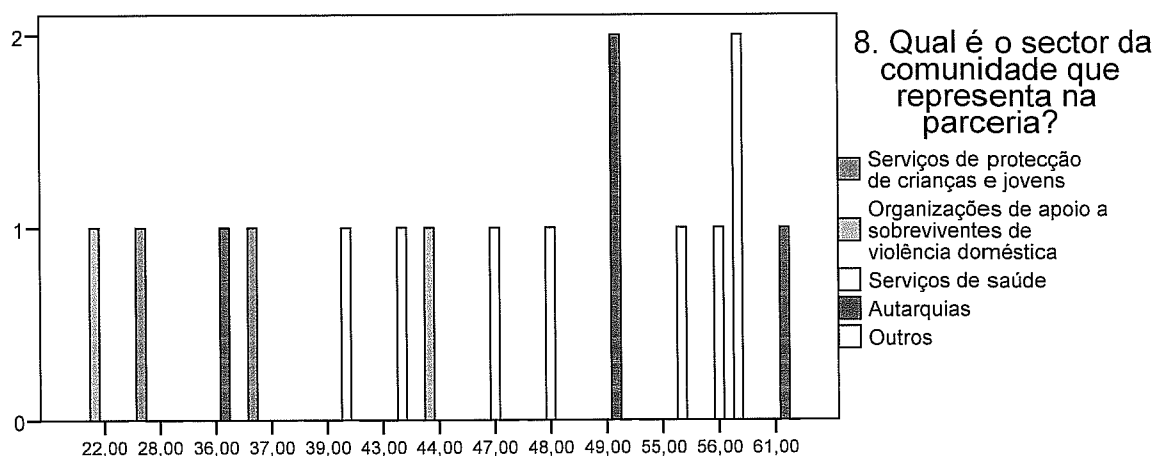
Gráfico 19 – Frequências item13k – “Opiniões conflituosas entre os membros da rede levaram a mudanças necessárias”



Relativamente ao item 13 k, através do gráfico 19 podemos perceber que há um dos participantes que considera que esta afirmação é “Muito Verdade”, três participantes consideram-na “Verdade” e dois outros consideram-na “A Maior Parte Verdade”.

Contabilizamos também três participantes que respondem “Não Sabe”, outros três que respondem “Nem Um Pouco Verdade” e um que assinalou a resposta “Um Pouco Verdade”. Existe ainda um grupo de cinco participantes que assinalou a resposta “Algo Verdade”. Relativamente a esta afirmação podemos dizer que não é certo para estes membros da parceria que os conflitos tenham produzido as mudanças necessárias.

Gráfico 20 – Total Conflito por Sector da Comunidade

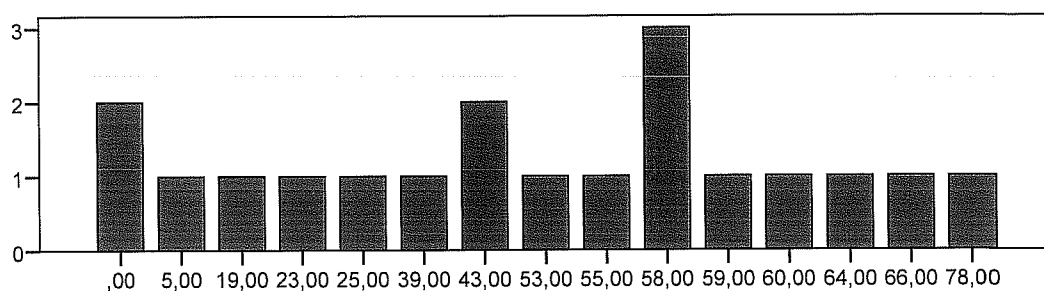


No gráfico 20 podemos observar que os valores mais elevados encontram-se nos sectores das autarquias, serviços de saúde e em outros sectores da comunidade envolvidos na rede. Observamos também que é um dos representantes das organizações de apoio a sobreviventes de violência doméstica que apresenta os resultados mais baixos.

#### Pergunta 14

Com a questão 14 pretende-se perceber o tipo de liderança existente no grupo, se esta é uma liderança inclusiva, democrática adequada à realidade da própria rede. Esta pergunta é composta por um conjunto de 13 itens mais um item autónomo. Mais uma vez, fomos, em primeiro lugar proceder à análise dos valores totais e seguidamente proceder à ilustração com alguns dos exemplos obtidos quer por item quer em termos da valorização dada pelos representantes dos vários sectores da comunidade

Gráfico 21 – Total Liderança

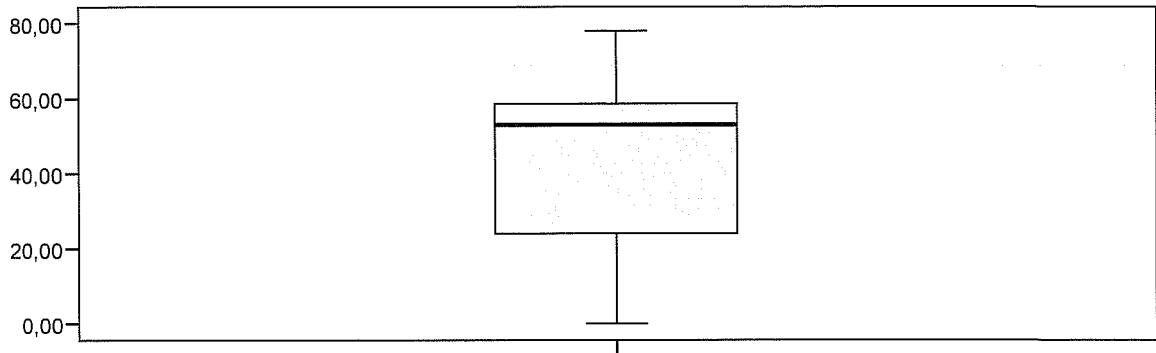


O gráfico 21 é uma representação da distribuição das frequências das somas dos resultados obtidos em todos os itens (14) da pergunta 14 sobre a liderança na rede. Este resultado foi obtido tendo por base a escala de seis opções de resposta que poderiam ser desde “Nem um Pouco Verdade” (valor 1) a “Muito Verdade” (valor 6), sendo que à opção “Não Sabe”, foi atribuído o valor zero (0). Assim, poderiam ter existido resultados compreendidos entre zero (0) e 84 pontos de valor máximo. Aqui também os itens referenciados como de sentido inverso tiveram a cotação dos valores invertida de modo a podermos comparar os valores obtidos (passámos a considerar os valores mais elevados como afirmações positivas e os valores mais baixos como afirmações mais negativas). Fomos também achar o valor intermédio que nos permitiria analisar os resultados. Esse valor é o 42.

Neste gráfico podemos observar que os 19 participantes responderam a todos os itens da pergunta sobre liderança. Quanto aos resultados obtidos existem dois participantes que apresentam resultado zero, ou seja, optaram por responder “Não Sabe” relativamente às afirmações apresentadas. Encontramos uma distribuição das frequências muito variada com um participante a totalizar cinco pontos e um outro a totalizar 78 pontos. Os valores que se destacam são três participantes que obtiveram 58 pontos. Ainda, relativamente aos dados do gráfico 21, observamos que doze participantes apresentam valores totais, relativamente às afirmações sobre liderança, acima do valor intermédio, o que nos remete para a sua concordância com a liderança da parceria.

Seguidamente fomos realizar um diagrama de extremos e quartis para uma melhor observação dos resultados (Gráfico 22)

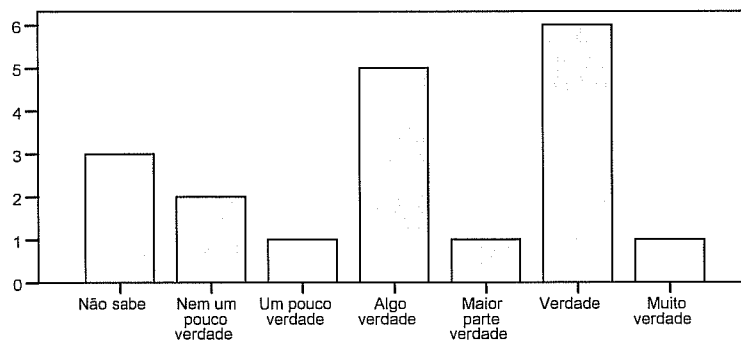
Gráfico 22 – gráfico de extremos e quartis total liderança



Os resultados representados no gráfico 22 são afectados por existirem dois participantes que totalizam zero pontos, ou seja, responderam “Não Sabe” a todas as afirmações relacionadas com a liderança da parceria, o que acaba por influenciar a representação dos resultados.

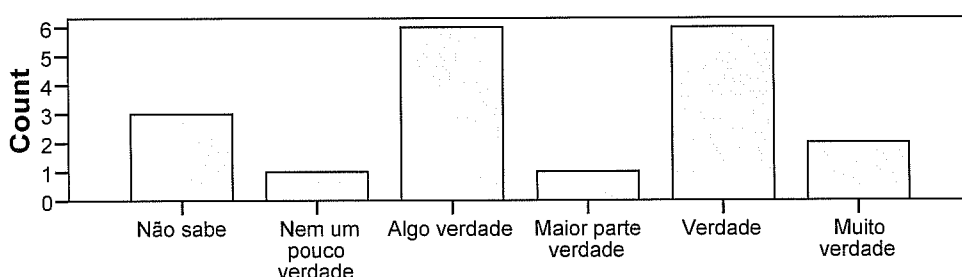
Como exemplo das respostas dadas pelos participantes a algumas dos itens da pergunta 14 escolhemos então os itens 14f “O/A(s) líder(es) tem(têm) flexibilidade em aceitar diferentes pontos de vista” (Gráfico 23) e 14g “O/A(s) líder(es) promove(m) a colaboração entre os membros da rede” (Gráfico 24). Estes dois itens podem ilustrar a opinião dos participantes quanto a uma liderança com características democráticas e de inclusão.

Gráfico 23 – Frequência item 14f – “O/A(s) líder(es) tem(têm) flexibilidade em aceitar diferentes pontos de vista”



No gráfico 23 podemos observar que seis participantes responderam “Verdade”, cinco responderam “Algo Verdade” e dois dos nossos participantes responderam “Nem um Pouco Verdade”. Cada uma das outras opções de resposta foi assinalada por um participante. Mais ainda, houve três participantes a assinalarem a opção “Não Sabe”. Ou seja, os participantes consideram que a liderança da parceria tem tido alguma flexibilidade para aceitar diferentes pontos de vista.

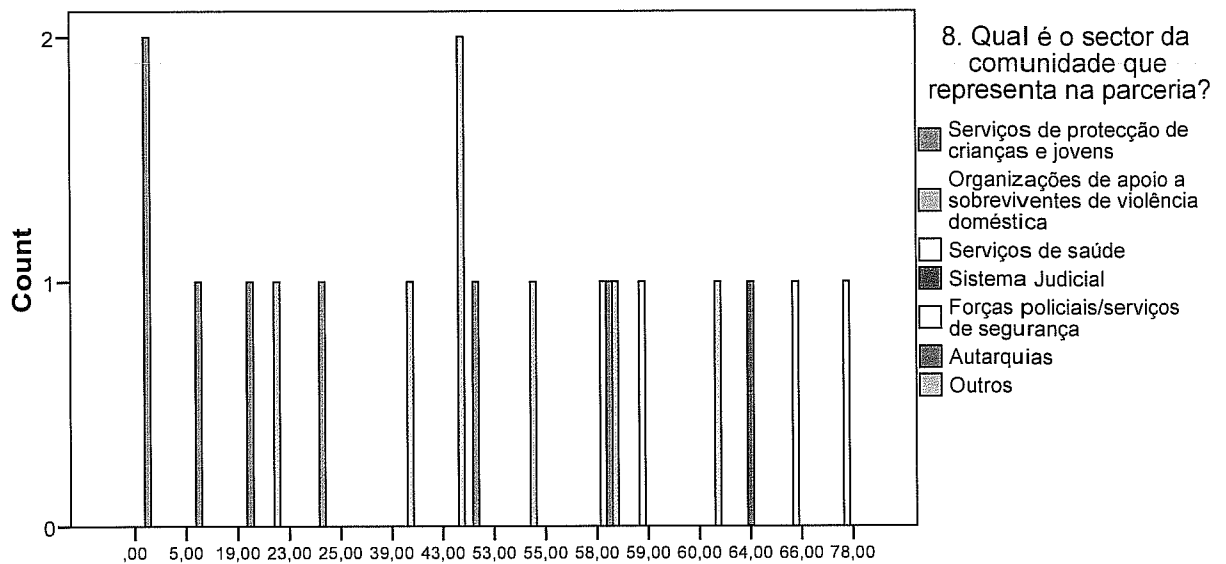
Gráfico 24 – Frequência item 14g “O/A(s) líder(es) promove(m) a colaboração entre os membros da rede”



Relativamente à afirmação de que os/as líderes da parceria promovem a colaboração entre os membros da rede representada no gráfico 24, obtivemos uma disparidade de resultados bastante elevada. No entanto, verificamos que obtivemos doze respostas em duas das opções de resposta. Assim, seis dos nossos participantes respondem “Algo Verdade” e outros seis respondem “Verdade”. Mais ainda, obtivemos duas respostas “Muito Verdade”, uma resposta “Maior Parte Verdade” e uma resposta “Nem um Pouco Verdade”. Salientamos também que neste item houve três participantes a assinalar “Não Sabe”. Isto faz-nos pensar que pode ser necessário aos/as líderes promoverem mais a colaboração os membros da parceria.

Mais uma vez fomos identificar quais os sectores da comunidade que consideram dever haver melhorias relativamente à liderança da parceria. Consideramos que esta análise é fundamental para perceber o contexto em que surgem estes resultados e para poder eventualmente fazer algumas sugestões.

Gráfico 25 – Total Liderança por sector da comunidade



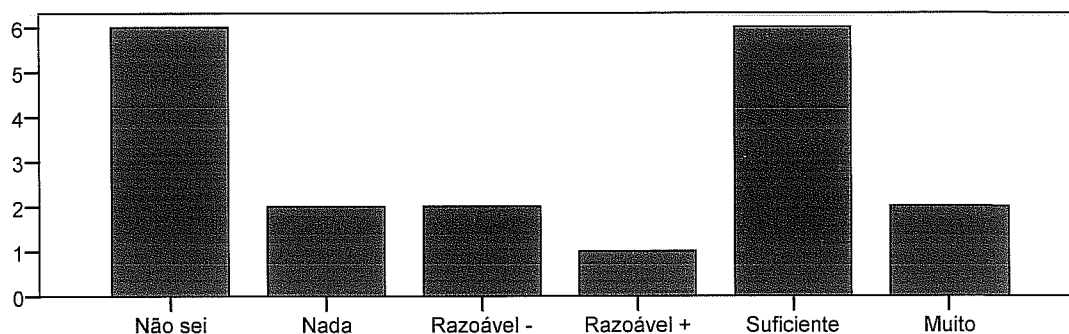
No gráfico 25 podemos observar os valores por sector da comunidade representado na parceria. Assim, observamos que os valores mais baixos são apresentados por representantes das autarquias e das organizações que dão apoio a sobreviventes de violência doméstica enquanto que os valores mais elevados são transmitidos por representantes dos serviços de saúde e do sistema judicial.

#### Pergunta 14.1 –

Foi ainda perguntado aos participantes como é que consideravam o estilo do(a) liderança em termos de funcionar para a própria rede. Aqui foi pedido aos participantes que classificassem essa liderança assinalando as opções: “Nada”, “Razoável-“, “Razoável+“, “Suficiente” e “Muito”.

Esta questão permite-nos recolher a apreciação global que os participantes fazem da liderança da parceria. Se esta é em maior ou menor grau adequada às características e às necessidades da parceria. Em última análise se estão ou não satisfeitos com essa liderança.

Gráfico 26 – Frequências da questão “Até que ponto o estilo do(a) seu(sua) líder funciona na sua rede?”



Dos resultados obtidos podemos salientar duas respostas em cada um dos extremos “Nada” e “Muito”, e seis respostas em que consideram o estilo de liderança “Suficiente”. Consideramos que apesar de termos nove participantes que consideram a liderança da parceria positiva, era importante salientar que há seis participantes que não sabem e um que acha essa liderança não funciona nada.

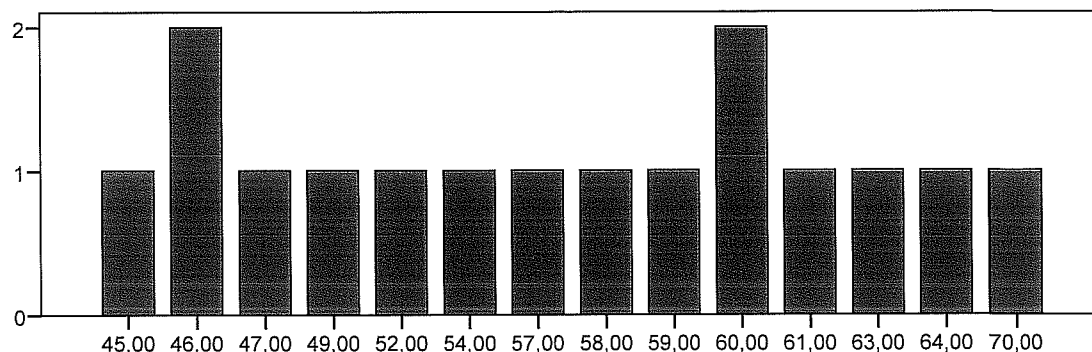
### Pergunta 15

A pergunta 15 é dedicada à missão da parceria. É constituída por 12 afirmações sobre a existência de uma missão partilhada.

O gráfico 27 é uma representação da distribuição das frequências das somas dos resultados obtidos em todos itens (12) da pergunta 15 sobre a missão rede. Este resultado foi obtido tendo por base a escala de seis opções de resposta que poderiam ser desde “Nem um Pouco Verdade” (valor 1) a “Muito Verdade (valor 6), sendo que à opção “Não Sabe”, foi atribuído o valor zero (0). Assim, poderiam ter existido resultados compreendidos entre zero (0) e 72 pontos de valor máximo. No entanto é necessário ressaltar que nos itens referenciados como de sentidos inverso em que a cotação dos valores foi invertida de modo a podermos comparar os valores obtidos (passámos a considerar os valores mais elevados como afirmações positivas e os valores mais baixos como afirmações mais negativas). Mais ainda, consideramos que um valor a partir de 36 pontos pode ser considerado uma opinião positiva sobre a missão da parceria.

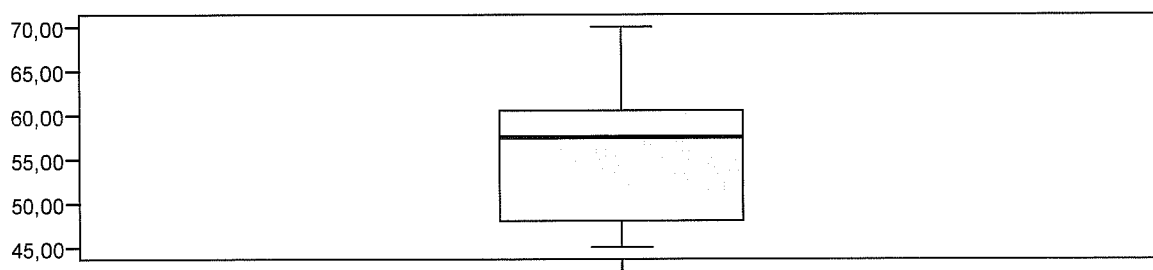
Podemos então observar que à pergunta sobre a missão responderam a todos os itens 16 participantes.

Gráfico 27 – Total Missão



Podemos também observar uma distribuição de resultados variada, com pontuações que vão desde os 45 pontos aos 70 pontos. Observamos também que se tivermos como referência o valor 36 (somatório de respostas a 12 itens de valor três (“Algo Verdade”)), todos os participantes apresentam valores superiores. Fomos ainda analisar a distribuição dos resultados obtidos de acordo com os dados do gráfico 28 onde podemos ver que há uma maior concentração de resultados abaixo da mediana calculada (57) (valor da mediana corresponde a uma distribuição de 50% dos participantes para cada lado).

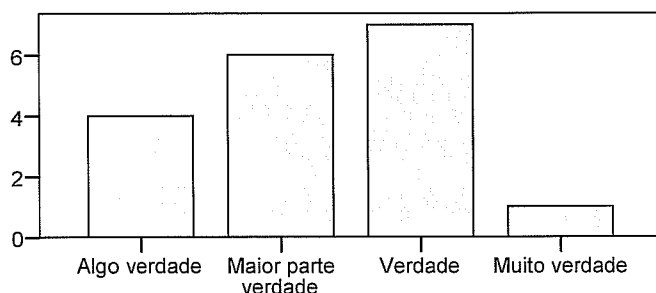
Gráfico 28 – gráfico de extremos e quartis total missão



A título de exemplo, apresentamos também algumas das respostas dadas pelos participantes a alguns dos itens da pergunta 15. Escolhemos então as afirmações 15a “A

rede desenvolveu uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros” e o e 15h “Os membros da rede agem segundo o interesse das sobreviventes de violência doméstica”.

Gráfico 29 – Frequência item 15a “A rede desenvolveu uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros”

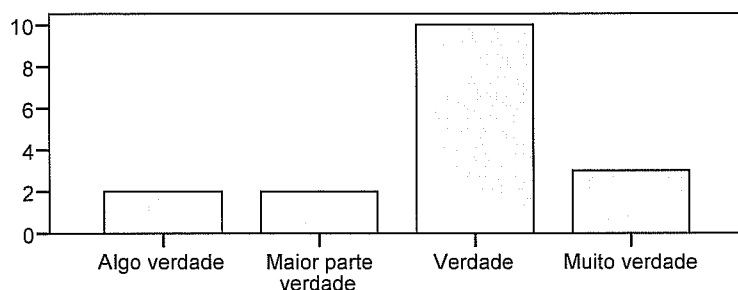


Segundo os resultados apresentados no gráfico 29 podemos observar que dos 18 participantes que responderam a este item um deles respondeu “Muito Verdade” à questão “A rede desenvolveu uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros”, Sete dos nossos participantes consideram que esta afirmação é “Verdade”, seis assinalam-na como “A Maior Parte Verdade” e quatro participantes “Algo Verdade”.

Os participantes concordam essencialmente com a existência de uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros.

Escolhemos apresentar os dados recolhidos relativamente à actuação dos membros da parceria em função do interesse das mulheres sobreviventes de violência doméstica pois consideramos que a parceria deve ter em conta as necessidades destas mulheres como subjacente à sua existência. A literatura mostra-nos que melhorar a actuação dos parceiros na comunidade de forma a encontrar respostas para as necessidades das mulheres sobreviventes de violência é um dos factores centrais da existência de parcerias comunitárias na área da violência doméstica.

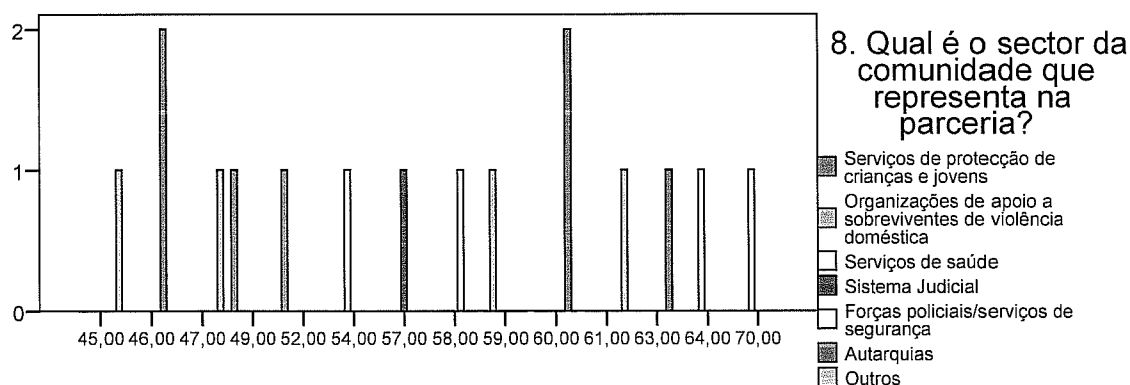
Gráfico 30 – Frequência item 15h “Os membros da rede agem segundo o interesse das sobreviventes de violência doméstica”



Segundo os dados obtidos, contabilizamos 17 participantes que responderam a este item. Destes três responderam “Muito Verdade”, dez responderam “Verdade”, dois responderam “Maior Parte Verdade” e outros dois responderam “Algo Verdade”. Ou seja, os participantes consideram que os membros da rede agem segundo os interesses das mulheres sobreviventes de violência doméstica.

Seguidamente fomos analisar os resultados obtidos relativamente à missão da parceria consoante a área da comunidade representada, o que deu origem aos dados apresentados no gráfico 31.

Gráfico 31 – Total Missão por sector da comunidade representado.



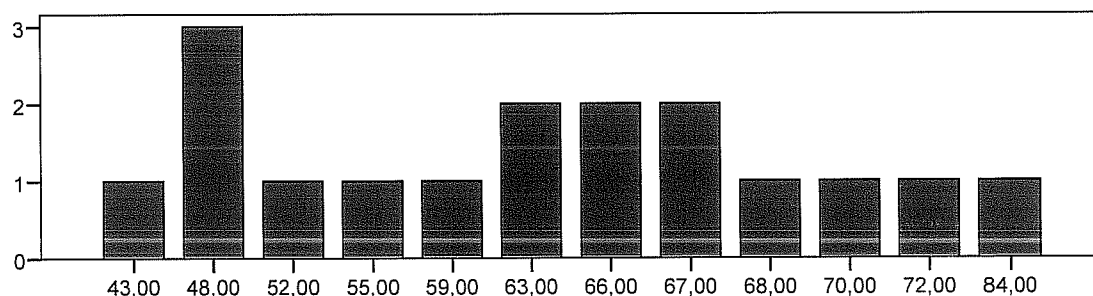
Estes dados mostram-nos que os valores mais elevados pertencem a representantes dos serviços de saúde e das autarquias. No entanto, no extremo oposto, encontramos também representantes das autarquias e de outros sectores da comunidade a apresentar os valores mais baixos.

### Pergunta 16

Com a pergunta 16 podemos perceber quais os impactos que a parceria tem tido na comunidade, nomeadamente, se aumentaram o conhecimento entre as organizações e se houve mudanças nas políticas e nas práticas de intervenção em situações de violência doméstica.

Os resultados apresentados no gráfico 32 são resultantes da soma dos resultados obtidos em cada um dos itens (14) da pergunta 13. Este resultado foi obtido tendo por base a escala de seis opções de resposta que poderiam ser desde “Nem um Pouco Verdade” (valor 1) a “Muito Verdade (valor 6), sendo que à opção “Não Sabe”, foi atribuído o valor zero (0). Assim, poderiam ter existido resultados compreendidos entre zero (0) e 84 pontos de valor máximo. Nesta pergunta não foi necessário inverter as pontuações de nenhuma das afirmações. À semelhança das perguntas anteriores considerámos 42 como o valor intermédio desta pergunta pois é metade do valor máximo possível.

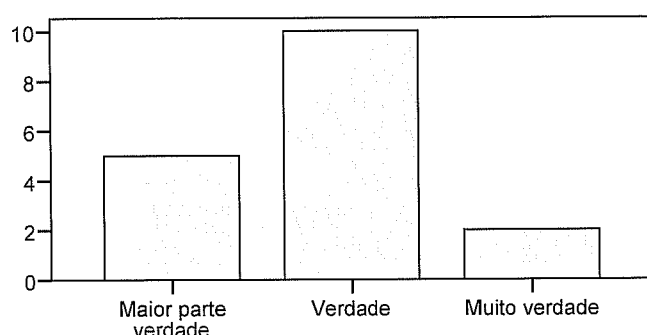
Gráfico 32 – Total Impactos da rede na comunidade



Contabilizámos 17 participantes que responderam a todos os itens desta pergunta. Observamos também que existe um participante que atribuiu o valor máximo possível da escala de 84 pontos, o que quer dizer que respondeu a todos os itens atribuindo-lhes o seu valor máximo possível, ou seja, este participante considerou que todas as afirmações relativas ao impacto da parceria na comunidade eram

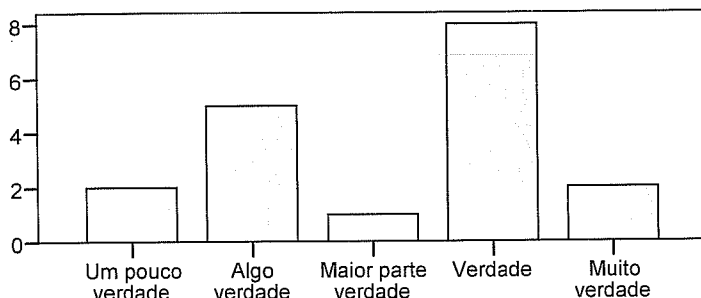
Podemos agora, tomar como exemplo algumas das respostas dadas pelos participantes a alguns dos itens da pergunta 16. Escolhemos então a afirmação 16b “Aumentou o conhecimento que os membros têm sobre as organizações dos outros” (Gráfico 33) e a afirmação 16j “Estimulou mudanças dentro da minha organização na nossa forma de responder a situações de violência doméstica” (gráfico 34) como exemplos representativos das respostas obtidas.

Gráfico 33 – Frequências item 16b “Aumentou o conhecimento que os membros têm sobre as organizações dos outros”



Relativamente ao item 16b, verificamos que 10 participantes assinalaram a resposta “Verdade”, dois deles assinalaram a resposta “Muito Verdade” e cinco participantes assinalaram a resposta “Maior Parte Verdade”. Assim, todas as respostas obtidas foram concentradas nestas três opções mais concordantes com a afirmação. Os participantes reconhecem que a existência da parceria fez aumentar o conhecimento dos membros sobre as organizações representadas.

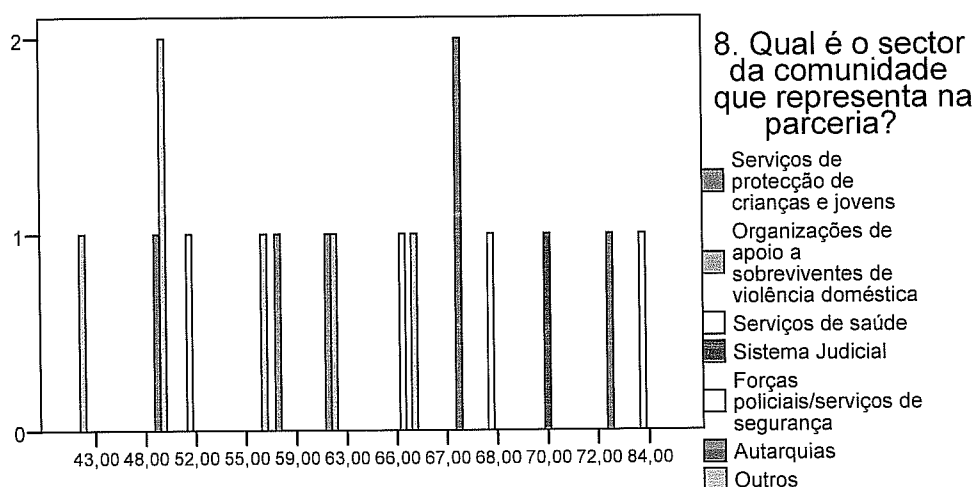
Gráfico 34 – Frequências item 16j “Estimulou mudanças dentro da minha organização na nossa forma de responder a situações de violência doméstica”



No item 16j, há uma maior diferenciação das respostas obtidas tendo sido registadas duas respostas “Muito Verdade”, oito respostas “Verdade”, bem como duas respostas “Um Pouco Verdade”, cinco respostas “Algo Verdade” e uma resposta “A Maior Parte Verdade”. No entanto, é evidente que houve modificações na forma como as organizações respondem a situações de violência doméstica.

Mais uma vez fomos também analisar quais os sectores da comunidade que gostariam de ver introduzidas algumas melhorias face a uma missão partilhada no contexto da parceria bem como quais os sectores que consideram que realmente existe essa missão.

Gráfico 35 – Total Impacto da Rede Na Comunidade por sector da comunidade.



Quando analisamos os resultados obtidos relativamente ao impacto da rede na comunidade por sector da comunidade representados observamos que os valores mais

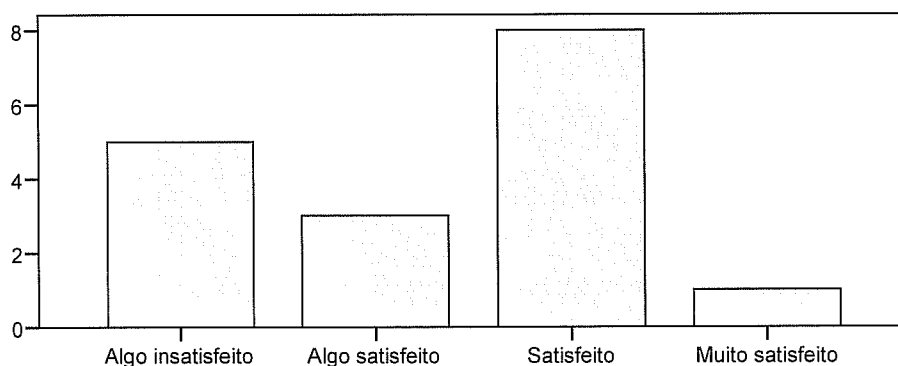
baixos traduzem a opinião de um representantes de organizações de apoio a mulheres sobreviventes de violência e os valores mais elevados são de um representante dos serviços de saúde.

### Pergunta 17

Com as questões 17 e 18 pretendemos perceber o nível de satisfação dos participantes no que diz respeito à concretização de objectivos e de mudanças necessárias na resposta a situações de violência doméstica bem como em pôr as pessoas a falar sobre violência doméstica, nomeadamente através da identificação de factores facilitadores e factores limitadores do trabalho em parceria.

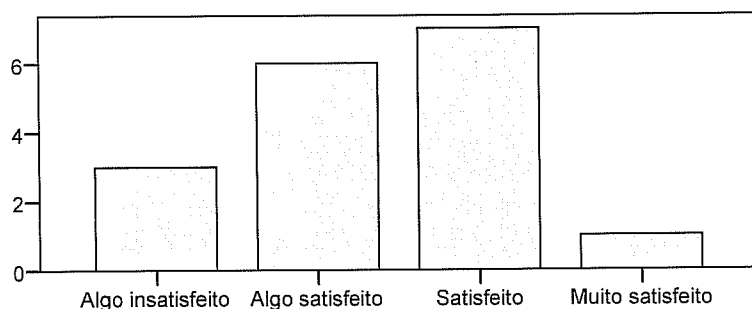
Na pergunta 17 foi pedido aos participantes para assinalarem até que ponto estavam satisfeitos com as acções da rede. Os participantes dispunham de seis opções de resposta: “Nem um Pouco Satisfeito” (valor 1); “Insatisfeito”; “Algo Insatisfeito”, “Algo Satisfeito”; “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” (valor 6). Esta pergunta era constituída por três itens: o item a) que reportava ao atingir dos objectivos; o item b) que reportava à concretização de mudanças nas respostas à violência doméstica e o item c) que reportava a pôr as pessoas a falar sobre violência doméstica. Iremos seguidamente apresentar os resultados referentes a cada um destes itens.

Gráfico 36 – Item 17a “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para avançar consistentemente para atingir os seus objectivos”



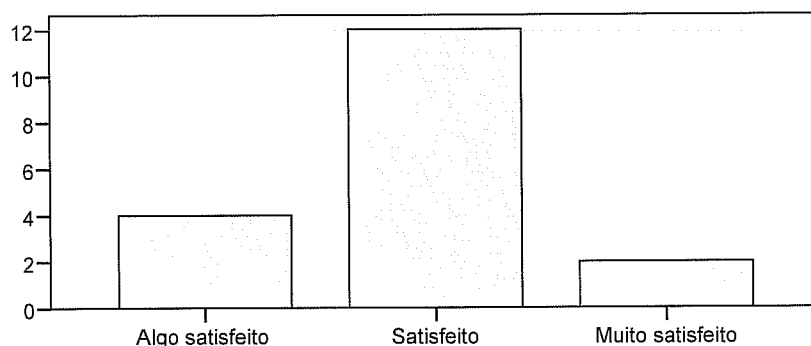
Como podemos observar no gráfico 36, um dos participantes referiu estar “muito Satisfeito”, oito referiram estar “Satisfeito(s)”, houve três participantes que optaram pela resposta “Algo Satisfeito” e cinco respostas “Algo Insatisfeito”. Contabilizamos assim, 17 participantes que responderam a este item da pergunta 17. verificamos também neste gráfico que 12 dos 17 participantes responderam dentro das três opções de maior valor. Ou seja, apesar dos resultados serem positivos, há que criar mecanismos no sentido de melhorar a satisfação de alguns dos participantes no que diz respeito às acções da rede para atingir os objectivos.

Gráfico 37 – Item 17b “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para criar as mudanças necessárias nas repostas à violência doméstica”



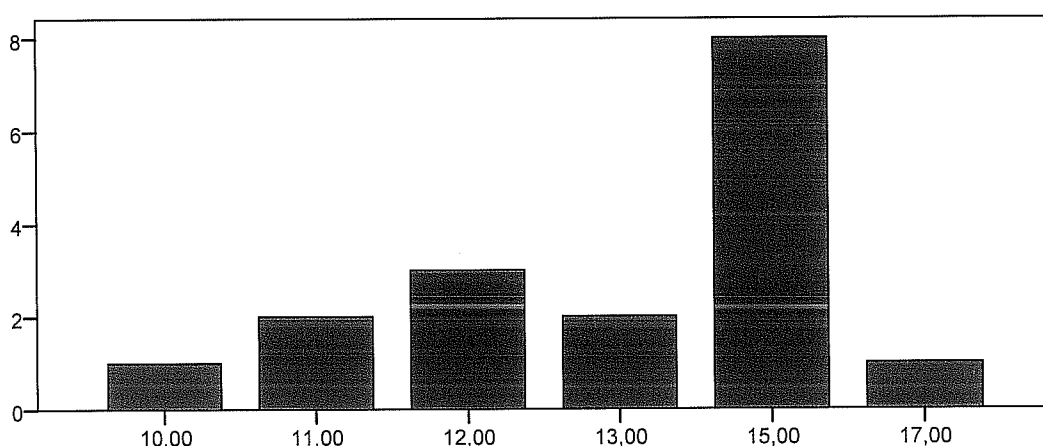
No gráfico 37, observamos que um dos participantes referiu estar “muito Satisfeito”, sete referiram estar “Satisfeito(s)”, houve seis participantes que optaram pela resposta “Algo Satisfeito” e três respostas “Algo Insatisfeito”. Contabilizamos assim, 17 participantes que responderam a este item da pergunta 17. verificamos também neste gráfico que 14 dos 17 participantes responderam dentro das três opções de maior valor. Podemos afirmar que apesar do sentimento geral de satisfação com as acções da parceria para produzir as mudanças necessárias para as situações de violência doméstica, há ainda um trabalho a ser feito e mudanças a serem produzidas.

Gráfico 38 – Item 17c “Até que ponto está satisfeito com as acções da rede para pôr as pessoas a falar sobre violência doméstica”



Segundo o gráfico 38, observamos que dois dos participantes referiu estar “Muito Satisfeito”, doze referiram estar “Satisfeito(s)”, houve ainda quatro participantes que optaram pela resposta “Algo Satisfeito”. Contabilizamos assim, 17 participantes que responderam a este item da pergunta 17. verificamos também a este item da pergunta 17 reponderam 18 participantes e que todas as suas respostas foram nas três opções de maior valor. Os participantes referem, de uma forma geral, que a parceria tem sido importantes para pôr as pessoas a falar sobre a temática da violência doméstica.

Gráfico 39 – Total Satisfação

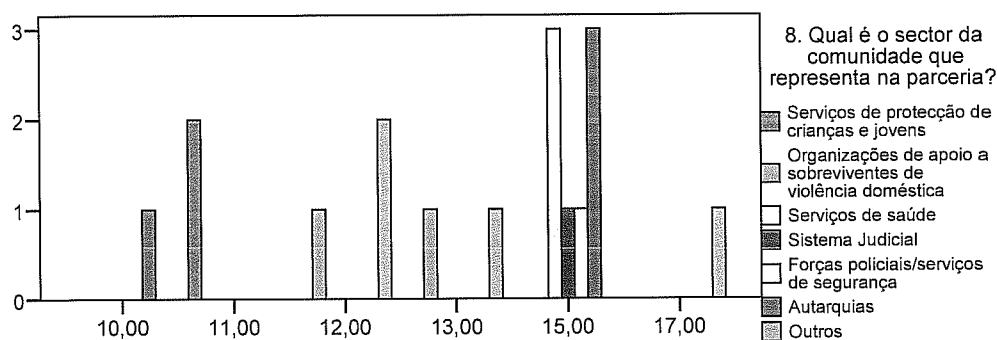


Serve-nos o gráfico 39 para analisarmos a satisfação dos participantes neste conjunto de três itens. Tendo em conta que o valor máximo possível de atingir eram 18 pontos podemos referir que apesar o resultado mais baixo apresentado ser de 10 valores e ser apenas um participante que apresenta este valor o resultado que encontramos com maior

frequência é o valor 15, com oito participantes a obterem este resultado, no conjunto dos três itens. Há ainda, um dos participantes que obtém um resultado do conjunto dos três itens de valor 17 num máximo possível de pontuação de 18 valores. Há nestas respostas um sentimento generalizado de satisfação com as acções da rede, no entanto, não é de descurar que existem valores mais baixos e que é fundamental continuar a prestar-lhes atenção.

Mais uma vez fomos averiguar quais os sectores da comunidade que manifestavam maior e menor satisfação. Estes dados podem ser importantes para serem trabalhados no futuro.

Gráfico 40 – Total Satisfação por Sector da Comunidade



Segundo o gráfico 40, verificámos que um representante da autarquia é aquele que apresenta o valor mais baixo (10), seguidamente, dois representantes dos serviços de protecção às crianças e jovens (valor total 11). As polícias, as autarquias (3 participantes), os serviços de saúde (3 participantes) e uma representante do sistema judicial totalizaram 15 pontos. Verificamos também que o valor mais elevado (17) é de um representante de outro sector da comunidade.

Estes dados remetem-nos para a pergunta seguinte onde foi pedido aos participantes que nomeassem factores facilitadores e barreiras do trabalho conjunto da parceria para atingir os objectivos que se propõe.

Os dados da pergunta 18 foram obtidos através da análise de conteúdo. Era dada oportunidade aos participantes para sugerirem facilitadores e para referirem barreiras.

**Pergunta 18a** – Quais os factores que na sua perspectiva contribuem para facilitar o trabalho em conjunto dos membros, no sentido de atingirem os objectivos da rede?

Tabela 8 – Factores Facilitadores do trabalho conjunto

Categoria	n	%
Empenhamento na resolução de problemas	9	47,36%
Organização das reuniões	3	15,78%
Abordagem da problemática	3	15,78%
Aceitação e respeito pelos diferentes profissionais	2	10,52%
Experiência profissional	4	21,05%
Pequenos grupos de trabalho	2	10,52%
Compromisso	2	10,52%
Relação existente nos grupos de trabalho	1	5,26%
Facilitadora na intervenção	2	10,52%
Não responde	2	10,52%

Relativamente aos factores que foram mais vezes identificados como facilitadores do trabalho em conjunto destacamos o “Empenhamento na resolução de problemas”, referido por nove participantes e a “Experiência profissional”, referido por quatro participantes. Estas respostas remetem-nos essencialmente para competências individuais dos membros da rede.

**Pergunta 18b** – Quais os factores que na sua perspectiva impedem o trabalho em conjunto dos membros, no sentido de atingirem os objectivos da rede?

Tabela 9 – Factores que impedem o trabalho em conjunto

Categoria	n	%
Limitações institucionais	14	73,68%
Limitações organizacionais	6	31,57%
Diferentes áreas profissionais	5	26,31%
Falta de valores	2	10,52%
Falta de liderança	2	10,52%

Falta de recursos	3	15,78%
Falta de poder de decisão	1	5,26%
Não responde	4	21,05%

No que diz respeito aos factores que impedem o trabalho conjunto foi referido por 14 participantes as limitações institucionais. Mais ainda, salientamos as limitações organizacionais referidas por seis participantes e as diferentes áreas profissionais referidas por cinco participantes. Aqui salientamos que a maior parte das barreiras referidas prendem-se com limitações de natureza institucional.

### Pergunta 19

Na questão 19 foi pedido aos participantes que identificassem que recursos poderiam ser necessários e úteis para o desenvolvimento da parceria.

Esta era uma pergunta aberta, cujas respostas dos participantes foram tratadas através de análise de conteúdo. Os resultados obtidos estão representados na tabela 9.

Tabela 10 – Recursos Úteis para a rede

Categoria	n	%
Mais colaboração e participação do poder judicial	2	10,52%
Formação	3	15,78%
Apoio técnico	2	10,52%
Conhecer o trabalho das outras instituições na rede	1	5,26%
Partilha de situações reais	1	5,26%
Equipa alargada de terreno para prevenção	1	5,26%
Não responde	10	52,63%

Foram identificados como recursos úteis para a rede uma maior colaboração do poder judicial (dois participantes) e a necessidade de mais formação. Salientamos também que houve dez participantes que não responderam a esta pergunta.

### Pergunta 20

Relativamente à questão 20, pretende-se saber como aconteciam as interações entre os membros da parceria fora das reuniões formais da rede. Esta pergunta é sobre os membros da rede com quem discutem as questões relacionadas com a violência doméstica ou os assuntos da rede. Pedimos que os identificassem e que nos dissessem qual a periodicidade com que discutiam esses temas.

Tabela 11 – Com quem discute questões relacionadas com violência doméstica e com que frequência

<b>Categoria</b>	<b>1 Vez por dia</b>	<b>1 Vez por semana</b>	<b>1 Vez por mês</b>	<b>1 Vez por ano</b>
Casa abrigo	0	2	1	0
Câmara Municipal	0	1	7	0
Instituto de Segurança Social	0	6	1	0
Centro de Emprego	0	1	1	0
ARSLVT	0	3	1	0
Hospital Montijo	0	3	1	1
Hospital Barreiro	0	3	2	1
DREL	0	1	0	0
PSP	0	4	1	1
GNR	0	4	0	1
Equipa Coordenação Acção Educativa	0	0	2	0
Instituto de Reinserção Social	1	2	1	1
CPCJ	0	5	2	0
Cercima	0	1	0	0
Centro Comunitário mais Cidadão	0	0	2	0
Não responde	9			

Quando inquiridos sobre com quem os participantes discutem questões relacionadas com a violência doméstica, verificamos que, numa base semanal os participantes falam maioritariamente com as forças policiais, a comissão de protecção de crianças e jovens e com o Instituto de Segurança Social. Numa base mensal, os participantes discutem essas

questões principalmente com a Câmara Municipal. Destacamos ainda que nove participantes não responderam a esta pergunta.

Na tentativa de recolher maior informação, Procedemos ainda ao cruzamento dos dados recolhidos nas perguntas 12, 13, 14, 15, 16 e 17, por anos de trabalho na área da violência doméstica, por horas de formação realizadas, tendo encontrado valores muito similares apesar das categorias destas variáveis.

Não analisámos as variáveis género e etnia porque tínhamos apenas um dos participantes que se identificou como sendo do género masculino e todos os participantes que responderam às questões de caracterização demográfica responderam ser de etnia caucasiana.

### Entrevista

Esta entrevista tinha como objectivo a recolha das características, actividades e da história da parceria. Escolhemos como informante chave desta parceria, a sua coordenadora, a Dra. Gabriela Guerreiro, responsável do Gabinete de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal do Montijo.

Foi inquirida sobre os assuntos abordados pela parceria. Foi inquirida sobre 12 temas, (6 relacionados com o sistema de justiça criminal e 6 fora do sistema criminal), que estão muitas vezes associados com as reformas necessárias para se obter respostas comunitárias coordenadas (Clark et al, 1996; Hart, 1995; Pence & Shepard, 1999, in Allen, 2005,b).

Foi-lhe perguntado se um determinado assunto era um objectivo, formal ou informal da parceria. Foram incluídas alguns exemplos de reformas a realizar no âmbito do sistema de justiça criminal: a)melhorar a acessibilidade a ordens de protecção e b)reformular os procedimentos de detenção. Foram também incluídos exemplos de outras necessidades de reforma na comunidade, nomeadamente a implementação de politicas de identificação precoce nos serviços de urgência hospitalar e disponibilizar educação comunitária para os serviços locais de apoio às mulheres sobreviventes de violência. Se estes temas não fossem abordadas pela parceria foi-lhes perguntado se esta era uma

necessidade na sua comunidade. Foi ainda perguntado em relação a cada um destes temas até que ponto esses objectivos tinham sido atingidos no sentido de analisar a concretização da parceria.

Nesta entrevista foi também perguntado a representação e participação na parceria de potenciais elementos ou grupos de elementos da comunidade e, se estes são membros activos da parceria.

Para analisar até que ponto a parceria tinha uma estrutura formal, foi ainda apresentado dois segmentos do instrumento de Butterfoss (1998) Coalition Effectiveness Inventory Self Assesment Tool, sobre estrutura e processos da parceria. Foi realizado um conjunto de 18 perguntas, de resposta sim ou não para analisar até que ponto a parceria tinha estrutura (estatutos, missão escrita) e quais os processos (mecanismos para a tomada de decisão e resolução de problemas).

A Dra. Gabriela informou-nos que esta parceria existe formalizada desde 2005. Por iniciativa da Câmara Municipal do Montijo, com os objectivos de prevenir a violência doméstica no Concelho e de minimizar os problemas das mulheres vítimas de violência doméstica.

Até agora os principais objectivos da parceria têm sido melhorar os recursos e a sensibilização da comunidade do Montijo para a problemática da violência doméstica. Quer em termos de informar os cidadãos e as mulheres de que existem iniciativas concelhias para minimizar o impacto da violência doméstica, como por exemplo a criação de uma casa abrigo, ou a existência de um gabinete de informação às mulheres.

Esta parceria tem também tido como objectivo dotar os profissionais da comunidade de informação e formação sobre a temática da violência doméstica, quer pela produção de materiais informativos quer pela realização de sessões públicas de sensibilização.

Relativamente a objectivos ligados à alteração de políticas e procedimentos do sistema judicial, eles são considerados como uma necessidade da comunidade mas não têm feito parte dos objectivos da parceria.

A parceria dispõe de mecanismos estruturantes, nomeadamente, um regulamento, uma missão escrita, reuniões regulares e grupos de trabalho. Dispõe ainda de mecanismos para disponibilizar formação aos membros da parceria.

Apesar desta parceria não ter representantes dos tribunais, das empresas, das organizações religiosas, das organizações de educação nem de organizações de saúde mental, os representantes das organizações presentes participam regularmente nas suas reuniões.

De uma forma geral as organizações parceiras e a comunidade em geral são apoiantes da existência da parceria, no entanto não foi ainda possível obter o apoio de potenciais financiadores.

## ***DISCUSSÃO DOS RESULTADOS***

No seu estudo inicial, Allen (2005), examinou até que ponto os factores de uma parceria inclusiva através da análise do Clima da Parceria, retratada por três áreas: a partilha do poder nos processos de tomada de decisão, uma missão partilhada e uma liderança eficaz estão diferentemente relacionados com a concretização dos objectivos da parceria, quer no âmbito do sistema de justiça criminal quer para além deste sistema.

Dado que estamos perante um estudo exploratório, de uma única parceria procuramos identificar quais os factores que contribuem para a eficácia desta parceria, mantendo no entanto, o referencial orientado para as questões de investigação do estudo de Nicole Allen (2005): a) Das diferentes necessidades de mudança da comunidade, o que é que a rede articulada para a violência doméstica contra as mulheres aborda; b) Até que ponto é que estas redes atingem os seus objectivos de promoção das mudanças da comunidade face às situações de violência doméstica contra as mulheres; c) Quais são os factores da rede que estão relacionados com a obtenção de objectivos dentro do sistema judicial criminal; d)Quais são os factores da rede que estão relacionados com a obtenção de objectivos fora do sistema judicial criminal. (Allen, 2005)

Assim, pudemos observar que no que diz respeito aos processos de tomada de decisão há uma variação entre os membros da parceria em que alguns afirmam não serem importantes nos processos de tomada de decisão e outros a afirmarem que não só estão envolvidos nesses processos de tomada de decisão como também que a sua opinião é importante para o resultado desse processo e influencia o rumo bem como os objectivos da própria parceria.

Mais ainda, se tivermos em conta que os resultados mais baixos são apresentados por representantes dos serviços de protecção de crianças e jovens, isto pode fazer-nos pensar na diferença de prioridades e de opiniões, bem como por vezes uma visão até oposta, entre os serviços que têm por missão o aumento da protecção e apoio às mulheres sobreviventes de violência, como a rede e os serviços de protecção de crianças e jovens que têm que planear a sua acção tendo por base o interesse da criança. Este confronto de poderes e de interesses tem que ser tido em conta quando fazemos a análise da eficácia da parceria.

Os processos de tomada de decisão no contexto de uma parceria são complexos. Devem ser processos partilhados que envolvam o mais possível todos os elementos da parceria mas especialmente, o seu pessoal, a direcção da parceria, os grupos de trabalho, as entidades financiadoras e a entidade que coordena. (Wolff, 2001, b) É fundamental que os papéis estejam bem definidos ou que sejam revistos.

No seu estudo, Allen, (2005,a) afirma que a presença de uma partilha de poder e dos processos de tomada de decisão pode ser particularmente importante no que diz respeito a atingir objectivos ligados ao sistema de justiça criminal, pois essas mudanças implicam muitas vezes a conjugação de perspectivas contraditórias entre entidades com poderes diferentes dentro da parceria. Quanto à rede do Montijo observamos que os serviços de protecção de crianças e jovens apresentam os valores mais baixos do que os representantes dos outros sectores da comunidade. Tal poderá dever-se de existirem por vezes interesses contraditórios, no trabalho destes serviços face aos interesses da rede. Os serviços de protecção de crianças e jovens devem proteger as crianças e a rede definiu como área de actuação as mulheres sobreviventes de violência doméstica. Sabemos que há muitas crianças envolvidas nas situações de violência. Por isso, podem existir inúmeras situações em que as prioridades de um determinado serviço se sobrepõem às da rede, o que pode gerar dificuldades na implementação de reformas necessárias.

No que diz respeito à existência de uma missão partilhada pelos membros da rede, encontramos resultados bastantes díspares, que atravessavam um leque bastante grande de resultados (Gráfico27). No entanto, gostaria de referir que quando se analisa estes resultados por sector da comunidade representado, observam-se resultados mais favoráveis por parte dos representantes dos serviços de saúde. Os resultados mais baixos provêm de sectores não, tradicionalmente, envolvidos na área da violência doméstica.

A definição de uma missão conjunta e partilhada pelos membros da parceria é importante para o seu desenvolvimento e segundo Wolff (2001, b), contribui para o seu sentimento de eficácia e adiciona ao processo do grupo um sentimento de espiritualidade.

Relativamente à liderança observamos (gráfico 25) que os valores mais baixos são manifestados por representantes da autarquia. Isto faz-nos pensar até que ponto é que estes participantes não quiseram manifestar-se pois a liderança desta parceria é essencialmente assumida pelos próprios representantes da autarquia. Foram representantes da autarquia da rede que no último ano assumiram a liderança da maior parte dos grupos de trabalho. Observamos também que no que diz respeito aos representantes dos serviços de saúde e do sistema judicial, estes consideram a liderança da rede como eficaz, pois são eles que apresentam os valores mais elevados. Mais ainda podemos afirmar que, na generalidade a maior parte dos elementos da parceria acha que o estilo de liderança existente resulta para a rede.

Um dos factores de sucesso de uma parceria prende-se com a liderança. Segundo Wolff (2001,b), o sucesso de uma parceria está intimamente ligado aos seus líderes, estes trazem esperança, energia e visão no seu desencadear. Uma parceria tem melhores probabilidades de sucesso se os seus primeiros líderes tiverem o apoio da população como dos principais líderes de uma comunidade. Refere também que numa parceria comunitária a liderança não está normalmente concentrada numa única pessoa. Normalmente nas parcerias de sucesso a liderança está dispersa pelos seus membros e desenvolve-se entre todos os seus membros. Estas parcerias de sucesso têm normalmente uma liderança partilhada e colaborativa em que os líderes partilham o poder em vez de imporem uma hierarquia rígida. Eles não têm uma visão fragmentada e departamentalizada, têm uma perspectiva holística da organização e da comunidade. Focalizam-se na facilitação e nos processos e não na tomada de decisão. São flexíveis, descentralizam, são inclusivos, pro-activos e focalizam-se nos processos bem como nos produtos. Têm que ser pessoas que correm riscos.

Allen (2005,a), no seu estudo concluiu que independentemente da natureza dos esforços das parcerias em produzir mudança comunitária, a qualidade da sua liderança é um preditor da sua capacidade em atingir esses objectivos. Se tivermos em conta, que os participantes do nosso estudo referem que a liderança da rede é positiva tal poderá ser também um preditor da capacidade da rede do Montijo em atingir os seus objectivos.

Em última análise, a pertença a uma parceria tem a ver com a participação das actividades da parceria. Os líderes da parceria devem trabalhar no sentido de identificar

novos potenciais membros da parceria. A participação nas parcerias deve ser o mais inclusiva possível e representativa da diversidade da própria comunidade, seja ela diversidade racial ou cultural mas também de idade, com a inclusão nomeadamente dos grupos de jovens e a participação de elementos da população alvo. Wolff (2001,b)

Nos nossos resultados podemos observar que dos objectivos referidos pelos participantes se salientaram três objectivos. São eles apoiar mulheres sobreviventes de violência (11), definir procedimentos (10) e melhorar a articulação (9). Estes objectivos foram aqueles que foram referidos em maior número de vezes e verificamos que todos eles têm subjacentes a melhoria dos serviços prestados às mulheres sobreviventes de violência e uma cada vez maior eficácia desses serviços. Pois definir procedimentos e melhorar a articulação tem a ver com as mudanças necessárias na comunidade para melhorar as respostas comunitárias.

Na entrevista, foi perguntado à informante chave se um determinado assunto era um objectivo, formal ou informal da parceria. Foram incluídos alguns exemplos de reformas a realizar no âmbito do sistema de justiça criminal: a) melhorar a acessibilidade a ordens de protecção e b) reformar os procedimentos de detenção. Foram também incluídos exemplos de outras necessidades de reforma na comunidade, nomeadamente, a implementação de políticas de identificação precoce nos serviços de urgência hospitalar e disponibilizar educação comunitária para os serviços locais de apoio às mulheres sobreviventes de violência.

Contrariamente ao estudo original, em que as parcerias comunitárias na área da violência doméstica foram abordar reformas ligadas ao sistema judicial, em detrimento das reformas fora deste sistema (por exemplo reformas dentro do sistema de protecção às crianças ou sistema de saúde) (Allen, 2005,a), na parceria do Montijo observámos que a maior parte dos objectivos de mudança propostos ligados ao sistema de justiça não foram um objectivo para rede, eram identificados como uma necessidade da comunidade, mas no conjunto a parceria não definiu actividades nem estratégias para a sua concretização. Pelo contrário, os objectivos ligados a mudanças comunitárias fora do sistema judicial, foram objecto da intervenção da parceria e concretizados com bastante eficácia.

De referir que Allen (2005,a), salienta que as reformas das práticas acusatórias e as reformas dos procedimentos dos tribunais foram concretizadas por um número muito reduzido das parcerias que estudou. Afirma também que estes assuntos podem ser mais difíceis de abordar porque os juízes e os delegados do ministério público mantêm a discrição face à sua prática de tribunal e não estão muito disponíveis para serem influenciados a implementar novas políticas. Foi referido pelos elementos da parceria do Montijo que tentar mobilizar o ministério público a fazer parte da estratégia rede e poderá vir a ser um factor importante para desbloquear esta área de intervenção. Isto vai de encontro à reflexão de Allen, (2005,a) que afirma que a parceria pode não ter poder suficiente para produzir as mudanças necessárias neste sistema se não tiver membros que o representem.

Os participantes desta parceria identificam mudanças na comunidade desde a sua implementação. Houve um aumento do seu conhecimento mútuo e alterações na forma como as próprias organizações intervinham nas situações de violência doméstica. O sector da comunidade que relata um maior impacto são as forças policiais e de segurança. Isto pode ser devido ao facto de existir a ideia de que as forças de segurança têm mecanismos de resposta imediata. Com o desenvolvimento da parceria houve um aumento do conhecimento sobre os limites da intervenção policial.

De acordo com as reflexões de Wolff, (2001, b), as parcerias existem para criar mudança comunitária. É fundamental para o sucesso da parceria ter como objectivo a criação de mudanças comunitárias. Essas mudanças têm impacto quer nos seus membros quer nos seus avaliadores ou financiadores. É um dos factores que mantém os membros envolvidos na parceria. É necessário manter a mudanças comunitária como objectivo da parceria, não será suficiente dar resposta às necessidades dos membros da parceria é necessário pensar para toda a comunidade. É os resultados obtidos apontam para uma necessidade da parceria de continuar a trabalhar, especialmente se tivermos em conta que o participante que refere que o impacto da parceria na comunidade tem sido menor é representante de uma organização de apoio a sobreviventes de violência doméstica.

O conflito faz parte destes processo reunir pessoas muito diferentes numa mesma parceria. Um dos maiores desafios de uma rede é conseguir um ambiente de trabalho

que permita o surgimento de conflitos e que estes possam ser resolvidos adequadamente. Wolff (2001,b) Um dos elementos de eficácia da parceria tem a ver com a sua capacidade em resolver divergências e conflitos. (Ornelas, Vargas Moniz, 2007)

É de salientar que no nosso estudo, apesar da referência a conflitos na parceria, o nível de satisfação dos participantes foi, na sua maioria bastante elevado e a maioria dos objectivos da parceria definidos pelos participantes (tabela 6), foram implementados com um elevado grau de sucesso. Mais ainda, verificamos que segundo a entrevista os objectivos relativos a mudanças na comunidade, não relacionadas com o sistema de justiça também o foram

Esta parceria conta com um leque bastante vasto de representantes da comunidade. Esses participantes são activos e participam regularmente nas reuniões e nas actividades da rede. No entanto, verificamos que não há nem representantes dos tribunais nomeadamente juízes e ministério público, nem do tecido empresarial, nem de instituições religiosas, nem de instituições de educação ou dos serviços de saúde mental. Foi ainda salientada que eram um objectivo da rede a ser implementado convidar representantes do ministério público e das instituições de educação a fazerem parte da rede num futuro próximo.

Allen (2005,a) refere que é fundamental que as parcerias comunitárias na área da violência doméstica adoptem estratégias criativas no sentido de mobilizarem uma enorme diversidade de membros e também que os membros actuais e futuros sejam eles próprios membros activos. A parceria pode ter um clima em que todas as vozes são ouvidas mas pode ter um deficit em termos da participação activa dos membros com poder para promover a mudança dentro das organizações que representam.

O sucesso e a eficácia de uma parceria dependem de inúmeros factores. As parcerias que atingem este nível têm uma abordagem que incorpora os valores de governação democrática, diversidade, respeito, empowerment e participação cívica. As parcerias alargam os horizontes das disciplinas profissionais (Wolff, 2001, c) pois todas elas são necessárias.

Relativamente à sua estrutura, podemos observar que esta parceria tem alguns elementos definidos de estruturação da própria rede, nomeadamente, o registo de actas, um regulamento, uma missão escrita, metas e objectivos escritos, reuniões regulares, grupos de trabalho, a descrição de funções e de papéis e mecanismos para disponibilizar formação quer aos novos membros quer aos membros antigos.

No entanto, não dispõe de processos de tomada de decisão estabelecidos, não tem processos de resolução de problemas e de resolução de conflitos estabelecidos, nem tem processos de distribuição de recursos estabelecidos, não tem mecanismos para avaliação de processos e de impactos, nem tem mecanismos de responsabilização estabelecidos sobre a concretização atempada das tarefas dos membros, não tem mecanismos estabelecidos para encorajar a responsabilização de organizações da comunidade que não são membro e nem tem mecanismos para orientação dos novos membros da rede.

Segundo Allen (2005), um ambiente inclusivo é essencial para a eficácia das parcerias no cumprimento dos seus objectivos. Em particular, as parcerias requerem (a) liderança eficaz, organizada, eficiente, e capaz de encorajar as vozes e participação de todos os participantes, (b) poder partilhado na tomada de decisões, e (c) presença de uma missão partilhada. Além disso, a constituição de uma parceria deve não só ser ampla, como também caracterizada pela participação activa de um conjunto membros da comunidade diversificado. Para esta autora, a importância de um ambiente inclusivo não é surpreendente, dada a natureza dos esforços cooperativos na promoção de mudança comunitária em resposta a assuntos sociais complexos, como é a violência doméstica.

Se bem que existem muitas parcerias que afirmam utilizar estas estratégias, para promover a mudança, quer na comunidade quer nas próprias instituições, na maior parte das parcerias mantêm-se as relações de poder já instituídas. Isto dificulta a implementação das mudanças necessárias. Segundo a definição de Himmelman (2001), os elementos de uma parceria colaboram quando partilham riscos, responsabilidades recursos e recompensas, partilhando também os seus talentos individuais em benefício de um bem comum. (Himmelman, 2001)

Com alguns dos resultados obtidos, nomeadamente os baixos valores apresentados por alguns dos participantes, quer ao nível do conflito quer nas questões que abordaram a

liderança da rede e os processos de tomada de decisão, inevitavelmente surgiu-nos uma preocupação relativamente às relações entre os elementos da rede. Será que poderíamos estar perante situações de desigualdade de poder.

Os representantes de instituições com maior poder na comunidade muitas vezes transportam essa posição de poder para dentro da parceria controlando e dirigindo as decisões. Não sendo guiados pelos princípios e práticas de uma governação democrática, desenvolvimento da liderança dos agentes da comunidade e pela organização comunitária. Muito disto tem a ver com uma falta de responsabilização mútua entre os membros da parceria. (Himmelman 2001) Ainda segundo Himmelman (2001) os melhores indicadores de até que ponto uma parceria irá aprofundar as práticas democráticas são o controle sobre os processos de tomada de decisão e o sentimento de posse sobre a parceria. Diz-nos mais ainda que a estrutura interna da parceria é um espelho da sua capacidade de criar mudança exterior

Nos resultados que obtivemos verificámos que os serviços de saúde são um dos sectores da comunidade que manifesta uma opinião mais positiva em quase todas as áreas estudadas. Podemos afirmar que há semelhança de outros países também, no caso destes representantes na rede do Montijo tem havido desenvolvimentos positivos no papel desempenhado por estes profissionais na comunidade. Nos últimos anos, os serviços de saúde têm vindo a ficar mais alerta para esta problemática e a desenvolver políticas de intervenção nestas situações. (Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund, 2003)

As necessidades das mulheres sobreviventes de violência doméstica podem ser muito diversas, como por exemplo os procedimentos legais, necessidades de saúde, emprego, habitação, grupos de ajuda mútua ou apoio psicológico, bem como, a todas as necessidades das suas crianças, como por exemplo, as escolas. (Davies et al., 1998; Schechter, 1999; Sullivan & Rumptz, 1995; Sullivan, Tan, Basta, Rumptz & Davidson, 1992, citados por Allen, 2004) Afirma também que ao examinar os assuntos abordados pelas parcerias comunitárias na área da violência doméstica que estudou, ainda há espaço para o crescimento de respostas comunitárias abrangentes. (Allen, 2005,a)

Apesar da manifesta satisfação dos nossos participantes face à parceria, é necessário manter a vigilância destes processos pois é fundamental ter presente que, segundo Himmelman (2001) “A incapacidade em agir eficazmente tem muitas vezes como resultado um aumento do stress, um excesso de promessas, falta de acompanhamento, e o aumentar da incompetência. Tudo isto contribui para muitos dos problemas das parcerias, nomeadamente a quebra da relação de confiança, o compromisso e a qualidade dos resultados.” (Himmelman 2001)

Gostaríamos ainda de referir que à semelhança dos resultados pelo estudo de Allen (2005,a) em que quase todas as parcerias comunitárias na área da violência doméstica estavam envolvidas em actividades de suporte e de formação aos seus elementos, a parceria do Montijo também dispõe de mecanismos facilitadores do acesso à formação por parte dos seus membros. Os participantes do nosso estudo, referem que um dos recursos úteis para a rede é a formação. No entanto, Allen (2005,a) também afirma que a formação é importante mas não é um precursor da mudança comunitária. Que devem existir simultaneamente mecanismos e esforços que promovam mudanças organizacionais.

Algumas reflexões foram surgindo à medida que fomos trabalhando os questionários. Há nesta parceria um deficit de participação das mulheres sobreviventes de violência doméstica, os objectivos da parceria são definidos sem a sua participação e sem o seu envolvimento. As mulheres sobreviventes de violência não fazem parte da parceria. Este resultado é consistente com os resultados do estudo original de Allen (2005,a) que refere que as mulheres sobreviventes de violência doméstica, não fazem parte das parcerias comunitárias que estudou. Também Himmelman (2001) destaca a importância do envolvimento directo dos elementos do grupo-alvo das parcerias (nestas parcerias as mulheres sobreviventes de violência doméstica). Pois, como Allen (2005,a) refere os líderes das parcerias podem considerar as suas redes como veículos de mudança, no entanto, estes contextos podem não agir segundo os interesses das pessoas directamente atingidas pelos seus esforços de reforma das políticas e das práticas.

Ao retomarmos a análise que Wolff (2001) faz sobre os requisitos para uma parceria comunitária, nomeadamente que seja constituída por membros da comunidade; que esteja focalizada em problemas locais em vez de problemas nacionais; que aborde as

necessidades da comunidade; que aumente os bens existentes na comunidade; que ajude a resolver os problemas da comunidade através da colaboração; que tenha representantes de múltiplos sectores; e que seja influenciada pelos cidadãos ou mesmo liderada por eles, reconhecemos as vantagens da rede do Montijo ser liderada pela Câmara Municipal, eleita pelos cidadãos para gerir as problemáticas do Concelho, reconhecemos também que actualmente a rede procura envolver outros participantes da comunidade, nomeadamente as instituições de educação e os jovens.

Este papel de liderança de uma autarquia em parceria com agentes da comunidade, na estratégia da prevenção da violência é consistente com as actuais linhas orientadoras do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, onde a comunidade é considerada um dos elementos essenciais. O III Plano Nacional Contra a violência doméstica salienta o papel das autarquias na criação de medidas que envolvam as comunidades, para que estas estejam sensibilizadas e em estado de alerta, trabalhando em conjunto, realçando-se os custos da violência quer para o indivíduo, quer para a sociedade. Paralelamente, surgiram na comunidade serviços, pois existe um reconhecimento crescente para o facto de existirem consequências directas entre o grau como as comunidades respondem eficazmente à violência e a segurança e o bem-estar das mulheres (Allen, 2004)

Fazer um estudo sobre a experiência da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo quando esta rede tem sido considerada um exemplo de como as comunidades, neste caso uma autarquia mobilizou os principais agentes da comunidade para trabalharem no sentido de melhorarem as condições de apoio às mulheres sobreviventes de violência foi um desafio. Não só pelo envolvimento tido ao longo dos últimos anos nesta rede, mas também pela responsabilidade inerente de quem adquire um determinado conhecimento e na essência da investigação participativa deve partilhá-lo com os participantes para produzir crescimento e mudança.

A oportunidade de poder realizar algumas reflexões sobre uma parceria que tem vindo a ser um exemplo nacional, relatado quer a nível nacional quer a nível internacional, remete-nos para a expressão “*Bridging Gaps*” (estabelecer pontes) (Logar, 2006). Essas pontes seriam estabelecidas entre os elementos da parceria, pontes de confiança e de trabalho colaborativo, que aprofundasse os resultados dos objectivos propostos e do ambiente da própria parceria. Criando uma abertura, que permitisse uma cada vez maior

compreensão sobre os limites das intervenções de cada um e as relações de poder existentes dentro da própria parceria, que evoluíram no sentido de uma liderança partilhada, inclusiva, e com a participação activa dos seus membros, que facilite o ultrapassar dos obstáculos inerentes ao trabalho colaborativo.

Essas pontes seriam um cada vez maior envolvimento da comunidade e dos cidadãos, no verdadeiro espírito da participação comunitária dos cidadãos, nomeadamente a reflexão da própria rede sobre a necessidade de integrar as mulheres sobreviventes de violência doméstica e o papel que tem tido na prevenção da violência doméstica. A Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo tem sido inovadora, em Portugal e ao longo dos anos, na sua abordagem e nos recursos que tem vindo a disponibilizar aos seus membros. Reconhecendo o papel importante desempenhado pelos serviços para as mulheres e pelas organizações não governamentais, implementou serviços, como por exemplo a criação de uma casa abrigo, ou o Espaço Informação Mulher, definiu procedimentos de actuação entre as diferentes entidades parceiras, quando estas se deparam com mulheres e crianças envolvidas em situações de violência doméstica.

As pontes estabelecidas como resultado da existência desta parceria têm sido fundamentais para manter a violência contra as mulheres como prioridade de intervenção, seja esta feita, ao nível da protecção das vítimas, da prevenção da violência e da provisão de recursos necessários.

Consideramos que uma das limitações deste estudo prende-se com o facto de estarmos a analisar apenas uma parceria. O nosso estudo, ao centrar-se no exemplo da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo, padece de ser uma análise das características únicas desta parceria. É um estudo descritivo da realidade vivida neste contexto, segundo os pareceres das próprias pessoas envolvidas na rede.

A utilização de um questionário para recolha das opiniões dos participantes é uma vantagem, no que diz respeito ao anonimato e ao distanciamento face aos participantes envolvidos, mas também é sempre uma limitação, pois deixa de fora a riqueza de uma narrativa. Salientamos no entanto, que a realização de uma entrevista permitiu-nos obter

informação que doutra forma não teria existido, e que consideramos importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Outra das limitações existentes neste estudo teve a ver algumas dificuldades em conseguir contactar alguns dos membros da parceria que ao longo dos anos e por razões várias foram deixando de fazer parte dela. Mais ainda, e com enorme surpresa nossa, foi a dificuldade em conseguir recolher os questionários de bastantes elementos da parceria. Apesar dos esforços e dos contactos realizados houve alguns elementos da parceria que não responderam ao questionário.

Uma limitação de ordem pessoal prendeu-se com a experiência profissional como consultora da própria rede, que ao longos dos últimos anos permitiu acompanhar o desenvolvimento e crescimento da rede, que se revelou por vezes difícil de manter distanciamento e a imparcialidade perante os resultados.

## *CONCLUSÕES*

Os trabalhos de investigação sobre as formas de intervenção e abordagens mais eficazes na área da violência doméstica apontam para respostas que envolvam várias instituições da comunidade a trabalhar simultaneamente e de forma coordenada para um mesmo fim, ou seja, apontam para a existência de colaboração multi-agências, nomeadamente, de parcerias. (Hester e Westermarland, 2005 in Logar, 2006)

As parcerias comunitárias também têm sido consideradas uma estratégia eficaz para criar mudança social. Tornaram-se especialmente importantes quando abordaram temáticas sociais complexas como o caso da violência doméstica em que é tanto necessário, alterar procedimentos e políticas das instituições e dos profissionais, como alterar a mentalidade dos cidadãos para que possamos reduzir os estereótipos associados a esta problemática.

O surgimento de parcerias comunitárias na área da violência doméstica, nos anos 80 do século XX, teve por base a necessidade de fazer reformas no sistema de justiça criminal de modo a que as vítimas de violência doméstica pudessem beneficiar, em segurança, dos sistemas de apoio existentes na comunidade e que estes respondessem de forma consistente e coordenada, nomeadamente pela necessidade de identificar, de analisar e alterar os processos e os procedimentos utilizados pelos profissionais do sistema legal e dos outros serviços, que comprometiam a segurança das mulheres, bem como, a necessidade de organizar as outras respostas da comunidade, nomeadamente aquelas que actuavam responsabilizando os agressores, apoiando as mulheres maltratadas a deixar os seus agressores em segurança e aumentando os mecanismos de protecção quando as mulheres decidiam manter a relação. (Shepard, 1999)

As parcerias na área da violência doméstica têm sido implementadas numa estratégia de rentabilizar os recursos que já existem, mobilizando dos parceiros da comunidade que lidam com mulheres e crianças envolvidas em situações de violência doméstica, nomeadamente, as forças policiais, os serviços sociais, os serviços de saúde, as autarquias, os tribunais e as organizações não governamentais, de forma a prevenir as situações de violência doméstica, a aumentar a segurança das vítimas e a responsabilizar os agressores.

As parcerias são um instrumento que pode desempenhar um papel fundamental na prevenção da violência doméstica. Podem ser veículos das estratégias de prevenção através das iniciativas que promovem, quer em termos da sensibilização das instituições para a problemática, quer através da criação de novos serviços ou da formação dos profissionais e da alteração de práticas e políticas internas das instituições, quer através de acções dirigidas aos cidadãos que se destinam a dar visibilidade ao trabalho que realizam.

As parcerias desempenham o seu papel na prevenção da violência doméstica, desenvolvendo mecanismos de protecção e de apoio às vítimas e de responsabilização dos agressores, mas também, têm um papel importante na prevenção primária da violência doméstica, pela mensagem que transmitem às comunidades que não aceitam a violência doméstica e que estão vigilantes e preparadas para intervirem se for necessário.

Um dos principais contributos do estudo realizado está intimamente ligado com os objectivos da parceria referidos pelos participantes: apoiar mulheres sobreviventes de violência, definir procedimentos de actuação e melhorar a articulação entre as instituições da parceria. Estes objectivos estão intimamente ligados à melhoria dos serviços prestados às mulheres sobreviventes de violência, pois definir procedimentos e melhorar a articulação tem a ver com a necessidade de implementar mudanças nas organizações e nas comunidades.

Concluimos também que, na parceria do Montijo, os objectivos de mudança propostos ligados ao sistema de justiça não têm sido um objectivo para rede, são uma necessidade identificada pela comunidade, mas a parceria não definiu ainda, actividades ou estratégias para a sua concretização. Pelo contrário, os objectivos ligados a mudanças comunitárias fora do sistema judicial, foram implementados e concretizados com bastante eficácia.

Os participantes deste estudo, identificaram como as principais mudanças ocorridas com a criação e o desenvolvimento desta parceria, o aumento do seu conhecimento mútuo, a melhoria da comunicação entre eles e alterações na forma como as próprias

organizações intervinham nas situações de violência doméstica. É de salientar que neste processo foi detectado que tem havido pouca, ou nenhuma, participação das mulheres sobreviventes de violência doméstica, na definição dos objectivos da parceria e, que as estratégias e as acções realizadas para dar visibilidade à parceria e para produzir mudanças de mentalidade junto da restante comunidade acabam por ter pouca expressão. Ou seja, de uma forma geral, esta parceria tem estado mais orientada para as necessidades dos profissionais que lidam com as vítimas de violência doméstica e menos para uma perspectiva de prevenção e de mudança social, especialmente no que diz respeito à mudança das crenças e dos valores subjacentes à manutenção dos estereótipos associados a esta problemática.

Uma sequência lógica deste estudo é a partilha dos resultados obtidos e das reflexões com os membros da parceria da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Concelho do Montijo.

Os dados apontam para a necessidade de um maior enfoque nas questões relacionadas com a prevenção da violência doméstica. Foi importante que as organizações e os profissionais desenvolvessem plataformas de entendimento comuns, que partilhassem uma missão e que reflectissem sobre os seus próprios valores crenças e práticas. É ainda necessário continuar a reforçar a confiança entre os membros da parceria. No entanto, é também importante alargar a parceria a novos membros.

Um dos objectivos futuros da parceria é convidar representantes de organizações educacionais e do Ministério Público a associarem-se a este projecto. A adesão destes novos membros poderia vir a colmatar algumas das lacunas identificadas neste estudo.

A existência, numa parceria de representantes de escolas pode ser um facilitador do desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência doméstica junto dos jovens e dos seus agregados familiares. Mais ainda, esta estratégia poderia vir a contar com a participação de representantes dos próprios jovens no desenho e na implementação de acções de informação e sensibilização para os outros jovens.

Do mesmo modo, convidar representantes do sistema judicial a associarem-se, poderia ser um facilitador para promover mudanças ao nível do sistema judicial. Provavelmente,

este é um dos maiores desafios da parceria. Há muito tempo que está identificado que é necessário implementar alterações na forma como o poder judicial aborda a problemática da violência doméstica. Tem havido alterações nas leis, como recentemente com as alterações de 2007 do Código Penal, mas estas alterações têm sido pouco influenciadas pelo saber de quem lida com as vítimas e com os agressores.

Uma outra sugestão a fazer a esta parceria seria um maior envolvimento das mulheres sobreviventes de violência na definição dos objectivos. Os profissionais só por si podem não conseguir ter a percepção total das necessidades das sobreviventes e do impacto que o seu trabalho tem.

Finalmente, considera-se importante para o desenvolvimento da parceria que haja a definição de estratégias para aumentar a sua visibilidade. Talvez ainda não tenha havido, por exemplo, a constituição de um grupo de trabalho sobre divulgação da parceria, com algum receio de que quanto maior for a visibilidade da parceria, maior o aumento do número de pedidos de apoio por parte de mulheres sobreviventes de violência e que as instituições ficassem sem capacidade de resposta. É de salientar que a Câmara Municipal do Montijo, tem desde o início deste estudo prevista a sua apresentação pública para divulgação do trabalho realizado.

Em Portugal, o relato de situações dramáticas de violência doméstica, o clima político e a pressão exercida por algumas organizações não governamentais de apoio a mulheres sobreviventes de violência doméstica, trouxeram para a ordem do dia esta problemática e a incapacidade que o sistema tem tido em dar resposta a muitas das mulheres e crianças. Isto tem vindo a criar a vontade às comunidades e especialmente aos profissionais, de se organizarem e criarem parcerias que tornem mais faceis as respostas às situações de violência doméstica.

Têm vindo a ser criadas algumas parcerias, por exemplo as comissões de protecção de crianças e jovens ou as redes sociais que têm implementação nacional. A maior parte das parcerias existentes no âmbito da violência doméstica são iniciativas locais, sem financiamento próprio, em que por vezes, os membros de uma determinada parceria são os mesmos de outras parcerias que abordam problemas sociais, o que provoca algumas dificuldades e falta de disponibilidade para a especificidade da violência doméstica.

Por vezes, a implementação de parcerias comunitárias tem estado ligada a projectos nacionais e transnacionais que têm subjacentes o princípio do trabalho colaborativo. No entanto, a criação, a nível nacional, de parcerias na área da violência doméstica, na maior parte das vezes, tem sido um trabalho que tem partido da iniciativa dos profissionais ou de organizações mais directamente ligadas à prestação de apoio às sobreviventes.

Tem havido pouco envolvimento de alguns sectores importantes, nomeadamente, o sector económico e financeiro, ou seja, as empresas. Estas podem ser parceiros fundamentais na resolução de problemas ligados ao emprego e aos recursos económicos muitas vezes necessários para a promoção da autonomia das mulheres envolvidas em situações de violência. Mais ainda, as empresas podem ser um veículo importante para estratégias de prevenção. Se tivermos em conta os elevados os custos económicos da violência doméstica e, que são as empresas que sofrem com o absentismo e a baixa produtividade dos trabalhadores então, é importante trabalhar com elas também numa perspectiva de prevenção da violência doméstica.

As parcerias comunitárias devem ainda, à semelhança do que tem acontecido noutros países, fomentar o aparecimento de programas para agressores, na perspectiva de um trabalho conjunto entre estes programas e as parcerias, no sentido de aumentar a responsabilização dos agressores e a segurança das vítimas.

Ao longo de vários anos de trabalho na AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência tem sido possível observar que, no trabalho de intervenção com mulheres e crianças sobreviventes de violência é necessário mobilizar outras entidades para colaborarem na implementação das estratégias de protecção das mulheres sobreviventes de violência. Esse trabalho é muitas vezes dificultado pela falta de parcerias na comunidade, por profissionais que não partilham da mesma visão do problema e que têm estratégias de intervenção diversificadas.

Foi com base na constatação das dificuldades de articulação entre os vários intervenientes e no pressuposto de que comunidades informadas são uma estratégia essencial para a prevenção da violência doméstica que, nos últimos anos, esta

associação tem vindo a colaborar com algumas autarquias no sentido de apoiar a criação de parcerias na comunidade, especializadas na temática da violência doméstica. O objectivo da implementação destas parcerias tem sido mobilizar o maior número de intervenientes possíveis, criar condições ao nível das comunidades para que as instituições saibam como identificar, acompanhar e proceder para proteger as mulheres sobreviventes de violência doméstica.

Parcerias são locais privilegiados para a promoção de mudança comunitária na resposta a problemas sociais. Mas uma parceria considerada eficaz não traduz necessariamente a concretização das mudanças na comunidade consideradas essenciais. (Allen, 2005)

Seria importante que no futuro se fizessem trabalhos de investigação sobre a evolução desta parceria dentro de alguns anos. Mais ainda, seria interessante analisar a percepção da comunidade do Montijo, em geral, e das mulheres sobreviventes de violência doméstica sobre o impacto que esta parceria tem tido, quer em termos das suas crenças e valores face a esta problemática, mas também em termos de quantificação das mudanças produzidas na comunidade.

De futuro penso que poderá ser útil fazer um estudo alargado, a nível nacional que abranja o maior número possível de experiências de parcerias comunitárias na área da violência doméstica, onde pudéssemos analisar as diferenças e as variações locais. Este estudo poderia vir a ser um importante instrumento de mobilização das comunidades para formas de trabalho em parceria, que implicam menores recursos financeiros, materiais e humanos.

Mais ainda, tendo em conta o relato de experiências de parcerias comunitárias que têm vindo a ser desenvolvidas em vários países da Europa, seria de extremo interesse o desenvolvimento de instrumentos que pudessem vir a ser utilizados em investigações transnacionais de modo a poderem ser criados um indicadores de eficácia comuns.

Pensamos que, num futuro próximo, as parcerias na área da violência continuarão a aumentar. Consideramos que este estudo e outros que venham a ser desenvolvidos podem contribuir para a sua, cada vez maior, implementação e desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

Allen, N., Bybee, D., Sullivan, C. (2004). Battered Women's Multitude of Needs: Evidence Supporting the Need for Comprehensive Advocacy. *Violence Against Women*, Vol. 10, N° 9, 1015-1035.

Allen, N. (2005,a). An Examination of the Effectiveness of Domestic Violence Coordinating Councils. *Violence Against Women*, Vol. 11, N° 10, 1-28.

Allen, N. (2005,b). A Multi-Level Analysis of Community coordinating Councils. *American Journal of Community Psychology*. Vol 35, N°1/2, 49-63.

Ash, M., Cahn, N (1989). "Child Abuse: a Problem for Feminist Theory". In Ohlin & Tonry, M (Ed) *Family Violence*, University of Chicago Press. Chicago, Vol 11.

Bart, P., Moran, E. (1993) *Violence Against Women: The Bloody Footprints*. Sage. Newbury Park.

Berkowits, B. (2001) Studying the Outcomes of Community-Based Coalitions. *American Journal of Community Psychology*. Vol 29, N° 2, 213-227.

Bogat, G., Levendosky, A. von Eye, A. (2005) The Future of Research on Intimate Partner Violence: Person-Oriented and Variable-Oriented Perspectives. *American Journal of Community Psychology*, Vol 36, N° ½. 49-70

Berger A., Connor J., Fischer, K. (1993 June). *How Do battered Women Define "Abuse"?: A Narrative Analysis*, Symposium, Conducted at the Fourth Biennale Conference for the Society to Community Research and Action, Williamsburg, Virginia.

Browne, A. (1993) Violence Against Women by Male Partners: Prevalence, Outcomes, and Policy Implications. *American Psychologist*. Vol 48, n° 10. 1077-1087.

Campbell, R., Baker, C., Mazurek, T. (1998). "Remaining Radical? Organizational Predictors of Rape Crisis Centers' Social Change Initiatives". *American Journal of Community Psychology*, Vol. 26, nº3, 457-483.

Campbell, R. (1998). "The Community Response to Rape: Victims' Experiences with the Legal, Medical, and Mental Health Systems". *American Journal of Community Psychology*, Vol. 26, nº3, 355-379.

CEDAW, (1981) *Committee on the Elimination of Discrimination Against Women*. <http://www.unhchr.com>

CIDM (2005) *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género - Plataforma de Acção de Pequim (1995 – 2005)*. CIDM. Lisboa.

CIDM. *Violência Contra as Mulheres: Tolerância Zero - Encerramento da Campanha Europeia. Actas da Conferência de Lisboa, 4-6 de Maio 2000*. CIDM. Lisboa

CIDM. *II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica – 2003-2006*. CIDM. Lisboa,

CIDM. *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica – 2007-2010*. CIDM. Lisboa,

Epstein, S. R., Russell, G., Silvern, L. (1988). "Structure and Ideology of Shelters for Battered Women", *American Journal of Community Psychology*, Vol. 16, nº 3, Plenum Press, New York and London, 345-367

Fineman, M., Mykitiuk, R.(1994). *The Public Nature of Private Violence*, Routledge, London.

Himmelman, A. (2001) On Coalitions and the Transformation of Power Relations: Collaborative Betterment and Collaborative Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 29, Nº 2, p277-284

Hoff, L.A.(1988). Collaborative Feminist Research and the Myth of Objectivity. In Yllö, K., Bogard, M. (Ed) (1988) *Feminist Perspectives of Wife Abuse*. Sage.

Hoff, L.A. (1990). *Battered Women as Survivors*, London, Routledge.

Hoff, L.A. (1994). *Violence Issues: An Interdisciplinary Curriculum Guide for Professionals*, Ottawa, Health Canada.

Institute for Community Peace and Family Violence Prevention Fund (2003) *Integrating Community Building And Violence Prevention: Final Report*.

Johnson, H. “Rethinking Survey Research on Violence Against Women.” In Dobash, R.E., Dobash, R.P. (1998). *Rethinking Violence Against Women*, Sage. California, 23-51.

Kelly, L. (1996). “When Woman Protection is the Best Kind of Child Protection: Domestic Violence and Child Abuse”. *Administration*, Vol. 44, nº2, 118-135.

Kelly, L. (2000) *VIP Guide – Vision, Innovation and Professionalism in Policing Violence Against Women and Children*. Council of Europe Publishing. Strasbourg.

Koers, L.J. (2001) *Domestic Abuse: A Case of Staying, Leaving or Fighting Back*. (obtido a 23/06/2007)<http://web.mala.bc.ca/crim/Student/LJKoers.htm>

Liang, B., Goodman, L., Tummala-Narra, P., Weintraub, S. (2005) A Theoretical Framework for Understanding Help-Seeking Processes Among Survivors of Intimate Partner Violence. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 36, Nº ½. 71-84.

Logar, R. (2006). *Bridging Gaps – From Good Intentions to Good Cooperation*. Vienna. WAVE

Maiuro, R. (27-29 May, 1994). *Effects of Domestic Violence Upon Women’s Health: Physical and Psychological*, Paper presented at “An International Conference on Domestic Violence: A Hidden Problem Exposed, Instituto Superiore di Polizia, Rome.

McMahon, M. Pence, E. (1997). *A Coordinated Community Response to Domestic Violence*. (obtido a 1/05/07) [www.data.iphanos.com/praxis/documents/ccrdv.pdf](http://www.data.iphanos.com/praxis/documents/ccrdv.pdf).

Monteiro, M.F. (1998). *Mulheres Agredidas Pelos Maridos: De Vítimas a Sobreviventes - Dissertação de Mestrado em Estudos sobre Mulheres*, Lisboa Universidade Aberta.

Monteiro, F. (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: de Vítimas a Sobreviventes*. ONGs do CC da CIDM. Lisboa.

Muehlenhard, C., Kimes, L.A. (1999) The Social Constructing of Violence: The Case of Sexual and Domestic Violence. *Personality and Social Psychology Review*, Vol 3, Nº 3, 234-245.

NiCarthy, G. (1986). *Getting Free – You Can End the Abuse and Take Back your Life*, The Seal Press, Washington.

Ornelas, J., Vargas Moniz, M. J. (2007) Parcerias Comunitárias e Intervenção Preventiva. *Análise Psicológica*. 1 Série XXV. 153-158

Reinelt, C. (1995). Moving onto Terrain of the State: The Battered Women's Movement and the Politics of Engagement. In Terree, M., Martin, P. (1995) *Feminist Organizations*. Temple

Roberts, A., Lewis, S (2000). "Giving them shelter: National Organizational Survey of Shelters for Battered Women and their Children". *Journal of Community Psychology*, Vol. 28, nº 6, 669-681.

Robison, E (2003). International Perspective on Violence Against Women - Introduction. *Archives of Women's Mental Health*, Vol. 6, 155-156

Shepard, M. (1999). *Evaluating Coordinated Community Responses to Domestic Violence*. Applied Research Forum. (obtido a 3/05/07) [www.vawnet.org/domesticviolence/research/vawnetdocs/ar\\_ccr.pdf](http://www.vawnet.org/domesticviolence/research/vawnetdocs/ar_ccr.pdf).

Snow, R. L. (1997) *Family Abuse – Tough Solutions to Stop the Violence*, New York, Plenum Trade.

Sullivan, C (1991). “Provision Advocacy Services to Women Leaving Abusive Partners”. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 6, 41-54.

Sullivan, C & al. (in press). “An Advocacy Intervention Program for Woman With Abusive Partners: Initial Evaluation”. *American Journal of Community Psychology*.

Sullivan, C., Alexy, C. (2001). “Evaluating the Outcomes of Domestic Violence Service Providers: Some Practical Considerations and Strategies”. In *Violence Against Women Online Resources*: [www.vaw.umn.edu/research.asp](http://www.vaw.umn.edu/research.asp)

Stop Violence Against Women (2006) *Evolution of Theories of Violence*. [www.stopvaw.org/Evolution\\_of\\_theories\\_of\\_Violence.html](http://www.stopvaw.org/Evolution_of_theories_of_Violence.html) (Obtido a 23-06-2007)

United Nations (1993). *Strategies for Confronting Domestic Violence - A Resource Manual*, United Nations. New York

Yllö, K. (1988). “Political and Methodological Debates in Wife Abuse Research”. In Yllö, K., Bogard, M. (Ed) (1988) *Feminist Perspectives of Wife Abuse*. Sage.

Weis, J. (1989) “Family Violence Research Methodology and Design”. In Ohlin & Tonry, M (Ed) *Family Violence*. University of Chicago Press. Chicago, Vol. 11, Pg 117-162.

Wolff, T. (2001,a) Community Coalition Building – Contemporary Practice and Research: Introduction. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 29, N° 2, p 165-173

Wolff, T. (2001,b) A Practitioner's Guide to Successful Coalitions. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 29, N° 2, p 173-191

Wolff, T. (2001,c) The Future of Community Coalition Building. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 29, N° 2, p 263-268

**ANEXOS**

**ANEXO A**  
*Guião de entrevista*



Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Esta entrevista é dirigida a informadores-chave de Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.

Pretendemos que reflecta sobre a sua experiência no âmbito da rede, nomeadamente a sua percepção acerca das práticas desenvolvidas, os resultados alcançados, do funcionamento e das necessidades da rede.

Ao realizar entrevista, o nosso objectivo é:

- Saber mais sobre o trabalho que as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica estão a realizar
- Entender quais os factores que contribuem para a eficácia e a coordenação das Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.
- Pesquisar sobre qual o tipo de suporte técnico necessário para que as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica sejam mais eficazes
- Avaliar da utilidade da formação para as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.

**Esta entrevista é estritamente confidencial.**

**Somente os elementos do Grupo de Investigação sobre a Violência Doméstica, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, terão acesso aos questionários. Todos os resultados serão confidenciais e os participantes permanecerão anónimos em todos os relatórios elaborados sobre as conclusões da investigação.**

**Obrigada pela sua Colaboração.**

### Aspectos Demográficos da Rede

1. Qual o nome oficial da sua rede? \_\_\_\_\_
2. Quando foi formada esta rede? \_\_\_\_\_ (anos)
3. Quais as razões que conduziram a sua formação? \_\_\_\_\_

3.b. Qual o objectivo da sua rede? \_\_\_\_\_

4. (Se não for claro na #3) Que organização tomou a liderança na formação? \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo exerce a função de \_\_\_\_\_ (papel específico) da rede? \_\_\_\_\_ (meses ou anos).

5b. Qual é a sua função na organização? \_\_\_\_\_

Se não é o(a) coordenador(a): Quem é o(a) coordenador(a)? \_\_\_\_\_  
Que papel desempenha na organização? \_\_\_\_\_

6. Com que regularidade reúne a rede? (assinale um por favor)
- a.) Bi – Mensal
  - b.) Mensalmente.
  - c.) Semanalmente
  - d.) Outro \_\_\_\_\_ (descreva)

7. A sua rede tem pessoal remunerado? (assinale um por favor)

7a. Se sim, qual é a fonte de financiamento?  Sim  Não ou a organização que assegura a remuneração desse profissional? (especifique)

8. A sua rede tem algum financiamento? (assinale um por favor)

- 8a. Se sim, tipo de financiamento? (especifique o valor)  Sim  Não
- a) Fundos Europeus \_\_\_\_\_ €
  - b) Fundos Nacionais \_\_\_\_\_ €
  - c) Fundos Públicos \_\_\_\_\_ €
  - d) Fundos Privados \_\_\_\_\_ €
  - e) Donativos Públicos \_\_\_\_\_ €
  - f) Donativos Privados \_\_\_\_\_ €
  - g) Angariação de fundos \_\_\_\_\_ €
  - h) Outros: \_\_\_\_\_ €

8b. Quanto recebe anualmente? \_\_\_\_\_ €

9. A sua rede adequou a equipa (pessoal/voluntários) para concretizar os seus objectivos? Pode afirmar que a rede tem uma equipa \_\_\_\_\_ para concretizar os seus objectivos? (Assinale um).

- a) Nada adequada.
- b) Pouco adequada.
- c) Adequada.
- d) Muito Adequada.

9a. Que tipos de comunidades geográficas serve a sua rede?

 Rural

 Suburbana

 Urbana

10. Foi feito algum diagnóstico de necessidades, na área da violência doméstica pela sua rede ou outra organização da comunidade.

 Sim

 Não

10a. Se sim, o que fizeram? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. A sua rede aborda a área da violência sexual? (assinale)

 Sim

 Não

11a. Se sim, o que fizeram na área da violência sexual? (especifique)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. A sua rede faz algum processo de acompanhamento ou de avaliação das questões de segurança ou, da responsabilização dos envolvidos em situações de violência doméstica, ou algo similar? (assinale)

 Sim

 Não

12a. Se sim, que tipo de acompanhamento ou avaliação foi feito pela rede (sistemas de casas abrigo ou resposta do sistema judicial/criminal.).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. A sua rede procura responder às necessidades de grupos específicos (minorias étnicas e sociais, gays e lésbicas)? (assinale).

 Sim

 Não

13a. Se sim, quais foram as acções da sua rede.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**14. Objectivos/Actividades/Resultados Alcançados:** Gostaríamos de lhe colocar algumas questões acerca dos vários tipos de assuntos que a rede, aborda ou tem abordado no contexto da comunidade. Para cada assunto, gostaríamos de saber se é ou era um objectivo, que tipo de actividades foram desenvolvidas, a que nível a rede conseguiu concretizar o objectivo e, que tipo de evidências tem que demonstrem a eficácia das vossas acções. Se esse assunto não foi ainda abordado, pergunto-lhe se este tópico é um problema na comunidade que deve ser abordado e se a rede tem planos para o fazer.

_____ é/foi um objectivo da sua rede?	
<b>P1.</b> Melhorar o acesso às medidas de protecção pessoal <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P1s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P1n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P1s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P1s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P1n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>
	<b>Porque não?</b>

<p>_____ é/foi um objectivo da sua rede?</p>				
<p><b>P2. Reformar as práticas de detenção (prisão obrigatória ou politicas de detenção)</b></p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>                      <input type="checkbox"/> <b>Não</b> </p>				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<p><b>P2s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?</p>	<p><b>P2n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta?</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>                      <input type="checkbox"/> <b>Não</b> </p>			
<p><b>P2s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____</p>	<p style="text-align: center;"><b>Se não passe para o próximo objectivo.</b></p>			
<p><b>P2s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?</p>	<p style="text-align: center;"><b>Se sim.</b></p>			
	<p><b>P2n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro?</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>                      <input type="checkbox"/> <b>Não</b> </p>			
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><b>Se não</b></td> <td style="width: 50%;"><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

_____ é/foi um objectivo da sua rede?				
<b>P3. Reformar os procedimentos do Ministério Público (ex: produção de prova)</b>				
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<b>P3s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P3n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>			
<b>P3s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>			
<b>P3s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>			
	<b>P3n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>			
	<table border="1"> <tr> <td><b>Se não</b></td> <td><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

_____ é/foi um objectivo da sua rede?				
<b>P4.</b> Reformar os Procedimentos dos Tribunais (ex: rapidez dos processos, notificar as mulheres sobre os processos em tribunal e disponibilizar apoio às mulheres durante os julgamentos)				
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<b>P4s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P4n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>P4s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>			
<b>P4s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>			
	<b>P4n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
	<table border="1"> <tr> <td><b>Se não</b></td> <td><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

é/foi um objectivo da sua rede?	
<b>P5.</b> Alterar as práticas de condenação (ex: aumentar as penas mínimas; aumentar os períodos de suspensão de penas; implementar os programas de intervenção com agressores)	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P5s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P5n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta?
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P5s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P5s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P5n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro?
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>
	<b>Porque não?</b>

_____ é/foi um objectivo da sua rede?	
<b>P6.</b> Identificar as fraquezas do Sistema de Justiça Criminal ou o Sistema de Apoio às Vítimas (ex: Analisar os casos de morte)	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P6s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P6n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P6s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P6s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P6n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>
	<b>Porque não?</b>

_____ é/foi um objectivo da sua rede?	
<b>P7.</b> Implementar ou apoiar o desenvolvimento de programas de intervenção para agressores	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P7s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P7n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P7s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P7s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P7n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <input type="checkbox"/> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b> <input type="checkbox"/>
	<b>Porque não?</b>

<p>_____ é/foi um objectivo da sua rede?</p>				
<p><b>P8.</b> Disponibilizar formação ou sensibilização da comunidade sobre a violência doméstica (ex: profissionais de saúde; profissionais de serviços sociais, grupos de jovens, escolas, ou na comunidade em geral)</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não         </p>				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<p><b>P8s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?</p>	<p><b>P8n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta?</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não         </p>			
<p><b>P8s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____</p>	<p style="text-align: center;"><b>Se não passe para o próximo objectivo.</b></p>			
<p><b>P8s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?</p>	<p style="text-align: center;"><b>Se sim.</b></p>			
	<p><b>P8n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro?</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não         </p>			
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><b>Se não</b></td> <td style="width: 50%;"><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

_____ é/foi um objectivo da sua rede?				
<b>P9.</b> Facilitar o acesso das mulheres aos recursos comunitário que necessitam (ex: habitação, apoio financeiro, roupa, transporte, apoio para as crianças)				
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<b>P9s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P9n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>			
<b>P9s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>			
<b>P9s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>			
	<b>P9n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>			
	<table border="1"> <tr> <td><b>Se não</b></td> <td><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

é/foi um objectivo da sua rede?	
<b>P10. Desenvolver novos serviços para as mulheres e para as suas crianças</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P10s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P10n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P10s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P10s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P10n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>
	<b>Porque não?</b>

_____ é/foi um objectivo da sua rede?				
<b>P11.</b> Promover uma parceria entre os serviços de apoio à criança e os grupos de apoio a sobreviventes de violência doméstica				
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<b>P11s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P7n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>P11s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>			
<b>P11s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>			
	<b>P11n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
	<table border="1"> <tr> <td><b>Se não</b></td> <td><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

é/foi um objectivo da sua rede?				
<b>P12. Avaliar os resultados do trabalho da rede</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>			
<b>P12s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P12n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>P12s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>			
<b>P12s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>			
	<b>P12n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><b>Se não</b></td> <td style="width: 50%;"><b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Porque não?</b></td> </tr> </table>	<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>	<b>Porque não?</b>
<b>Se não</b>	<b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>			
<b>Porque não?</b>				

<b>OUTRO</b>	
<b>P13.</b> Que outras áreas a rede quer ou quis abordar?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>Se sim</b>	<b>Se Não</b>
<b>P13s2.</b> Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?	<b>P13n2.</b> É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>P13s3.</b> Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: _____	<b>Se não passe para o próximo objectivo.</b>
<b>P13s4.</b> Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)?	<b>Se sim.</b>
	<b>P13n3.</b> A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	<b>Se não</b> <b>Se sim passe para o proximo objectivo.</b>
	<b>Porque não?</b>

15. A rede ou qualquer outra entidade/instituição da comunidade recebeu feedback ou contributos sobre o seu trabalho da parte de sobreviventes de violência doméstica? **SIM** **NÃO**

Se sim, como foi obtido este feedback das sobreviventes?

---

15a. Numa escala de 1 a 6 (1= nada eficaz; 6= extremamente eficaz) refira qual era a eficácia da resposta a situações de violência doméstica da sua comunidade antes do início da rede: \_\_\_\_\_

Refira agora o nível de eficácia da sua rede a situações de violência doméstica, desde a sua criação: \_\_\_\_\_

16. O próximo conjunto de questões é sobre os processos e a estrutura da rede. A sua rede:

- |                       |  |            |            |
|-----------------------|--|------------|------------|
| <input type="radio"/> | Tem uma agenda escrita?                            | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Regista e distribui actas?                         | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem um regulamento?                                | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem a missão escrita?                              | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem as metas e os objectivos escritos?             | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem reuniões regulares?                            | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem um organigrama?                                | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem a descrição das funções e dos papéis escritos? | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem um grupo de coordenação?                       | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem grupos de trabalho?                            | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Se respondeu sim, com que periodicidade reúnem?    |            |            |
| <input type="radio"/> | O que são esses grupos de trabalho?                |            |            |
| <input type="radio"/> | Tem processos de tomada de decisão estabelecidos?  | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |

Se respondeu sim, especifique \_\_\_\_\_

- |                       |   |            |            |
|-----------------------|---|------------|------------|
| <input type="radio"/> | Tem processos de resolução de problemas e de resolução de conflitos estabelecidos?                                | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem processos de distribuição de recursos estabelecidos?  | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem mecanismos para avaliação de processos e de impactos?   | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem mecanismos de responsabilização estabelecidos sobre a concretização atempada das tarefas dos membros?         | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem mecanismos estabelecidos para encorajar a responsabilização de organizações da comunidade que não são membro? | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem mecanismos para orientação dos novos membros da rede?   | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem mecanismos para disponibilizar formação dos membros da rede, novos ou antigos?                                | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <input type="radio"/> | Tem sobreviventes de violência doméstica?   | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |

Se respondeu sim, diga quantas: \_\_\_\_\_

○ Tem como consultoras, grupos de sobreviventes de violência doméstica?

**SIM**

**NÃO**

17. A rede permite que as organizações enviem diferentes membros às suas reuniões?

**SIM**

**NÃO**

18. O próximo conjunto de questões, diz respeito à participação dos membros na rede. Gostaríamos de ter mais informação sobre que tipos de organizações fazem parte da rede e se são membros activos. Como membros activos consideramos que as organizações enviam regularmente alguém às reuniões e participam nas actividades da rede

Organização	Membro Actual		Participante Activo	
	Sim	Não	Sim	Não
Programa para Agressores	Sim	Não	Sim	Não
Serviços de Protecção de Crianças	Sim	Não	Sim	Não
Tribunal de Circulo (Juiz)	Sim	Não	Sim	Não
Tribunal de Família (Juiz)	Sim	Não	Sim	Não
Casas Abrigo ou Centros de Atendimento para Sobreviventes	Sim	Não	Sim	Não
Organizações de Saúde	Sim	Não	Sim	Não
Apoio Jurídico	Sim	Não	Sim	Não
Empresas Locais	Sim	Não	Sim	Não
Policias	Sim	Não	Sim	Não
Organizações de Saúde Mental	Sim	Não	Sim	Não
Organizações Religiosas	Sim	Não	Sim	Não
Instituto de Reinserção Social	Sim	Não	Sim	Não
Ministério Público	Sim	Não	Sim	Não
Organizações Educacionais	Sim	Não	Sim	Não
Serviços Sociais	Sim	Não	Sim	Não
Instituto de Emprego	Sim	Não	Sim	Não
Instituições Particulares de Solidariedade Social	Sim	Não	Sim	Não
Outra	Sim	Não	Sim	Não

19. Seguidamente gostaria que víssemos a lista de membros que foi disponibilizada e que indicasse qual é a frequência com que cada um dos membros está presente nas reuniões. Para cada uma das pessoas diga-me, durante o ano passado participaram nas reuniões: 1) regularmente; 2) de vez em quando; 3) nunca esteve nas reuniões; 4) faz parte da lista para receber as actas das reuniões e outras informações. Sabemos que esta informação não é exacta, dê-nos a sua impressão. **PERCORRER A LISTA DE MEMBROS**

Dos membros que participam nas reuniões, houve alguém que não tenha sido referido

20. No conjunto, qual a percentagem de membros da rede que participa nas reuniões?  
 \_\_\_\_\_%

21. Gostaria que alguma outra organização ou grupo da comunidade integrasse a rede. Podem ser organizações que se recusaram ou não foram ainda convidadas a fazer parte da rede? **SIM** **NÃO**

Se respondeu sim, quem? \_\_\_\_\_

22. Houve alguma organização ou grupo da comunidade que tenha deixado de fazer parte da rede? **SIM** **NÃO**

Se respondeu sim, quem? \_\_\_\_\_

23. Apoio à rede: gostaríamos agora de lhe fazer algumas questões sobre o tipo de apoio que a rede recebeu por parte da comunidade, dos seus líderes e dos seus políticos

<b>Até que ponto são/foram apoiantes do trabalho da rede</b>	<b>Nada Apoiante</b>	<b>Muito pouco Apoiante</b>	<b>Pouco Apoiante</b>	<b>Algo Apoiante</b>	<b>Apoiante</b>	<b>Muito Apoiante</b>
Chefias das organizações membros da rede	1	2	3	4	5	6
Líderes de organizações não-membro com as quais a rede tem que trabalhar	1	2	3	4	5	6
Políticos Locais	1	2	3	4	5	6
Políticos Nacionais	1	2	3	4	5	6
Membros da Comunidade	1	2	3	4	5	6
Financiadores	1	2	3	4	5	6

24. Provavelmente, estará recordado(a), que no questionário fazemos algumas perguntas sobre o conflito na rede e como esse conflito é resolvido. Fizemos essas questões porque é muito comum haver conflito quando grupos diversificados trabalham juntos. Como surge o conflito, na sua rede? (explorar sobre os assuntos geradores de conflito)

25. Habitualmente, como é que a rede lida com o conflito?

26. Como é que o conflito afecta a rede?

27. Gostaria de acrescentar alguma coisa sobre a sua experiência de trabalho na \_\_\_\_\_?

*Muito obrigado pela sua participação*

## ANEXO B

### Questionário aos elementos da parceria



Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Este Questionário é dirigido a membros de Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.

Pretendemos que reflecta sobre a sua experiência no âmbito da rede, nomeadamente a sua percepção acerca das práticas desenvolvidas, os resultados alcançados, do funcionamento e das necessidades da rede.

Ao aplicar este questionário aos diversos membros da rede, o nosso objectivo é:

- Saber mais sobre o trabalho que as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica estão a realizar
- Entender quais os factores que contribuem para a eficácia e a coordenação das Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.
- Pesquisar sobre qual o tipo de suporte técnico necessário para que as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica sejam mais eficazes
- Avaliar da utilidade da formação para as Redes Comunitárias de Resposta à Violência Doméstica.

**Este questionário é estritamente confidencial.**

**Somente os elementos do Grupo de Investigação sobre a Violência Doméstica, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, terão acesso aos questionários. Todos os resultados serão confidenciais e os participantes permanecerão anónimos em todos os relatórios elaborados sobre as conclusões da investigação.**

**Obrigada pela sua Colaboração.**

Nº de série \_\_\_\_\_

Este inquérito pretende avaliar as suas percepções e a experiência que tem ou teve numa rede de apoio a situações de violência doméstica no seu todo, e não apenas face a eventuais grupos de trabalho mais específicos. O termo “rede” irá designar a parceria comunitária, os grupos de trabalho e a coordenação.

1. Faz parte de alguma rede na área da violência doméstica, actualmente? **Sim Não**

Se respondeu **Não**:

1a) Há quantos meses deixou de ser membro? \_\_\_\_\_

1b) Porque razões deixou de ser membro? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Por favor, continue a responder ao questionário mesmo que tenha respondido não à pergunta anterior

2. Quando é que se tornou membro da rede? Mês \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

3. Por que razões se tornou membro da rede? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. No último ano, participou em quantas reuniões da rede? \_\_\_\_\_

5. Que tipo de actividades realizou para a rede/no contexto da rede? ***Por favor, assinale com um círculo se alguma vez realizou alguma das seguintes actividades:*** (N/A – Não se Aplica)

Intervir nas reuniões?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Trabalhar para a rede fora das reuniões?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Ajudar a organizar actividades que não as reuniões	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Coordenou a rede?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Dirigir a implementação de um programa/projecto específico ou de uma politica específica?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Participar nalgum grupo de trabalho?	N/A <b>Sim</b>	<b>Não</b>
Coordenar algum grupo de trabalho?	N/A <b>Sim</b>	<b>Não</b>

5a) Actualmente faz parte de algum grupo de trabalho? N/A **Sim Não**  
Se respondeu **Sim**, refira qual grupo de trabalho \_\_\_\_\_

6. Em média, quantas horas dedica por mês às seguintes actividades da rede? ***Por favor, preencha o número de horas por cada uma das actividades***

\_\_\_\_\_ horas para as reuniões alargadas da rede  
 \_\_\_\_\_ horas para as reuniões dos grupos de trabalho  
 \_\_\_\_\_ horas de trabalho no contexto da rede fora das reuniões regulares (ex: participar, preparar reuniões, participar em actividades, fazer trabalho administrativo)  
 \_\_\_\_\_ Outras  
 \_\_\_\_\_ Número Total de Horas

7. A sua participação na rede é (foi): **Por Favor, assinale apenas uma opção**

- 1) \_\_\_ Voluntário/a (não é paga por nenhuma entidade)
- 2) \_\_\_ Parte do seu trabalho na Instituição/Organização.  
(Qual?) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_ Funcionário/a da própria rede

8. As redes na área da violência doméstica têm membros de diversos sectores da comunidade como por exemplo as forças policiais, as escolas, etc. Qual é o sector da comunidade que representa nas reuniões da parceria? **Por Favor, assinale apenas uma opção**

- 1) \_\_\_ Sector empresarial
- 2) \_\_\_ Serviços de Protecção de crianças e jovens
- 3) \_\_\_ Organizações Cívicas
- 4) \_\_\_ Grupos Comunitários ou de vizinhança
- 5) \_\_\_ Cooperativa
- 6) \_\_\_ Grupos Culturais ou Étnicos
- 7) \_\_\_ Organizações de apoio a sobreviventes de violência doméstica
- 8) \_\_\_ Sobreviventes de violência doméstica
- 9) \_\_\_ Serviços de Saúde
- 10) \_\_\_ Instituições de Ensino Superior
- 11) \_\_\_ Sistema Judicial
- 12) \_\_\_ Forças Policiais/Serviços de Segurança
- 13) \_\_\_ Autarquias
- 14) \_\_\_ Serviços de Saúde Mental
- 15) \_\_\_ Sistema Educacional
- 16) \_\_\_ Organizações Religiosas
- 17) \_\_\_ Comunicação Social
- 18) \_\_\_ Grupos/organizações de jovens
- 19) \_\_\_ Outro (Por favor, especifique) \_\_\_\_\_

9. Nas reuniões da rede, tem poder para tomar decisões em nome da sua organização?

**Por favor assinale apenas uma opção**

- 1) \_\_\_ Sim
- 2) \_\_\_ Apenas em situações já aprovadas por outros membros na minha organização
- 3) \_\_\_ Apenas em situações já aprovadas pela Direcção/Chefia da minha organização
- 4) \_\_\_ Não

10. Por favor identifique os seis objectivos mais importante da sua rede (passados e/ou presentes). Para cada um deles responda às questões das colunas 1 a 3. Os objectivos dizem respeito a mudanças específicas na comunidade que a rede tenta(ou) implementar.

Objectivos da Rede	Passado Presente <i>(risque o que não interessa)</i>	1. A rede atingiu este objectivo? (1= Nada; 6 = Completamente) <i>(Assinale apenas uma)</i>						2. Este objectivo é (era) importante para a sua organização? <i>(Assinale apenas uma)</i>		3. As sobreviventes de violência doméstica participaram na criação deste objectivo? <i>(Assinale apenas uma)</i>			
1	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei
2	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei
3	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei
4	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei
5	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei
6	Passado Presente	1	2	3	4	5	6	Sim	Não	Não Sei	Sim	Não	Não Sei

11. No seu entender como caracteriza o tempo dispendido na rede em questões associadas ao funcionamento interno (ex: lidar com conflitos internos, organização da rede, recrutamento de membros), versus questões externas, ou assuntos que levam a que a rede alcance os seus objectivos (Ex: mudança de procedimentos e de políticas)? **Por favor assinale apenas uma**

- 1) \_\_\_ 0% Internas 100% Externas  
 2) \_\_\_ 25% Internas 75% Externas  
 3) \_\_\_ 50% Internas 50% Externas  
 4) \_\_\_ 75% Internas 25% Externas  
 5) \_\_\_ 100% Internas 0% Externas  
 6) \_\_\_ Não Sei

12. A seguir estão várias afirmações sobre como as decisões são tomadas na rede.

**Assinale com um** circulo o número que melhor descreve o processo de tomada de decisão na rede

	Nem um Pouco Verdade	Um pouco verdade	Algo verdade	Maior parte verdade	Verdade	Muito verdade	Não sabe
a. As decisões que a rede toma são influenciadas pelos contributos de todos os membros da rede	1	2	3	4	5	6	
b. Nas tomadas de decisão todos os pontos de vista representados são tomados em consideração	1	2	3	4	5	6	
c. As decisões da rede são tomadas apenas por alguns membros	1	2	3	4	5	6	
d. A rede não toma uma decisão até ouvir todas as opiniões	1	2	3	4	5	6	
e. Se algum dos membros apresenta numa reunião, uma opinião discordante, a sua perspectiva é considerada importante	1	2	3	4	5	6	
f. Os membros efectivos têm poder de decisão e controlo sobre as políticas e as actividades da rede	1	2	3	4	5	6	
g. A minha opinião influencia as decisões da rede	1	2	3	4	5	6	
h. A minha posição pró ou contra um determinado assunto pode influenciar a decisão da rede	1	2	3	4	5	6	
i. Eu tenho um papel activo nos processos de tomada de decisão da rede	1	2	3	4	5	6	
j. A rede não implementará uma decisão se eu não estiver de acordo	1	2	3	4	5	6	
k. A rede faz coisas que a minha organização não subscreve	1	2	3	4	5	6	

13. A seguir estão várias afirmações sobre como se lida com o conflito na rede.

**Assinale com um círculo o número que melhor representa a realidade da rede**

	Nem um Pouco Verdade	Um pouco verdade	Algo verdade	Maior parte verdade	Verdade	Muito verdade	Não sabe
a. Existem diferenças de opinião entre os membros da rede	1	2	3	4	5	6	
b. O conflito surgiu nas tentativas de trabalhar de forma cooperativa	1	2	3	4	5	6	
c. Os membros da rede não concordam com a definição de violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
d. As diferenças de opinião entre os membros são normalmente resolvidas com um acordo	1	2	3	4	5	6	
e. O conflito gerou efectivamente a resolução do problema	1	2	3	4	5	6	
f. Quando surge o conflito a rede ignora-o	1	2	3	4	5	6	
g. O conflito criou oportunidades de discussão aberta entre os membros da rede	1	2	3	4	5	6	
h. Tipicamente, o conflito atrasa os progressos da rede	1	2	3	4	5	6	
i. Quando surge o conflito os membros da rede chegam a acordo	1	2	3	4	5	6	
j. A rede tentou resolver o conflito indo à raiz dos problemas	1	2	3	4	5	6	
k. Opiniões conflituosas entre os membros da rede levaram a mudanças necessárias	1	2	3	4	5	6	
l. A rede tem evitado abordar pontos de vista diferentes	1	2	3	4	5	6	

14. Apresentamos no quadro seguinte várias afirmações acerca da liderança na rede.  
**Assinale com um círculo o número que melhor representa a realidade da rede.**

	Nem um Pouco Verdade	Um pouco verdade	Algo verdade	Maior parte verdade	Verdade	Muito verdade	Não sabe
a. A(s) liderança(s) da rede está empenhada na missão da rede	1	2	3	4	5	6	
b. O/A(s) líder(es) proporciona liderança e orientação na manutenção da rede	1	2	3	4	5	6	
c. O/A (s) líder(es) tem tempo suficiente para dedicar à rede	1	2	3	4	5	6	
d. O/A(s) líder(es) da rede planeia(m) as reuniões de forma eficaz e eficiente	1	2	3	4	5	6	
e. O/A (s) líder(es) tem(têm) conhecimentos na área da violência domestica	1	2	3	4	5	6	
f. O/A (s) líder(es) tem(têm) flexibilidade em aceitar diferentes pontos de vista	1	2	3	4	5	6	
g. O/A (s) líder(es) promove a igualdade e a colaboração entre os membros da rede	1	2	3	4	5	6	
h. O/A (s) líder(es) é/são adeptos das competências organizacionais e de comunicação	1	2	3	4	5	6	
i. O/A (s) líder(es) é(são) competente(s), na negociação e resolução de problemas e conflitos	1	2	3	4	5	6	
j. O/A (s) líder(es) presta(m) atenção às preocupações individuais de cada membro	1	2	3	4	5	6	
k. O/A (s) líder(es) é(são) adepto(s) da obtenção de recursos	1	2	3	4	5	6	
l. O/A (s) líder(es) valoriza(m) a participação dos membros	1	2	3	4	5	6	
m. O/A (s) líder(es) reconhece(m) os membros pelos seus contributos	1	2	3	4	5	6	

	Nada					Muito	Não Sei
No seu conjunto, até que ponto o estilo do(a) seu(sua) líder, funciona na sua rede	1	2	3	4	5	6	

15. A seguir estão várias afirmações sobre a missão da rede.

**Assinale com um círculo o número que melhor representa a realidade da rede**

	Nem um Pouco Verdade	Um pouco verdade	Algo verdade	Maior parte verdade	Verdade	Muito verdade	Não sabe
a. A rede desenvolveu uma missão que é partilhada e apoiada por todos os membros	1	2	3	4	5	6	
b. Os membros da rede têm uma visão partilhada sobre a violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
c. Os membros da rede não concordam com o rumo que a rede deve tomar	1	2	3	4	5	6	
d. Os interesses particulares interferem na existência de uma missão partilhada	1	2	3	4	5	6	
e. Os membros da rede têm uma visão comum sobre as mudanças necessárias na resposta comunitária à violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
f. Os membros da rede estão a trabalhar em conjunto para atingir objectivos comuns	1	2	3	4	5	6	
g. Os membros da rede têm um historial de apoio mútuo	1	2	3	4	5	6	
h. Os membros da rede agem segundo o interesse das sobreviventes de violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
i. Os membros da rede actuam de modo a beneficiar a comunidade	1	2	3	4	5	6	
j. Os membros da rede agem de forma a beneficiar-se a si próprios e às suas organizações	1	2	3	4	5	6	
k. Os membros da rede interagem geralmente de forma articulada	1	2	3	4	5	6	
l. Os membros da rede confiam uns nos outros	1	2	3	4	5	6	

16. A seguir estão várias afirmações acerca dos impactos que a rede pode ter na comunidade.

***Assinale com um círculo o número que melhor representa a realidade da rede***

<b>A Rede</b>	Nem um Pouco Verdade	Um pouco verdade	Algo verdade	Maior parte verdade	Verdade	Muito verdade	Não sabe
a. Aumentou a capacidade das organizações na coordenação das suas acções	1	2	3	4	5	6	
b. Aumentou o conhecimento que os membros têm sobre as organizações dos outros	1	2	3	4	5	6	
c. Aumentou o respeito que os membros têm pelo trabalho dos outros	1	2	3	4	5	6	
d. Aumentou o conhecimento dos membros sobre os papéis e as limitações dos outros membros	1	2	3	4	5	6	
e. Conduziu a um trabalho mais eficaz entre as organizações	1	2	3	4	5	6	
f. Abordou as dificuldades das organizações da comunidade na sua resposta às situações de violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
g. Influenciou as políticas das organizações na sua resposta à violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
h. Influenciou as práticas das organizações da comunidade que aumentaram a responsabilização dos agressores	1	2	3	4	5	6	
i. Influenciou as mudanças nas práticas das organizações da comunidade que aumentaram a segurança das mulheres	1	2	3	4	5	6	
j. Estimulou mudanças dentro da minha organização na nossa forma de responder a situações de violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
k. Pôs as pessoas a falarem sobre violência doméstica	1	2	3	4	5	6	
l. Influenciou as práticas das organizações da comunidade que aumentaram a segurança das mulheres e das suas crianças	1	2	3	4	5	6	
m. Moveu-se consistentemente no sentido de concretizar os seus objectivos	1	2	3	4	5	6	
n. Tem sido produtiva em concretizar aquilo que se propôs fazer	1	2	3	4	5	6	

17. Até que ponto está satisfeito(a) com as acções da rede para:

**Assinale com um círculo o número que melhor representa a realidade da rede**

	Nem um pouco satisfeito	Insatisfeito	Algo insatisfeito	Algo satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
a. Avançar consistentemente para atingir os seus objectivos	1	2	3	4	5	6
b. Criar as mudanças necessárias nas respostas à violência doméstica	1	2	3	4	5	6
c. Pôr as pessoas a falar sobre violência doméstica	1	2	3	4	5	6

18. a) Quais são/foram os factores que, na sua perspectiva contribuem(ram) para facilitar o trabalho em conjunto dos membros, no sentido de atingirem os objectivos da rede?

b) Quais são/foram os factores que, na sua perspectiva, impedem(iram) o trabalho em conjunto dos membros, no sentido de atingirem os objectivos da rede?

19. Que tipo de recursos (apoio técnico, formação, etc.) seriam úteis para a sua rede?

20. Esta pergunta é sobre os membros da rede com quem discute as questões relacionadas com a violência doméstica ou com os assuntos da rede. Por favor identifique-os e diga qual é a periodicidade com que discute esses temas ou essas actividades.

Nome da Entidade	Uma vez por dia	Uma vez por semana	Uma vez por mês	Uma vez por ano
	1	2	3	4
	1	2	3	4
	1	2	3	4
	1	2	3	4
	1	2	3	4
	1	2	3	4
	1	2	3	4

## DADOS BIOGRÁFICOS DO(A) PARTICIPANTE

Por favor, responda aos itens abaixo. As suas repostas são estritamente confidenciais.

**Para cada questão assinale a resposta apropriada.**

### IDADE

- 1) Menos de 20 anos
- 2) 20 a 29 anos
- 3) 30 a 39 anos
- 4) 40 a 49 anos
- 5) 50 a 59 anos
- 6) 60 ou mais anos

### GÊNERO

- 1) Feminino
- 2) Masculino

### FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

- 1) Juiz
- 2) Enfermeiro/a
- 3) Técnico/a de apoio a sobreviventes de violência domestica
- 4) Policia
- 5) Técnico/a de Reinserção Social
- 6) Delegado/a do Ministério Público
- 7) Psicólogo/a
- 8) Assistente Social
- 9) Educador/a de Infância
- 10) Professor/a
- 11) Outro/a \_\_\_\_\_

ÉTNIA

- 1) Africana
- 2) Asiática/Ilhas do Pacífico
- 3) Hispânico/Latino
- 4) Branco/Caucasiano
- 5) Outra \_\_\_\_\_

HÁ QUANTOS ANOS TRABALHA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- 1) 6 Meses ou Menos
- 2) 7 a 12 Meses
- 3) 13 Meses a 2 Anos
- 4) 3 Anos a 4 Anos
- 5) 5 Anos a 6 Anos
- 6) 7 Anos a 10 Anos
- 7) 11 Anos a 15 Anos
- 8) Mais de 15 Anos

TEVE ALGUMA FORMAÇÃO NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?**1) SIM****2) NÃO**

Se respondeu **SIM**, aproximadamente quantas horas de formação teve? \_\_\_\_\_

*Muito obrigado pela sua participação*

## ANEXO C

### Entrevista Realizada

Entrevista realizada à Dra. Gabriela Guerreiro, coordenadora da Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo, no dia 3 de Agosto de 2007.

#### Aspectos Demográficos da Rede

**A Rede de Apoio a Mulheres e Crianças em Situação de Violência do Montijo foi formalizada no dia 8 de Março de 2005, anteriormente a rede já se encontrava em funcionamento mas foi nesta data que foi formalizada através da assinatura de um protocolo entre as várias instituições que a constituíam.**

**Os principais objectivos da rede foi aligeirar os problemas das mulheres vítimas de violência doméstica e de a tratar da melhor maneira possível. Foi também objectivo reduzir ou minimizar o número de mulheres vítimas de violência doméstica no Concelho e promover o acompanhamento da mulher para lhe dar empowerment.**

Que organização tomou a liderança na formação? **A Câmara Municipal do Montijo**

Há quanto tempo exerce a função de **dinamizadora** (papel específico) da rede? **Desde Agosto de 2005**

Qual é a sua função na organização? **Coordenadora do Gabinete de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal do Montijo**

Com que regularidade reúne a rede? **Bi – Mensal**

A sua rede tem pessoal remunerado? **Não**

A sua rede tem algum financiamento? **Não**

A sua rede adequou a equipa (pessoal/voluntários) para concretizar os seus objectivos? Pode afirmar que a rede tem uma equipa **Adequada** para concretizar os seus objectivos?

Que tipos de comunidades geográficas serve a sua rede? **Rural e Urbana**

Foi feito algum diagnóstico de necessidades, na área da violência doméstica pela sua rede ou outra organização da comunidade. **Não**

A sua rede aborda a área da violência sexual? **Sim**

Se sim, o que fizeram na área da violência sexual? **Debatemos o tema, onde a AMCV esclarece e informa acerca de trabalhos feitos nesta área entre profissionais quer em termos nacionais como em termos internacionais**

A sua rede faz algum processo de acompanhamento ou de avaliação das questões de segurança ou, da responsabilização dos envolvidos em situações de violência doméstica, ou algo similar? **Sim**

Se sim, que tipo de acompanhamento ou avaliação foi feito pela rede (sistemas de casas abrigo ou resposta do sistema judicial/criminal.).

**Casa Abrigo do Montijo, Instituto de Reinserção Social (Integração na sociedade), Apoio judicial no Espaço Informação Mulher – uma jurista colabora nos procedimentos dos papéis, terá que ser outro advogado a defender mas esta jurista acompanha a mulher em todos os procedimentos.**

A sua rede procura responder às necessidades de grupos específicos (minorias étnicas e sociais, gays e lésbicas)? **Sim, só mulheres**

Se sim, quais foram as acções da sua rede. **Colóquio de Etnia Cigana sobre Igualdade, onde foi convidada uma mulher cigana a dar o seu testemunho**

**Objectivos/Actividades/Resultados Alcançados:** Gostaríamos de lhe colocar algumas questões acerca dos vários tipos de assuntos que a rede, aborda ou tem abordado no contexto da comunidade. Para cada assunto, gostaríamos de saber se é ou era um objectivo, que tipo de actividades foram desenvolvidas, a que nível a rede conseguiu concretizar o objectivo e, que tipo de evidências tem que demonstrem a eficácia das

vossas acções. Se esse assunto não foi ainda abordado, pergunto-lhe se este tópico é um problema na comunidade que deve ser abordado e se a rede tem planos para o fazer.

**1) Melhorar o acesso às medidas de protecção pessoal é um objectivo da rede**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **Acções de formação e informação às vítimas e à comunidade**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **4**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo?

**Formação de Planeamento Judicial**

**2) Reformar as práticas de detenção (prisão obrigatória ou políticas de detenção)**

**Não** é/foi um objectivo da sua rede?

É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? **Sim**

A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? **Não**

Porque não? **Porque não é uma capacidade da rede mas sim de uma ong que tenha voz activa**

**3) Reformar os procedimentos do Ministério Público (ex: produção de prova) Não** é/foi um objectivo da sua rede?

É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? **Sim**

A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? **Não**

Porque não? **A rede tem como objectivo integrar o Ministério Público na rede. Se assim foie talvez seja possível**

**4) Reformar os Procedimentos dos Tribunais (ex: rapidez dos processos, notificar as mulheres sobre os processos em tribunal e disponibilizar apoio às mulheres durante os julgamentos) Não** é/foi um objectivo da sua rede?

É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? **Sim**

A sua rede planeia concretizar este objectivo no futuro? **Não**

**5) Alterar as práticas de condenação (ex: aumentar as penas mínimas; aumentar os períodos de suspensão de penas; implementar os programas de intervenção com agressores) Não é/foi um objectivo da sua rede?**

É uma necessidade da comunidade que não teve resposta? **Sim**

**6) Identificar as fraquezas do Sistema de Justiça Criminal ou o Sistema de Apoio às Vítimas (ex: Analisar os casos de morte) é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?

**Grupos de trabalho, análise de casos, pesquisa e discussão dessas situações e formação**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **4**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **As Actas dos Grupos de Trabalho**

**7) Implementar ou apoiar o desenvolvimento de programas de intervenção para agressores é/foi um objectivo da sua rede?**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **3**

**8) Disponibilizar formação ou sensibilização da comunidade sobre a violência doméstica (ex: profissionais de saúde; profissionais de serviços sociais, grupos de jovens, escolas, ou na comunidade em geral) é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **Acções de sensibilização à comunidade, formação de técnicos de vários serviços, elaboração e distribuição de material de sensibilização**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **6**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **Programas de formação, materiais das campanhas**

**9) Facilitar o acesso das mulheres aos recursos comunitário que necessitam (ex: habitação, apoio financeiro, roupa, transporte, apoio para as crianças) é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo?

**Informação às mulheres sobre os recursos da comunidade, uma casa abrigo e articulação com os vários serviços da comunidade**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **5**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **Fichas de atendimento das mulheres**

**10) Desenvolver novos serviços para as mulheres e para as suas crianças é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **Casa Abrigo**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **5**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **A existência da casa abrigo**

**11) Promover uma parceria entre os serviços de apoio à criança e os grupos de apoio a sobreviventes de violência doméstica é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **Articulação com a Comissão de Protecção a Crianças e Jovens**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **5**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **Ter uma parceria com a comissão**

**12) Avaliar os resultados do trabalho da rede é/foi um objectivo da sua rede?**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **Elaboração de um plano anual de actividades com indicadores de avaliação**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **4**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **O próprio Plano**

**13) Que outras áreas a rede quer ou quis abordar? A intervenção na área da igualdade de oportunidades**

Que actividades foram desenvolvidas pela a rede para atingir este objectivo? **O Plano Municipal Para a Igualdade, workshops**

Numa escala de 1 – 6 (1= não foi concretizado de forma nenhuma; 6= completamente concretizado) a que nível caracteriza a concretização deste objectivo pela sua rede: **4**

Que evidencias, se existirem, tem que demonstrem a concretização deste objectivo (indicadores do seu sucesso)? **Está em fase de elaboração**

A rede ou qualquer outra entidade/instituição da comunidade recebeu feedback ou contributos sobre o seu trabalho da parte de sobreviventes de violência doméstica?

**SIM**

Se sim, como foi obtido este feedback das sobreviventes? **Contacto directo**

15a. Numa escala de 1 a 6 (1= nada eficaz; 6= extremamente eficaz) refira qual era a eficácia da resposta a situações de violência doméstica da sua comunidade antes do início da rede: **desconhece**

Refira agora o nível de eficácia da sua rede a situações de violência doméstica, desde a sua criação: **5**

O próximo conjunto de questões é sobre os processos e a estrutura da rede. A sua rede:

- Tem uma agenda escrita? **NÃO**
- Regista e distribui actas? **SIM**
- Tem um regulamento? **SIM**
- Tem a missão escrita? **SIM**
- Tem as metas e os objectivos escritos? **SIM**
- Tem reuniões regulares? **SIM**
- Tem um organograma? **NÃO**
- Tem a descrição das funções e dos papeis escritos? **SIM**
- Tem um grupo de coordenação? **NÃO**
- Tem grupos de trabalho? **SIM**
- Se respondeu sim, com que periodicidade reúnem? **Bi-mensal**

- O que são esses grupos de trabalho? **Discussão de casos, organização de eventos (colóquios, acções de sensibilização)**
- Tem processos de tomada de decisão estabelecidos? **NÃO**
- Tem processos de resolução de problemas e de resolução de conflitos estabelecidos? **NÃO**
- Tem processos de distribuição de recursos estabelecidos? **NÃO**
- Tem mecanismos para avaliação de processos e de impactos? **NÃO**
- Tem mecanismos de responsabilização estabelecidos sobre a concretização atempada das tarefas dos membros? **NÃO**
- Tem mecanismos estabelecidos para encorajar a responsabilização de organizações da comunidade que não são membro? **NÃO**
- Tem mecanismos para orientação dos novos membros da rede? **NÃO**
- Tem mecanismos para disponibilizar formação dos membros da rede, novos ou antigos? **SIM**
- Tem sobreviventes de violência doméstica? **NÃO**
- Tem como consultoras, grupos de sobreviventes de violência doméstica? **NÃO**

A rede permite que as organizações enviem diferentes membros às suas reuniões?

**SIM**

O próximo conjunto de questões, diz respeito à participação dos membros na rede. Gostaríamos de ter mais informação sobre que tipos de organizações fazem parte da rede e se são membros activos. Como membros activos consideramos que as organizações enviam regularmente alguém às reuniões e participam nas actividades da rede

<b>Organização</b>	<b>Membro Actual</b>		<b>Participante Activo</b>	
Programa para Agressores	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Serviços de Protecção de Crianças	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	

Tribunal de Circulo (Juiz)		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Tribunal de Família (Juiz)		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Casas Abrigo ou Centros de Atendimento para Sobreviventes	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Organizações de Saúde	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Apoio Jurídico	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Empresas Locais		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Policias	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Organizações de Saúde Mental		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Organizações Religiosas		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Instituto de Reinserção Social	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Ministério Público		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Organizações Educacionais		<b>Não</b>		<b>Não</b>
Serviços Sociais	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Instituto de Emprego	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Instituições Particulares de Solidariedade Social	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	
Outra				

Seguidamente gostaria que víssemos a lista de membros que foi disponibilizada e que indicasse qual é a frequência com que cada um dos membros está presente nas reuniões. Para cada uma das pessoas diga-me, durante o ano passado participaram nas reuniões: 1) regularmente; 2) de vez em quando; 3) nunca esteve nas reuniões; 4) faz parte da lista para receber as actas das reuniões e outras informações. Sabemos que esta informação não é exacta, dê-nos a sua impressão. **PERCORRER A LISTA DE MEMBROS** – Todos 1) regularmente

Dos membros que participam nas reuniões, houve alguém que não tenha sido referido?

**Não**

No conjunto, qual a percentagem de membros da rede que participa nas reuniões? **100**  
%

Gostaria que alguma outra organização ou grupo da comunidade integrasse a rede. Podem ser organizações que se recusaram ou não foram ainda convidadas a fazer parte da rede?

**SIM**

Se respondeu sim, quem? **Ministério Público, Agrupamentos de Escolas, Associações de Estudantes e Associações de Pais**

Houve alguma organização ou grupo da comunidade que tenha deixado de fazer parte da rede?

**SIM**

Se respondeu sim, quem? **OLEFA e ECAE porque foram extintos**

Apoio à rede: gostaríamos agora de lhe fazer algumas questões sobre o tipo de apoio que a rede recebeu por parte da comunidade, dos seus líderes e dos seus políticos

<b>Até que ponto são/foram apoiantes do trabalho da rede</b>	<b>Nada Apoiant e</b>	<b>Muito pouco Apoiant e</b>	<b>Pouco Apoiant e</b>	<b>Algo Apoiant e</b>	<b>Apoiant e</b>	<b>Muito Apoiant e</b>
Chefias das organizações membros da rede					<b>5</b>	
Líderes de organizações não-membro com as quais a rede tem que trabalhar			<b>3</b>			
Políticos Locais						<b>6</b>
Políticos Nacionais						<b>6</b>
Membros da Comunidade				<b>4</b>		
Financiadores	<b>1</b>					

Provavelmente, estará recordado(a), que no questionário fazemos algumas perguntas sobre o conflito na rede e como esse conflito é resolvido. Fizemos essas questões porque é muito comum haver conflito quando grupos diversificados trabalham juntos.

Como surge o conflito, na sua rede? (explorar sobre os assuntos geradores de conflito)

**Nas reuniões da rede**

Habitualmente, como é que a rede lida com o conflito? **Debatendo as questões e chegando a um acordo**

Como é que o conflito afecta a rede? **Afecta pela positiva**

Gostaria de acrescentar alguma coisa sobre a sua experiência de trabalho na rede?

**Não se pode dedicar só sobre o assunto Violência Doméstica, mas também às outras problemáticas que estão associadas directa ou indirectamente à questão da violência doméstica. As redes têm que evoluir e ter objectivos cada vez mais altos para fazer sentido a sua existência**